

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

**A CONTROVÉRSIA DAS INTERPRETAÇÕES E O MOVIMENTO DE REPRODUÇÃO DA
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980**

JOÃO CLAUDINO TAVARES

CAMPINA GRANDE/PB

NOVEMBRO DE 1995

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CAMPUS II - CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

**A CONTROVÉRSIA DAS INTERPRETAÇÕES E O MOVIMENTO DE REPRODUÇÃO DA
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1980**

Orientando: João Claudino Tavares

Orientadora: Prof^a. D^{ra}. M^a Lúcia Gonçalves de Carvalho

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Economia da Universidade
Federal da Paraíba como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Economia

CAMPINA GRANDE/PB

NOVEMBRO DE 1995



T231c Tavares, Joao Claudino
A controversia das interpretacoes e o movimento de
reproducao da agropecuaria brasileira na decada de 1980 /
Joao Claudino Tavares. - Campina Grande, 1995.
119 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Ciclo Economico - 2. Dissertacao I. Carvalho, Maria
Lucia Goncalves de, Dra. II. Universidade Federal da
Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 338.12(81)(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CAMPUS II CENTRO DE HUMANIDADES
COORDENAÇÃO DO MESTRADO EM ECONOMIA

RELATÓRIO FINAL DO ORIENTADOR DA DISSERTAÇÃO

INTERESSADO: JOÃO CLAUDINO TAVARES

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "A controvérsia das interpretações e o movimento de
reprodução da agropecuária brasileira na década de 1980"

Aos vinte e hum dias do mês de novembro de 1995, foi realizada a defesa de dissertação de
mestre - do acima referido - conforme a respectiva ata, folhas 104, 104 VERSO e 105. A
Comissão Examinadora esteve composta pelos seguintes professores:

Maria Lucia Gonçalves de Carvalho
Profª MARIA LÚCIA GONÇALVES DE CARVALHO - Doutora
- Presidente/Orientadora -

Roberto Ferreira dos Santos
Prof. ROBERIO FERREIRA DOS SANTOS - Doutor
- 1º Examinador -

Benjamin Alvino de Mesquita
Prof. BENJAMIN ALVINO DE MESQUITA - Mestre
- 2º Examinador -

Prof. JURANDIR ANTONIO XAVIER - Doutor
- 3º Examinador -

De acordo com o art. 47 do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação, a Comissão
Examinadora atribuiu o seguinte conceito: **APROVADO**. Solicito ao Colegiado a
homologação de tal decisão.

Campina Grande, 13 de janeiro de 1995

Maria Lucia Gonçalves de Carvalho
Profª MARIA LÚCIA GONÇALVES DE CARVALHO
- O R I E N T A D O R A -

"O movimento, repleto de contradições, da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de modo mais contundente nos vaivéns do ciclo periódico que a indústria moderna percorre e em seu ponto culminante - a crise geral. Esta se aproxima novamente, embora ainda se encontre nos estágios preliminares, e, tanto pela sua presença por toda parte quanto pela intensidade de seus efeitos, há de enfiar a dialética até mesmo na cabeça dos parasitas afortunados do novo Sacro Império Teuto-Prussiano."

Karl Marx

DEDICATÓRIA

À Liana, companheira, parceira, amiga, esposa, enfim, fonte de inspiração e motivação, pela compreensão, renúncia de muitas coisas diante de um projeto que lhe acometeu e agora parece mais uma razão de luta. À nossa cria, a próxima gestação a brotar para o mundo anunciando mais um aspecto da contradição e vida do movimento ou do movimento da vida. Sabendo-se que assim foi, é e será a lógica: Eu que já sou produto (a tese?), nós dois (a antítese?) e nós três em breve (a síntese?) - uma vida se contrapondo e se associando a outra vida para ambas serem negadas numa terceira vida.

RECONHECIMENTOS

A realização do presente trabalho jamais poderia ter sido concretizada sem influência, incentivo e colaboração de uma série de pessoas que, cada um à sua maneira contribuiu, muitas vezes decisivamente, para que o trabalho viesse a termo. E, neste sentido mesmo incorrendo em parcialidades e omissões, destaco aqueles que me parecem ter maior influência exercido ao longo do processo e do percurso.

Começo pela célula familiar, meus pais (José Claudino e Rosa Maria) e irmãos (Maria Claudino, Francisco José e Damião Alencar) que foram os pilares básicos para a efetivação de meus estudos sobretudo no processo de graduação.

Quanto aos professores não podem deixar de ser mencionados Reinaldo Carcanholo como orientador maior, Renato Kilpp pela precisa orientação onde o questionamento constante se tornou a marca e Olívio A. Teixeira pelo incentivo, contribuição amigável e despretensiosa e companheirismo. Estes me estimularam sobretudo no período de graduação.

Do tempo de mestrado se destacam os professores Robério F. dos Santos pelas precisas contribuições e reforço quanto à necessidade da pluralidade do conhecimento e crítica interna antes de qualquer outro

comentário e Jurandir A. Xavier pela sobriedade da loucura onde na sua própria contradição muitas vezes passa informações decisivas e geralmente à frente do vulgar pensamento tradicional. À professora Lúcia Gonçalves pela orientação, paciência e crédito que me deixaram, de certa forma, à vontade para resolver cada problema a seu tempo.

Aos companheiros do mestrado Carlos Bezerra, Castro Jr., João Rodrigues, Jonas Duarte, Roberto Macagnan, Santo Rení e Sebastião Pinto (grande companheiro de "guerra").

Às amigas da secretaria do Mestrado Glória e Neuma que estão sempre dispostas a nos atender com prestimosidade e dedicação. São exemplos do que deveria ser todo funcionário público.

Aos amigos e incentivadores de Campina Grande: Aduino Albuquerque, Ana Cláudia, Aurelândia, Aurélio, Chico e Silvana Nabuco, Cícero Miguel, Denilson, Djair Silva, Enock, Hélio Filho, Henrique, Lauro, Lindaura, Márcio Javan, Sílvio Thiago ("o Rock de garagem"), Rildo, Rogério (o anarquista), Valdênia, "Dona Zefinha" e tantos outros.

Aos companheiros de Campo Grande/MS Nilson Araújo, Manoel Rebelo Jr. e sobretudo Ido L. Michels pelo exemplo que é de resistência, determinação e sobriedade.

Aos companheiros de trabalho da UFMA com quem tenho melhor convivência. Alberto Arcangeli (o grande mestre); Benjamin A. Mesquita; Eneuton; Marcilene; Menezes, pelo apoio e colaboração inclusive técnico-material e Romildo S. Silva amigo sempre presente e com quem tenho aqui maior identidade.

RESUMO

Analisa-se o movimento concreto experimentado pela agropecuária brasileira na década de 1980, tomando por base o ciclo de valorização do capital e as leis que o regem a partir da teoria marxista. Antes, porém, apresenta-se o processo recente de transformações ocorridas no setor e as diversas frentes interpretativas as quais são caracterizadas como viéses. A análise conclui que no período a agropecuária é marcada por um processo cíclico, marcado por crises tanto conjuntural quanto estrutural. Entretanto, a evidenciação ou não da crise depende do parâmetro tomado como objeto de análise e que pela desagregação têm-se produtos e grupos de produtos que parecem não ter tomado conhecimento da crise, ao passo que outros foram afetados significativamente.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA	05
II. A RECONSTITUIÇÃO DO DEBATE RECENTE SOBRE AGROPECUÁRIA NO BRASIL E SEUS VIÉSES INTERPRETATIVOS	12
2.1. Desenvolvimento e crescimento econômico e o papel da agropecuária	16
2.1.1. O lugar da agropecuária	18
2.2. Aportes da modernização	21
2.3. As políticas públicas para o setor agropecuário	26
2.4. O lugar da pequena produção na teoria do desenvolvimento ..	33
2.5. Considerações sobre o capítulo	37
III. AS FLUTUAÇÕES CÍCLICAS E A AGRICULTURA OU A PROPÓSITO DO INSTRUMENTAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	42
3.1. o ciclo econômico na acepção marxiana	48
3.2. As interpretações sobre os ciclos econômicos na economia brasileira	53
3.3. As flutuações cíclicas e a agropecuária	55
3.4. Considerações sobre o capítulo	61

IV. EVIDÊNCIAS DA REPRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NOS ANOS	
80.....	65
4.1. Análise de alguns indicadores da agropecuária e suas especificidades na década de 1980	74
4.1.1. Evidências da produção vegetal	80
4.1.2. A produção animal e seus derivados	88
4.1.3. Crédito e políticas públicas.....	92
4.1.4. A produção de tratores e o consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas.....	101
4.1.5. Questões sociais e força de trabalho no campo	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
BIBLIOGRAFIA	114

SUMÁRIO DE TABELAS

TABELA 1	- AGRICULTURA BRASILEIRA: ALGUNS DADOS BÁSICOS DO PERÍODO 1985/91, VINTE PRODUTOS VEGETAIS.....	70
TABELA 2	- PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980-1990 EMPERCENTAGEM.....	76
TABELA 3	- ÍNDICES DO PRODUTO REAL (%), SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DA ATIVIDADE ECONÔMICA (BASE: 1980 - 100).....	76
TABELA 4	- PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980/1990 (Cr\$ = 1000).....	78
TABELA 5	- BRASIL - LAVOURAS SELECIONADAS - 1980-90 - ÍNDICES DE PRODUTO REAL E DO VALOR DA PRODUÇÃO.....	79
TABELA 6	- PRODUÇÃO VEGETAL - ÍNDICES DOS VOLUMES FÍSTICOS (EM 1.000 T) DA PRODUÇÃO NAS 17 PRINCIPAIS LAVOURAS (BASE: 1980 = 100).....	82
TABELA 7	- PRODUÇÃO VEGETAL - ÍNDICES REAIS DOS VALORES DA PRODUÇÃO DAS 17 PRINCIPAIS LAVOURAS (Cr\$ = 1.000).....	83
TABELA 8	- EFETIVO ANIMAL - ÍNDICES DE EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DA PECUÁRIA E AVES - 1980/1990 (EM MIL CABEÇAS).....	89
TABELA 9	- EFETIVO ANIMAL - ÍNDICES REAIS DOS VALORES DOS REBANHOS DA PECUÁRIA E AVES - 1980/1990 (Cr\$ - 1.000).....	89
TABELA 10	- ÍNDICES DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	92
TABELA 11	- CRÉDITO RURAL - ÍNDICES REAIS DO CRÉDITO CONCEDIDO ÀS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PELO SNCR (SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL) - 1980/1988.....	94
TABELA 12	- CRÉDITO RURAL - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO RURAL, POR FINALIDADE - 1980/1988.....	95
TABELA 13	- CRÉDITO RURAL - ÍNDICES REAIS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS PELO SNCR - 1980/1990.....	96
TABELA 14	- ÍNDICES REAIS DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A PRODUTORES E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS PELO SNCR - 1980/1990.....	97
TABELA 15	- DIRECIONAMENTO DO CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB (%) POR ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	98
TABELA 16	- CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES (NPK) E DEFENSIVOS E PRODUÇÃO DE TRATORES - 1980/1989.....	102
TABELA 17	- DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (SEGUNDO A ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA ASSINADA).....	105
TABELA 18	- ÍNDICES DE SALÁRIOS RURAIS - 1980/1988.....	107

INTRODUÇÃO

As transformações inerentes ao desenvolvimento capitalista se expressam por manifestações gerais e específicas. Gerais com relação às características do processo global de reprodução das relações sociais de produção e reprodução da riqueza social material, determinada pelas metamorfoses do capital e as leis que regem sua valorização. E, específicas no que concerne às diferenciações setoriais, regionais e sociais da constituição e reconstituição histórica das formas funcionais concretas. Na relação entre estas duas dimensões - a geral e a específica - tanto surgem mistificações quanto podem se tornar claros certos aspectos demarcatório, desde que observado a partir de um ponto de vista crítico/reflexivo.

As mistificações se devem, muitas vezes, à falta de cuidado analítico, fazendo com que ora incorra-se em generalizações ou ora para que se tente encontrar certos sistemas mais ou menos independentes dentro do próprio capitalismo, que ao mesmo tempo concorreria para a negação do capitalismo como uma totalidade sistêmica. Exemplo disto se encontra na discussão que procura destacar as afinidades e antagonismos do dito capitalismo agrário (como se pudesse assim diferenciar) comparado ao desenvolvimento do capitalismo em geral. Existem ainda aqueles que simplesmente ignoram

as relações entre geral e específico. Por isto, as confrontações têm sido um dos pilares da fragmentação da discussão relativa à agricultura. Não obstante, existem aspectos lógicos no capitalismo que possibilitam tanto a análise do capital em geral quanto para as particularidades intersetoriais quando tomados como totalidades menores. São aspectos que assumem o caráter de leis. Dentre as leis, este trabalho se refere às leis da acumulação do capital em geral e às determinantes da mobilidade e investimentos capitalistas relacionados à taxa de lucro que, numa dimensão maior expressa a lógica e contradição do movimento cíclico do processo de valorização do capital, como procura-se demonstrar no capítulo III.

Quanto à lógica dos investimentos e mobilidade dos capitais motivados pela concorrência o que se observa, como essência, é a luta pela obtenção, no mínimo, da taxa de lucro médio segundo a taxa média social a que teria direito cada parte alíquota do capital individual em relação ao capital social total. Isto diz respeito ao movimento do capital em geral e o dito capital investido na agricultura não se apresenta como exceção.

Esta análise parte da hipótese básica segundo a qual as interpretações correntes não conseguem refletir o processo de reprodução da agropecuária enquanto totalidade, especialmente na década de 1980. Como outrora, parecem tanto parciais como superficiais. Diante disto, procura-se abordar o processo de reprodução da agropecuária a nível dos agregados macroeconômicos com as mediações da dimensão abstrata e seu conjunto de categorias sem se afastar da realidade. Assim sendo, fatores como políticas agrícolas e agrárias, políticas de créditos e de preços, aspectos sociais, modernização, o papel do Estado serão considerados contribuintes mas limitados se tomados isoladamente, ou seja, em si e por si, Pois, sendo o movimento de valorização do capital o determinante, estes fatores assumem funcionalidades relevantes porém não podem ser transformados

em determinantes exclusivos para explicação de uma realidade repleta de contradições.

Considera-se como pressuposto mais importante o entendimento da realidade pela conexão entre abstrato e concreto sem que uma dimensão se superponha à outra, vice-versa, e as evidências como sendo necessariamente o ponto de partida da investigação.

A análise do movimento de reprodução da atividade agropecuária brasileira durante a década de 1980 observa num primeiro momento a participação da produção deste setor na formação do PIB na tentativa de identificar as especificidades do movimento cíclico deste setor em suas fases distintas e constitutivas. Em seguida este setor é desmembrado nos subsetores da produção animal e vegetal conforme aparece nas Contas Nacionais. Ainda executa-se um desmembramento maior que diz respeito à lógica de reprodução dos principais grupos de produtos. Depois de analisado e identificado as tendências específicas, a luz da dinâmica do ciclo econômico, será feita a reconstituição da agropecuária brasileira na perspectiva de expressar as contradições reais do seu movimento de reprodução especificamente na década de 1980.

O presente trabalho se subdivide em quatro capítulos. No primeiro aborda-se os aspectos gerais que evidenciam as transformações da agropecuária brasileira no período recente. Em seguida, no capítulo II, indica-se sumariamente as principais frentes interpretativas e as especificidades que as dão o caráter de viéses interpretativos. No capítulo III procura-se encontrar um parâmetro teórico-metodológico que possibilite uma interpretação do setor agropecuário enquanto totalidade de análise que embora apresente especificidades está inserido e submetido à lógica do movimento cíclico de valorização do capital. No capítulo IV serão apresentadas e discutidas as evidências do movimento experimentado pela agropecuária no período em questão. Consolida-se assim o

desfecho da análise cujo objetivo principal diz respeito ao estudo da reprodução da agropecuária brasileira nos anos 80, procurando identificar e interpretar suas especificidades e contradições desde a perspectiva dos ciclos de reprodução do capital com ênfase no ciclo de valorização representado pela forma $D...D'$.

CAPÍTULO I

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E O DESENVOLVIMENTO RECENTE DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

Com as transformações no processo de produção de mercadorias a agricultura vai se evidenciando cada vez mais como um setor intermediário. Quantitativamente, sua participação na composição do PIB (Produto Interno Bruto) se torna declinante. Por outro lado, se constitui qualitativamente¹ num indicador importante do desenvolvimento econômico e social. As alterações do setor agropecuário tem sua natureza no aprofundamento das relações sociais de produção subordinada e subsumida na lógica de valorização do capital.

No Brasil as transformações nas relações de produção na agricultura se precipitaram a partir do imediato pós II Guerra Mundial. Estas transformações se enquadram no contexto das transformações na economia mundial mas também pode e devem ser vistas a partir dos conflitos sociais inter-classes e intra-classes na perspectiva interna.

Concretamente as transformações podem ser vislumbradas em três fases conforme se destacam a seguir.

¹ Isto porque, considerando a cadeia da qual os produtos de origem agrícolas fazem parte na indústria e no comércio, ou seja, envolvendo as atividades à montante e à jusante, sua participação, segundo (CEDI, 1991:133) chega a 40% do PIB - tomando o caso do Estado de São Paulo.

Inicialmente é entendida como o processo de industrialização da agricultura. Num segundo momento aparecem os CAI's (Complexos Agroindustriais), determinando embora não predominem na grande produção e subordinando a pequena produção. Mais recentemente se identifica a dominação do capital financeiro na agricultura.

Através de uma tentativa de periodização, George Martine identifica três etapas, a saber:

- 1) fase da mudança na base técnica (1950 - 1965);
- 2) fase de internalização de DI, da industrialização da agricultura e de constituição dos CAIs (1965 - 1980);
- 3) fase da integração de capitais intersetoriais sob o capital financeiro (1980 até os dias atuais) [MARTINE, 1990:06]

A discussão sobre o processo de industrialização da agricultura brasileira apresentou inicialmente dois entendimentos específicos mas não conflitantes.

Desde o ponto de vista da burguesia brasileira na década de 1960, a industrialização da agricultura partia da constatação da rápida expansão da indústria e neste sentido da relação entre atrasado e desenvolvido em que a indústria aparecia como dinamizadora da economia. Como a agricultura, até então, estava baseada ainda na produção agrícola extensiva, propusera-se a industrialização e capitalização do setor agrícola como forma de superação do atraso. Para isto a justificativa encontrada foi aceitável sem maior relutância visto que, à medida que acontecia a expansão industrial, a diversificação da produção tanto efetiva quanto potencial surgiu a necessidade de uma correspondente expansão do mercado interno. Neste sentido a agricultura aparece como potencial demandadora para os produtos industriais e ao mesmo tempo fomentadora da diversificação da produção industrial. Assim, acontece mais ou menos o processo de integração e inter-relação entre a agricultura e a indústria. A agricultura comercial assimilou

esta nova dinâmica passando a produzir e adaptar-se à lógica industrial capitalista e atingir progressivamente níveis de produtividade e economias de escala. Neste momento, a modernização assumiu inegável e destacada importância, inclusive enquanto lema dos políticos.

Por outro lado, do ponto de vista da discussão acadêmica também relacionada aos partidos políticos ditos de esquerda (particularmente as idéias do PCB), a questão da modernização da agricultura brasileira foi concebida como a necessidade de um choque de capitalismo na agricultura e da extensão das relações características do setor urbano-industrial. Esta discussão se fundamentou na controvérsia entre as teses de identificação do feudalismo (Alberto Passos Guimarães) versus a tese que entendia que no Brasil o modo de produção capitalista se faz presente desde a colonização (Caio Prado Júnior).

De todas as maneiras, o processo de industrialização da agricultura brasileira nesta fase pode ser caracterizada como o processo de integração horizontal e vertical evidenciada pelas relações da agricultura com as indústrias à montante e à jusante. Não obstante, é também aqui onde se forjam as condições objetivas para a fase seguinte, caracterizada pela formação e intensificação do processo de agroindustrialização da agricultura brasileira.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o fato de que nesta fase acontecem mudanças na base técnica da produção agrícola em que a dinâmica de desenvolvimento setorial vai sendo progressivamente determinado pelos grandes estabelecimentos.

Com a industrialização da agricultura a formação do CAI não apresenta significativas mudanças nas relações de produção. Na verdade, acontece a intensificação da voracidade dos capitais no sentido de atingirem cada vez mais rápido o objetivo de valorização.

Dessa forma, o CAI pode ser considerado como a consolidação das relações capitalistas propriamente ditas no campo, sob a égide dos grandes grupos econômicos, subordinação da pequena produção e aprisionamento e apropriação do Estado pelos capitais privados no sentido de estabelecer políticas de seus interesses.

O CAI impulsionou a produção tanto da indústria quanto da agricultura e aumentou progressivamente a conglomeração via integração horizontal e vertical da produção, na perspectiva da concentração e centralização do capital, aumentou a produtividade na agricultura e criou mercado para a expansão industrial.

Outro aspecto marcante do CAI é a subordinação crescente da pequena produção à medida em que os grandes capitais determinam a qualidade e quantidade a ser produzida para comercialização. Neste sentido, os grandes capitais também atuam através de monopólios e oligopólios, ou seja, os pequenos produtores se subordinam comercialmente a um ou poucos compradores. Em suma, esta forma de integração pode ser vista como uma espécie de nova divisão intersetorial do trabalho.

Na primeira fase observa-se que os investimentos estiveram condicionados pela ação do Estado. Para isto, a justificativa foi de que a agricultura era um setor de altos riscos naturais (condicionados às intempéries do tempo), da necessidade de um maior volume de capital de giro (dado o seu ciclo específico de reprodução), além de ser considerado um setor atrasado comparativamente ao então dinamismo industrial. Não obstante, observa-se que a lógica do capital induzia os investimentos produtivos a se mobilizarem para investimentos industriais.

As políticas para o setor se deram através de: incentivos financeiros e fiscais; empréstimos a juros reais negativos; créditos subsidiados; políticas de preços mínimos; participação direta do

Estado na produção e importação de insumos e fertilizantes; entre outros aspectos.

Devido ao crédito rural os capitais nacional, estrangeiro e estatal, principalmente os grandes capitais estrangeiros das multinacionais, passaram a ver a agricultura como setor relativamente seguro no que concerne ao retorno imediato e muitas vezes antecipado da lucratividade esperado. Dessa forma, ao longo do processo histórico subsequente observa-se que o crédito rural foi condicionando as concentrações e centralizações de capitais e evidenciando as desigualdades entre capitais, sociais, regionais e subsetoriais.

O fortalecimento dos grandes grupos econômicos sobretudo os atuantes nos setores agrícolas consolidados nos CAIs passaram a influenciar senão determinar a formulação de políticas monetárias, fiscal, salarial, cambial e relativas ao comércio interno e externo, [Íd. *ibid.*:24].

Na terceira fase, correspondente à dominação do capital financeiro, já à mercê dos grandes grupos econômicos, se torna fácil compreender a conivência do Estado para com os interesses dos grandes capitais. O Estado continua assumindo o ônus de financiar a acumulação privado-capitalista e dos setores agrícolas em particular, apesar da tão propalada crise financeira do setor público.

Entretanto, neste momento, a voracidade dos capitais se sente atingida e passa a existir um confronto político entre governo federal e os grandes grupos dominantes na agricultura. A partir de então e por toda a década de 1980 a economia brasileira experimenta um processo de incertezas e outras adversidades de maneira que caracterizou este período como de uma crise sem precedentes. Esta crise se manifesta nos níveis econômico, político e social. Como

ilustração, as taxas de crescimentos comparadas à década anterior e tomando por base o ano de 1980 (1980 - 100) percebe-se que 1980 aparece como ponto de inflexão na produção da riqueza material. Desde a perspectiva política tem-se o crepúsculo do regime militar, evidenciado na abertura política e a eclosão dos mais diversos problemas sociais; enfim, apontava-se para uma crise bastante substancial e sem perspectiva de uma reorganização. Tanto foi assim que a década de 1980, a certa altura, recebeu a denominação de "década perdida".

O processo estagnativo da reprodução pode ser observado no nível global das atividades assim como pelo desmembramento em diversos níveis das atividades econômico-produtivas. Sendo que, conforme o desmembramento das atividades o que se pode concluir, antecipadamente, é que a crise apresenta facetas específicas. Neste sentido, se faz necessário debruçar sobre a realidade da década para investigar as facetas específicas do capital na sua tentativa de retroalimentação.

Entre outros aspectos, o que motiva a delimitação da agropecuária brasileira como objeto de análise é o fato deste setor apresentar comportamento bastante específico em relação às fases do ciclo econômico. Por isto, um estudo desta realidade desmembrada deve demonstrar os fatores contraditórios internos que determinam este movimento global. Visto que, não pode-se partir do princípio da existência de equilíbrio - isto é, de um ramo de atividades que escapa à crise - nos níveis de atividades sejam nos subsetores ou mesmo por produtos e regionais. Não obstante, tem-se a questão dos conflitos sociais de classe como elementos contribuintes para a explicação do comportamento setorial da agropecuária.

Uma outra questão justificativa para uma análise da agropecuária diz respeito a saber se este setor não estaria no seu limite exaustivo de declínio a explicação, ou seja, representar em

torno de 10% ou um pouco menos a sua participação na composição do PIB?

Dada a caracterização de um ciclo econômico pelo estágio de modernização-tecnificação impõe-se investigar: quais os tipos de transformações ocorreram no setor agropecuário brasileiro nos anos de 1980?

Por fim, desconhecendo a existência de um estudo desta natureza no Brasil, isto é, baseada no movimento do ciclo econômico de valorização do capital, as questões anteriormente colocadas e a base teórica adotada deve possibilitar um estudo conjuntural completo da realidade específica desde uma perspectiva macroeconômica. Ao contrário, o que se identifica são análises que se caracterizam por generalizações de aspectos particulares ou por deformações da realidade devido ao fato de sublimar-se o passado e idealizar-se o futuro.

CAPÍTULO II

RECONSTITUIÇÃO DO DEBATE RECENTE SOBRE AGRICULTURA NO BRASIL E SEUS VIÉSES INTERPRETATIVOS.

No processo histórico do desenvolvimento sob a égide capitalista, a agricultura passa por fases e assume faces cuja evolução não é linear nem obrigatória e não menos contraditória.

Inicialmente, a agricultura assume a face de entrave ao desenvolvimento na medida em que suas relações de produção são adversas às necessidades do capitalismo. Porém, conforme destacou Kautsky no início do século XX, a mercantilização do setor rural e de suas relações de trabalho desdobram-se por significativas transformações. Nisto o papel do dinheiro é considerado decisivo.

No contexto do capitalismo mundial, outro momento decisivo para a agricultura decorre das transformações desencadeadas a partir da II Guerra Mundial. Desde então, verifica-se crescente integração da agricultura ao processo industrial sob o comando de grandes empresas, grandes grupos econômicos e sob ação do Estado. Este processo passa da simples industrialização da agricultura à formação dos CAIs. Com isto a agricultura deixa definitivamente de ser entrave ao desenvolvimento capitalista para assumir a clara função de setor propulsor da acumulação capitalista.

Segundo Muller (1989:08) a integração entre agricultura e indústria suprime a separação entre campo e cidade. Isto é, os problemas econômicos, políticos e sociais assume nova configuração. Em seguida observa que acontece a unificação interdepartamental entre os ciclos econômicos e as esferas da produção, distribuição e consumo, [Íd. ibid.:18-23]. Por conseguinte, o controle da produção e distribuição por agroindústrias e supermercados torna o setor agropecuário cada vez mais produtor de matérias-primas cuja produção social deixa de ser exclusivamente provinda do "laboratório natural" e passa a se constituir enquanto produção social mecanizada e planejada para o lucro.

Não obstante, a nova configuração é considerada como filha da Revolução Industrial baseada na mecanização e quimificação e determinada, enquanto modelo, pelos EUA e traz consigo novas desigualdades ao tempo em que acentua o parasitismo do capital monopolista. Segundo Muller, novos saltos no contexto capitalista deve ser entendido como "modernização na modernização" que provocará mudanças tanto nas estruturas sociais quanto na base material da vida, [Íd. ibid.:131-134]

No contexto acima apresentado, o Brasil se integrou na condição de dependente no que se denominou de "Revolução Verde" que teve os EUA como dominante e/ou impostor. Inicialmente experimentando o processo de industrialização da agricultura e passando pela formação e consolidação dos CAIs e desembocando na dominação do capital financeiro influenciando e/ou determinando as atividades agropecuárias. Processo este do qual o estágio atual (década de 1980) aparece como a síntese das transformações das relações sociais de produção e trabalho que se acentuaram no pós II Guerra Mundial. Não obstante, representa para a economia e para a agropecuária em particular, o ocaso de um determinado padrão de desenvolvimento evidenciado pela estagnação e esgotamento das alternativas do modelo

- cuja retomada deve passar pela reestruturação econômica, política, social e ideológica.

Assim, considerando a década de 1980 como um período de crise e a crise como um momento adequado e necessário a reflexões e autocríticas, procura-se identificar as grandes questões das frentes interpretativas relativas à agropecuária brasileira, no período recente, suas limitações no sentido de se chegar a indicações teórico-metodológicas que oriente os objetivos da análise ora empreendida. Neste sentido, parte-se da constatação de que o pensamento brasileiro aparece de maneira bastante fragmentário e se caracteriza pela predominância, nas análises, pela presença e/ou recorrência a viéses particulares. Isto é, em geral as contribuições não apresentam a nossa realidade na totalidade de suas contradições constitutivas. São interpretações motivadas ora pela ordem estrutural ora decorrente dos movimentos conjunturais e seus respectivos momentos do processo de flutuação na acumulação de capitais que em geral causam impacto, contribui relativamente e muitas vezes se perdem no tempo. E, diante das crises, o pensamento e seus viéses interpretativos entram em conflito com o mundo real, entre si e consigo mesmos.

Segundo Guido Mantega, citado por Laudénir Galina, as frentes interpretativas, pelo menos até 1975, são sintetizadas entre ortodoxos e doutrinários que se desdobram na confrontação entre a tese feudal versus anti-feudal (defensora da tese de existência do capitalismo na agricultura brasileira), desenvolvimentistas cepalinos e dependentistas, [GALINA, 1981:18]. Estas interpretações analisam a agricultura, respectivamente, quanto a estrutura produtiva, pelo papel exercido pela agricultura no desenvolvimento e pelas conseqüências para a agricultura frente ao desenvolvimento capitalista.

No entendimento de Galina, em meados da década de 1970 emerge outro debate que se preocupa mais de perto com as questões relativas às pequenas unidades de produção familiar camponesa. Sendo que, tal perspectiva visa preencher lacuna deixada pelas frentes interpretativas até então existentes.

No entanto, a crise experimentada pela economia brasileira nos diversos níveis durante a década de 1980 evidencia a inadequação dos parâmetros convencionais tanto na explicação da realidade e suas particulares determinações, quanto na indicação de preposições de retomada do crescimento e enfrentamento dos problemas.

Relativamente ao pensamento o que se observa é que as grandes questões tem como identidade o fato de abordarem a agropecuária à luz do desenvolvimento e crescimento econômico, ora em defesa ora de forma crítica ao modelo e por suas conseqüências resultantes. Outro ponto comum diz respeito à preocupação com a funcionalidade da agricultura no capitalismo.

Olhadas mais de perto as análises podem ser desdobradas pela ênfase atribuída ao:

- 1) desenvolvimento econômico, seu crescimento e o papel da agricultura ou simplesmente pela funcionalidade;
- 2) aportes da modernização;
- 3) análise do setor a partir dos elementos de políticas públicas para a agricultura e
- 4) um versão que enfatiza as questões das pequenas unidades de produção familiar camponesa.

Charles Mueller é mais enfático ao dizer que grande parte das análises da agricultura brasileira tem enfatizado aspectos econômicos estreitos, baseando-se na teoria econômica convencional, (MUELLER, 1982:89). Entretanto, na nossa opinião isto enquadra mais explicitamente os três primeiros viéses.

Tal proposta de enquadramento encontra respaldo no trabalho de Ana Célia Castro e co-autores quando esta autora afirma que:

"Em conclusão, poderíamos dizer que no debate de idéias travado no Brasil ao longo das três últimas décadas, foi o tema do desenvolvimento aquele que suscitou paixões mais acaloradas. Tratava-se de discernir um caminho que abrisse perspectivas de bem-estar e progresso para o país e a sociedade como um todo. Daí o alto grau de politização de que ele se revestiu, sobretudo no período anterior a 1970," [CASTRO, et all, 1979:55]

Jurandir Xavier também observa que

"... a literatura especializada sobre a agricultura brasileira encontra-se impregnada daquelas que seriam as funções da agricultura no desenvolvimento econômico" [XAVIER, 1983:01]

A opção por associação das interpretações a determinadas matrizes do pensamento aqui denominados de viéses interpretativos e não por analisar interpretações independentes, mesmo que algumas pareçam ou queiram ser assim denominadas, se deve à vasta e não menos complexa literatura sobre o assunto em pauta.

A seguir procura-se expor sumariamente o surgimento, desdobramento e crise das frentes interpretativas.

2.1. Desenvolvimento e crescimento econômico e o papel da agropecuária.

A tentativa original de um pensamento próprio para a América Latina surgiu com a fundação da CEPAL, mais precisamente a partir de 1949. A preocupação foi dar respostas às desigualdades que caracterizavam as relações econômicas internacionais entre centro e periferia. A perspectiva se coloca como superação do simples pensamento colonial e reflexo do positivismo e liberalismo que predominava na Europa assim como anti-imperialista, sem ser anti-capitalista, frente ao que emergira nos EUA.

Teoricamente a CEPAL foi uma crítica à teoria do comércio internacional das vantagens comparativas. Na prática representou a reordenação das economias latino-americanas à ordem capitalista no pós II Guerra Mundial e das alianças interburguesas para o desenvolvimento nacional. Dessa forma a CEPAL se constituiu enquanto agência do desenvolvimento ao elaborar e propor políticas econômicas para a modernização econômica, social, institucional e ideológica dos países da América Latina.

Segundo Marini (1992:68), a teoria da CEPAL tem a ver com o papel dos EUA na construção do mundo capitalista no pós-guerra e representou a domesticação ideológica do Terceiro Mundo. Neste processo a industrialização foi o vetor principal ao passo que as desigualdades existentes decorrentes seriam resolvidas com o desenvolvimento industrial.

No entanto, conforme destacou Theotônio dos Santos [SANTOS, 1976] a teoria desenvolvimentista cepalina na América Latina entrou em choque consigo mesma e com a realidade no início da década de 1960 quando emergiu e se agudizou as crises econômicas, políticas, sociais e ideológicas que culminaram em sucessivos golpes de Estado - golpes militares. Não obstante, repercutiu enquanto frustração em relação ao otimismo e autoconfiança da intelectualidade de então que acreditava na superação do subdesenvolvimento adotando modelos formais muitas vezes concebidos em outras e para outras realidades específicas.

Segundo Marina, a crise do desenvolvimentismo se deveu ao fato de não se ter conseguido efetivar as reformas estruturais esperadas nem corrigir as desigualdades e por não ter-se conseguido desenvolver o setor de bens de produção. Ao contrário, se deu o aprofundamento das desigualdades e os investimentos se voltaram para onde preexistia capacidade de consumo (MARINI, 1992:81). Este autor observa que quando os cepalinos se deram conta da necessidade de

reformas estruturais já era muito tarde. Pois, tinham perdido a posição privilegiada conquistada inicialmente. A partir de então passaram a se dedicar e contribuir com meros relatórios. A nível teórico os dependentistas foram quem passaram a ocupar posição relevante.

O desenvolvimentismo ressurgiu como nova atitude da burguesia que se esforça na criação de uma nova ideologia na década de 1970. Nesta nova versão passa a discursar sobre distribuição de renda e correção de outras distorções e propõem um neo-desenvolvimentismo endógeno (nova etapa da substituição das importações - agora no setor de bens de produção). Novamente se perdem diante das imposições imperialistas.

No Brasil a perspectiva neo-desenvolvimentista atua pelo projeto Brasil Potência Mundial Emergente consubstanciado no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

O neo-desenvolvimentismo perde espaço para as idéias neoliberais e alternativas que marcaram a década de 1980.

2.1.1. O lugar da agropecuária

No contexto dos desenvolvimentistas e seus desdobramentos a agricultura apresenta movimentos e interpretações particulares motivadas ora por questões estruturais ou ora pelas conjunturas específicas. Inicialmente o setor primário não foi colocado como prioridade e até mesmo recebeu pouca atenção dos estudiosos, em grande parte porque o desenvolvimento industrial era o que sugeria modernidade e avanço.

Como a indústria passou a ser o eixo de acumulação da riqueza material, em 1956 passa a dominar relativamente na composição do PIB, a agricultura deixa de ser ênfase e passa a ser considerada

empecilho ao desenvolvimento ao tempo em que se consubstancia a derrota das oligarquias agrárias primário-exportadoras dando lugar à burguesia industrial emergente.

Relativamente à agricultura a controvérsia se trava entre estruturalistas e neoclássicos.

Os estruturalistas defendiam a superação do atraso do setor mediante um choque de capitalismo, isto é, pela extensão das relações de trabalho características do setor urbano-industrial, passando por reformas na estrutura da propriedade da terra (reforma agrária) e implementação da modernização (mudança da base técnica). Tal debate se fundamentou na controvérsia sobre modo de produção - entre a tese que identificava o feudalismo (Alberto Passos Guimarães) versus a tese que entendia que no Brasil o modo de produção capitalista se faz presente desde a colonização (Caio Prado Júnior), como foi destacado anteriormente.

Na realidade, porém, prevaleceu o pensamento neoclássico que recomendava a intensificação da relação entre agricultura e indústria, e a industrialização da primeira sem reforma agrária. Assim, propusera-se a substituição de fatores abundantes (terra e mão-de-obra) por fatores escassos como máquinas, fertilizantes e demais insumos modernos. A agricultura assimilou a partir daí os princípios da chamada "Revolução Verde". A agricultura foi incluída nos instrumentos de políticas econômicas e o Estado tomou a frente do processo. Na verdade, o governo nunca está à margem das grandes mudanças econômicas. E, neste caso, tem-se dois componentes fortes que são a substituição da luta de classes por imposições repressivas do regime militar, por um lado e o parasitismo da burguesia, por outro lado, que historicamente se sustenta nas " tetas do Estado" para dar continuidade ao seu processo de acumulação, sobretudo atualmente no Brasil.

Com a consolidação do modelo denominado de modernização "conservadora", "excludente", "dolorosa" ou como queira-se, a agricultura passou a ser analisada em sua funcionalidade. Isto é, as interpretações se pautaram por observar o papel que o setor exerce para corrigir os desequilíbrios macroeconômicos ou para fazer face ao desenvolvimento econômico. Neste sentido tem exercido hegemonia o viés do pensamento burguês que trata a agricultura como objeto de políticas públicas, sobretudo ao nível de retórica.

A contribuição da agricultura ao desenvolvimento requer que o setor cumpra funções como:

"a) fornecimento de um fluxo contínuo de alimentos para o mercado interno, condição fundamental para a reprodução da força de trabalho do sistema; b) liberação da mão-de-obra para os setores não-agrícolas, de forma a atender as necessidades geradas pela proliferação de atividades urbanas, resultando na manutenção de um permanente exército industrial de reservas; c) geração de recursos e transferências de capitais objetivando financiar a capitalização da economia na reestruturação de sua base técnico-econômica; d) geração de divisas com a expansão das exportações; e) garantia, a contento, de um mercado para produtos da indústria, visando contribuir para a dissipação de um problema da demanda efetiva do sistema," [LACERDA, 1985:54]

Em outros termos, o mencionado acima indica que a agricultura tem sido chamada a resolver problemas conjunturais como miséria, inflação, do balanço comercial e de pagamentos, sustentação de renda e/ou redistribuição de renda, enfim, procura-se no setor a panacéia para os problemas da crise econômica, política e social inerentes às fases recessivas das flutuações cíclicas do capital.

Os argumentos iniciais para a intervenção do Estado no setor agropecuário, principalmente na produção vegetal, via subsídios e outros mecanismos, justificou-se pela necessidade de dinamizar e modernizar o setor cuja papel das políticas públicas visavam combater as incertezas e instabilidades na produção e no mercado então observadas, assim como, pela necessidade do setor agrícola se tornar mercado para os produtos industriais para a agricultura e fornecer matérias-primas a preços baixos para as agroindústrias.

Nesta perspectiva e em função dos riscos e incertezas das inversões, os grandes capitais não se estimulariam a investir no setor agropecuário e com isto o setor não se desenvolveria.

No entanto, o que apareceu como justificativa para um tratamento diferenciado, para a agropecuária, transformou-se em mecanismo dos capitais, sobretudo os grandes, de manutenção de rentabilidade garantida, como será melhor demonstrado no capítulo IV.

2.2. Aportes da modernização.

No Brasil, as questões relativas à modernização da agricultura emergiram no contexto que foi identificado no dualismo na nossa economia; entre o dinamismo do setor urbano-industrial versus agricultura tradicionalmente atrasada. Enquanto processo desencadeou-se a então industrialização da agricultura. Neste contexto surgem as várias compreensões do que seria a modernização onde se tem como principais frentes interpretativas polarizadas entre os estruturalistas/cepalinos e os funcionalistas/neoclássicos.

Estas questões têm ênfase com a consolidação do novo paradigma industrial, principalmente devido às inegáveis transformações na produção da vida e dos valores que a legitimam (SOUZA, 1994:14). Neste novo contexto a agricultura e as questões relacionadas a ela, talvez até mesmo por mero comparativo, se colocou como atrasada, retrógrada, reacionária, tradicional, etc.

No entanto, depois de um certo avanço, a modernização industrial encontrou alguns limites, experimentando um freio na perspectiva de avanço. Buscou-se, então, na agricultura a perspectiva da expansão industrial. Isto é, industrializando a agricultura esta se tornaria também moderna e ao mesmo tempo impulsionaria a industrialização. Com isto se tem a crescente

penetração do capitalismo no campo onde se via aí a perspectiva de retomada da taxa de lucros. Isto também pode ser traduzido na integração intersetorial entre os setores produtivos da economia.

Do ponto de vista dos estruturalistas a modernização corresponderia a um "choque de capitalismo", ou seja, a supressão do dualismo pela extensão das relações de trabalho características do setor dinâmico, inclusive pelo assalariamento e das legislações trabalhistas, somado á reestruturação da propriedade fundiária (reforma agrária). A modernização deveria se dar tanto de dentro para fora como internamente, ou seja, "tanto no âmbito da agricultura como nas relações da agricultura com o resto do país", (MORENO, 1987:86).

No entanto, enquanto os estruturalistas estavam preocupados com as questões como resquícios feudais, choque de capitalismo na agricultura, estrutura fundiária para superar, entre outras coisas, a inelasticidade da oferta, o capitalismo foi adquirindo forma no setor (se consolidando) e, via mercado, resolvendo os problemas de oferta. Como observa Guilherme Delgado, sem necessidade de reforma na estrutura fundiária, mas ao mesmo tempo acirrando os conflitos sociais regionais e setoriais, (IN: PEREIRA, 1987:45).

Por outro lado, as idéias neoclássicas, que dão sustentação à burguesia/oligarquias, comandada pelos tecnocratas, observaram que a modernização da agricultura deveria corresponder a mudança no processo de produção e no relacionamento com a indústria (integração) de forma a economizar mão-de-obra e pela introdução de inovações técnicas sem mexer na estrutura da propriedade privada da terra. Pois identificavam que seria necessário modernizar/tecnificar a agricultura para aumentar a produção via produtividade, reduzindo os custos para fazer face à crescente demanda efetiva e potencial de alimentos, matérias-primas, divisas, etc. Nesta perspectiva comandaram o que se denominou de industrialização da agricultura

através de "pacotes tecnológicos" de acordo com o modelo da chamada "Revolução Verde". Vale destacar, entretanto, que para estes os benefícios sociais seriam mera decorrência da modernização que o livre mercado possibilitaria pelo equilíbrio

Desde a perspectiva teórica os neoclássicos se pautaram em diversos modelos interpretativos (quando se tentou explicar o que foi aqui experimentado). Neste sentido, Robério Santos (SANTOS, 1986:32) associa as interpretações aos seguintes modelos:

- 1) de conservação da natureza, baseadas nas experiências inglesa e alemã, elaborado por Licbeg;
- 2) modelo de impacto urbano-industrial formado por Schultz onde os centros urbanos são considerados determinantes;
- 3) modelo de difusão onde o processo ocorre pela disseminação das técnicas pelos próprios agricultores;
- 4) modelo de insumos modernos via transferências de tecnologias dos países desenvolvidos;
- 5) modelo de inovação induzida, onde se visa poupar os fatores escassos, isto é, as inovações seriam indicadas pelo mercado, ou modelo de Hayami e Ruttan;
- 6) modelo de Janvry, partindo do princípio de que a agricultura enfrenta situações desfavoráveis nas relações de troca, para quem a demanda por tecnologias origina-se da matriz de retornos esperados;
- 7) modelo de Pastore, Dias e Castro, partindo da hipótese das inovações induzidas e determinadas por grupos de pressão cujos elementos são: grau de concentração geográfica do produto e possibilidade de industrialização do produto e de se incorporar resultados de pesquisas do exterior;
- 8) modelo do mecanismo de autocontrole elaborado por Ruy Muller Paiva, considerado aqui o mais completo em relação aos anteriores porque se questiona sobre o que explica a adoção de novas tecnologias, distingue o processo entre o caráter micro e macroeco-

nômico, os quais expressam as vantagens da utilização de uma técnica sobre a outra, aspectos da prestação de assistência técnica, das possibilidades de recursos materiais, experiência de crédito, etc.

O autor acima mencionado observa ainda que

"... este conjunto de modelos, junto com o trabalho de Schultz (1985) foram utilizados como fundamento teórico no processo de modernização da agricultura brasileira a partir de meados da década de 60 ...". (Íd., *ibid*:33)

e se caracterizam como viéses.

Desde um ponto de vista crítico pode-se dizer que este conjunto de modelos expressa, enquanto unidade, o fato de se limitar a analisar o processo exclusivamente a nível aparente. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que tal visão comandou a implementação da chamada modernização da agricultura brasileira. Por outro lado, para entender a essência desses fenômenos é preciso se ter presente o processo de internacionalização da produção comandado pelo imperialismo norte-americano na reordenação do capitalismo no qual o Brasil apareceria como mera coadjuvante que nem chegaria a aparecer com nitidez no foco da câmera.

Agora, relativamente à perspectiva interna do processo de reprodução da riqueza social nas atividades agropecuárias, a modernização correspondeu à integração intersetorial (entre agricultura e indústria) das atividades econômico-produtivas para não falar da integração financeira. Seu caráter se expressa concretamente pela introdução de maquinarias, equipamentos e insumos industriais corporificados na industrialização crescente da produção agrícola.

Na verdade, conforme destaca Martin "a chamada 'modernização' da agricultura brasileira modificou a fisionomia, a cultura, o semelhante e a vida da nação ..." (MARTIN, 1987:11), acrescentando que correspondeu ao processo através do qual "... o homem que na loucura de sua tormenta buscou ajuda do inferno" na medida em que

fundamentou a modernização na "Revolução Verde", ou seja, correspondeu a adequação aos anseios do imperialismo, contrapondo-se aos interesses da economia nacional, mais precisamente ao que demandaria a população brasileira em seu crescimento.

Contudo, esta é apenas uma das facetas do capital expressa aqui mas que não se extingue internamente. Pode ser entendido como uma forma da busca pela valorização onde a chamada modernização se expressa como um meio.

Internamente a modernização intensificou a contradição entre classes e intra-classes seja pelo crescimento da miséria no meio da riqueza pura ou pela transferência do poder das oligarquias conservadoras para as mãos do capital industrial e financeiro.

Pelos princípios da modernização conservadora encontrar-se-ia a solução mágica para desenvolver produtividade e aumentar a renda interna e o excedente exportável. Neste processo, empregos e salários viriam em decorrência, mas a modernização não solucionou os problemas a não ser os da valorização do capital. Ainda na perspectiva interna, da nação, parece ter contribuído para agudização dos conflitos como foi destacado anteriormente, isto é, ao invés de eliminar a fome agudizou-a, acentuou o desemprego e as desigualdades sociais e regionais; excluiu e/ou subordinou os pequenos agricultores, em suma, não dinamizou sócio-economicamente a agricultura brasileira.

Tais aspectos podem ser melhor identificados se colocados em contexto dos ciclos de reprodução e valorização do capital. Jamais se pode colocar a modernização como forma da agricultura na superação de atrasos, estritamente, nem como forma de solucionar problemas sociais quando esta se coloca no contexto do desenvolvimento capitalista.

Também parece pouco elucidativo tentar se posicionar contrariamente dizendo que a modernização é "conservadora", "dolorosa", "selvagem" ou qualquer outro adjetivo que venha a ser empregado. Entretanto, apenas se denuncia e muitas vezes estas denúncias se perdem no vazio ou pouco repercutem diante das formas encontradas pelo capital para dar continuidade ao seu processo de valorização.

Outros aspectos que têm sido objeto de análise é que limitam a observar a modernização pelos parâmetros da produção, produtividade, incorporação do capital, progresso técnico, em suma, mudança na base técnica da produção sem levar em consideração o que representa a essência deste processo - a valorização, concentração e centralização do capital que se assentam sobre a lei geral da acumulação capitalista conforme evidenciou Marx.

Estes aspectos são interessantes de serem chamados à atenção sobretudo no período em questão, porque é na década de 1980 onde se evidenciará o esgotamento do padrão de modernização da agricultura brasileira, seja no paradigma tecnológico, na organização social do trabalho, regime de acumulação e modo de regulação, conforme mencionou Ricci (1993:03). Isto porque o Estado não mais suportaria arcar com os custos de valorização do capital via crédito subsidiado e outros meios, ao mesmo tempo em que o capital imperialista já impõe outros processos baseados nas biotecnologias, assim como intensifica-se as reivindicações sociais e ecológicas diante da abertura política rumo à democratização.

2.3. As políticas públicas para o setor agropecuário

A ação do Estado para o desenvolvimento capitalista é algo hoje indiscutível. Nos países dependentes (neocoloniais e semi-coloniais) esta ação tem sido muitas vezes decisiva.

No período recente, as políticas públicas para o setor agrícola brasileiro podem ser demarcadas a partir de alguns pressupostos básicos ora conflitantes e ora complementares dentre os quais destacamos três. O primeiro parte da necessidade de incentivos e garantias para atrair investimentos produtivos, ou seja, estimular os capitais para se mobilizarem para o setor agropecuário. O segundo se relaciona aos conflitos sociais do campo. São os defensores das frentes modernizantes. Uma terceira visão coloca as políticas agrícolas e agrárias como a manifestação do Estado capitalista em defesa e proteção dos objetivos do capital - manutenção e elevação da taxa de lucros e manutenção da ordem social política e econômica então dominante e determinante.

Neste sentido, os elementos básicos de políticas para o setor agrícola são: créditos e subsídios à modernização, preços mínimos, estoques reguladores ou armazenamentos, políticas tecnológicas e fundiárias. Cada elemento traz à tona particularidades importantes, embora todos em conjunto reflitam a hegemonia e grande influência dos grandes grupos econômicos, sejam os empresariais, financeiros e os estabelecimentos organizados ou não em associações. É a dominação da burguesia e suas frações no processo decisivo e deliberativo em favor da acumulação.

Por outro lado, quando se fala em políticas agrícolas as ações, em geral populistas, dos governantes que falam de reforma agrária, distribuição de renda e correção das desigualdades setoriais, regionais e sociais, se limitam ao plano retórico e se vinculam à necessidade de legitimação do bloco então no poder.

Guedes Pinto (1980) distingue quatro categorias da políticas para o setor agropecuário, a saber: políticas de recursos e técnicas de produção, políticas essencialmente econômicas, políticas de organização empresarial e políticas de mobilização social, (SZMRECSANYI, 1983:326).

Guilherme Delgado, por sua vez, destaca que os aspectos mais concretos de intervenção do Estado no setor agrícola são: normativos ou tradicionais - que estabelecem legislações, contrato de trabalho, estrutura da propriedade, etc; financeiros e fiscais - como incentivos fiscais, incentivos monetários-financeiros, etc; produtivos - produção de fertilizantes como é o caso da Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, etc; previdenciários - que promovem benefícios parciais via INPS-INAMPS. Registra inclusive que este último aspecto tem sido dos mais insuficientes, (DELGADO, 1985:43).

Entretanto, um rastreamento mais completo do processo de elaboração de políticas agrícolas será encontrado em Mueller (1982) que a subdivide em três perspectivas. Segundo este autor, grande parte das análises da agricultura brasileira tem enfatizado aspectos econômicos estreitos. Tal perspectiva se baseia na teoria econômica convencional do bem-estar social de fundamentos neoclássicos. Neste sentido à formulação de modelos de políticas, considera-se que a escolha é racional e que os ganhos de uns não implica em perdas para outros e tem a aplicabilidade válida para qualquer circunstância.

Por outro lado, Muller diz que a perspectiva acima tem uso prático limitado por ser concebida "no vácuo social", ou seja, não reconhecer o ambiente político-social. Diante disto, apresenta uma análise alternativa que se fundamenta na ciência política e em especial na abordagem sistêmica. Assim, articula o papel do Estado na arena das negociações e confrontação de interesses antagônicos e a concepção de governo de "políticas da corte".

Porém, a nível de perspectiva analítica particular propõe uma abordagem que enquadra as políticas nas tendências reativas e criativa. Sendo reativa, a política procura fazer face às mudanças e tem como parâmetro o consumo. A nível de ilustração chama a atenção para o período do processo de substituição das importações. As políticas criativas, por seu turno, visam aumentar a quantidade e

qualidade dos recursos políticos via investimentos. Como exemplo observe-se o período do regime militar.

Quanto ao processo de articulações dos setores (segmentos atingidos) sociais destaca as questões da combinação central, tendência ideológica, grupos de estabilidade e extra estabilidade, setores mobilizados e externos. A articulação intersetorial é quem define e delibera sobre as políticas agrícolas e agrárias.

No Brasil a combinação central é constituída por frações militares, grupos industriais e financeiros nacionais e multinacionais, tecnocratas e burocratas governamentais [MUELLER, 1982:110], com destaque para os militares e tecnoburocratas de alto nível a partir de 1964 [Íd. ibid.:113] versus repressão coercitiva para os grupos de extra-estabilidade. Neste processo as justificativas são de que para a agropecuária procuraram compensar a discriminação do setor frente a estratégia urbano-industrial, principalmente porque o regime é dependente do setor agrícola quanto ao desempenho de algumas funções básicas no crescimento econômico.

Assim, passa-se a formular políticas explícitas para o setor agrícola das quais participam dois grupos: os "Planejadores da modernização" e os "planejadores da agricultura". Do primeiro grupo participam os ministérios da agricultura e da fazenda e outros microorganismos, como Banco do Brasil, BNDES, etc. Diríamos que estes são os planejadores de fora que em geral predominam porque definem objetivos e limites. O segundo grupo é comandado pelo Ministro da Agricultura e todo seu aparato técnico que contribuem para a articulação de estratégias que em geral são de curto prazo. São estes últimos quem estabelecem o processo de exploração não destrutivas.

Não obstante, a contribuição efetiva das políticas públicas para o setor agropecuário diz respeito à transformação de um setor

conservador, atrasado e de alto risco para investimentos num setor dinâmico e seguro para os investimentos capitalistas. No entanto, não se pode superestimar o papel das políticas públicas em detrimento da lógica cíclica e das leis que a constituem.

Destaque-se entretanto que as políticas públicas para a agropecuária contribuíram significativamente para a consolidação de um padrão de desenvolvimento capitalista do setor até a década de 1970. Porém, à medida que acentuaram-se as instabilidades nos preços e na taxa de lucros e de juros e aceleração do processo inflacionário, o crescimento do setor agrícola se comprometeu e entrou no marasmo da falta de perspectivas. Sobre o setor recaiu pesadamente a recessão ao tempo em que teve como agravante a discriminação através de sobrevalorização cambial. As consequências recaem de forma dramática sobre os consumidores, sobretudo para os de baixo poder aquisitivo, marginalizados e excluídos a ponto de acentuar a polarização social no campo. Notadamente, elevaram-se os índices relativos e absolutos de miséria.

Diante da agudização dos problemas, "os programas dos governos para aliviar os efeitos sobre os segmentos mais pobres da sociedade não atingem o meio final", [ALVES, 1991:66]. Assim, as políticas para o setor se ressentem de resultados e cada vez mais se limitam ao plano retórico. As diretrizes tornam-se emergenciais, de curtíssimo prazo, vulneráveis e passam a se caracterizarem apenas como necessidade de respostas do governo para com os acontecimentos do campo e particularmente a manutenção da ordem, deixando a desejar sob os mais diversos pontos de vista.

Muitas vezes a ênfase atribuída às políticas públicas superestima a ação do Estado. No entanto, a superestimação da ação do Estado a partir das diretrizes de políticas públicas para a agricultura pode ser vinculada ou à tese do "capitalismo monopolista de Estado" ou à tese defendida pelos neoclássicos. Por outro lado,

conforme Mandel (1985:360-361), mesmo tendo aumentado o planejamento estatal no pós II Guerra Mundial e este planejamento sendo mais ou menos intenso, dependendo das especificidades da realidade histórica determinada, não tem sustentabilidade a tese do "capitalismo monopolista de Estado" (CME). Pois, o Estado não assume totalmente as funções de acumulação do capital nem elimina a concorrência. Através do Estado se governa mas quem reina é o capital.

É preciso reconhecer a onipresença do Estado no processo de acumulação enquanto o capital domina. Porém a onipotência do Estado tem implicações inclusive metodológica.

Como observou Marx, quando tratou especificamente do método da Economia Política,

"A mais simples categoria econômica (...) pressupõe a população, uma população produzindo em determinadas condições e também outros tipos de famílias, de comunidades ou Estados (grifos por nossa conta)."[MARX 1982:14-15].

Por conseguinte, a dominação completa da agropecuária pelo capital e as transformações que mudaram sua lógica e seus processos específicos de reprodução da riqueza social-material. Neste sentido, não se justifica o protecionismo ao capital como anteriormente se reivindicava e se efetivou, ao contrário do que insiste o corporativismo dos apaniguados do sistema para continuar se beneficiando dos recursos públicos.

No presente trabalho as políticas públicas para a agropecuária se enquadram no conjunto das leis do processo de acumulação. A ação do Estado, especificamente, deve ser vista a partir das questões políticas do processo de legitimação dos governos, da retroalimentação do capital parasitário, pelo Estado, na sua sede de acumulação. Neste processo o crédito tem papel relevante mas nada mais é do que um instrumento, que diga-se de passagem, é um dos mais eficazes.

Os raciocínios anteriormente demonstrados escondem a questão segundo a qual as políticas públicas para o setor agropecuário são manifestações das ações imperialistas impostas pelos EUA para os países do Terceiro Mundo e ao mesmo tempo funcionou para este (EUA) como a forma de fazer face a sua superprodução de máquinas, fertilizantes e outros insumos agropecuários. Por outro ângulo tem-se que as políticas inicialmente contribuíram para evitar a queda da taxa de lucro no país imperialista.

Tais políticas se consubstanciam no processo de internacionalização do capital produtivo e na incorporação das atividades agropecuárias no processo sob comando dos grandes grupos econômicos cujos interesses são essencial e/ou exclusivamente financeiros.

Neste sentido, a partir de 1966 os EUA condicionam os países receptores ao cumprimento de certas condições tais como: fomento a ramos industriais complementares à agricultura (química, máquinas agrícolas, ferramentas, transportes),; incentivo à pesquisas agronômicas; manutenção de ambiente político institucional favorável aos capitais privados nacional e estrangeiro e obrigação de produção para exportação. Sendo que, destas condições a manutenção do ambiente político institucional apareceu como o fundamental e teve no regime autoritário a sua base de sustentação. Tanto é assim que a agudização da crise das políticas públicas e ineficiências vieram a se manifestar paralelamente à derrocada do regime autoritário tendo a crise da dívida de conseqüente exaustão do Estado um parâmetro importante.

Na década de 1980, com a exaustão do Estado, falido financeiramente, as políticas públicas não conseguem implementar qualquer dinamismo. E, quanto mais os governos tentaram manipular a massa monetária o volume de crédito, os valores de câmbio artificiais de suas divisas e colocaram em prática medidas protecionistas, tanto mais as forças produtivas se rebelaram contra

as manipulações, como também as leis do mercado - a lei do valor - desencadearam mecanismos compensatórios que tornaram as medidas ineficazes ou até mesmo nocivas.

Por este prisma os problemas que afetaram a agropecuária poderiam ser resolvidos como questão de vontade política e seria de ordem técnica.

2.4. O lugar da pequena produção na teoria do desenvolvimento.

Uma perspectiva mais crítica sobre as questões da agricultura emergiu no Brasil na crise que se generaliza na segunda metade da década de 1970 a qual trouxe consigo a acentuação da bipolarização social. Segundo Índio Campos, tal debate surgiu como resgate clássico do marxismo de Kautsky e Lênin, em particular, frente a versão de Alexander Chayanov cujas preocupações se voltam mais de perto para as questões do campesinato, (CAMPOS, 1987:01).

Neste contexto o fundamental diz respeito à identificação dos rumos dos pequenos produtores - cuja essência das relações sociais de produção se assentam no trabalho familiar - frente ao desenvolvimento capitalista.

A partir de Marx e olhando as realidades da Rússia e dos EUA no início deste século, Lênin apontara a tendência à proletarização dos pequenos produtores pela generalização do processo de assalariamento.

Por outro lado, Chayanov analisou as unidades de produção familiar camponesa como estruturas econômicas distintas que tenderia a coexistir e se relacionar com o capitalismo em geral. Estas estruturas seriam dotadas de lógicas internas próprias fora do sistema conceitual do capitalismo. Para este autor as estruturas das pequenas unidades de produção camponesa se organizavam

conceitualmente como um modo de produção a coexistir no modo de produção capitalista e gravitando em torno do capital monopolista.

Contudo, o desenvolvimento capitalista gerou controvérsia e colocou em questão os pressupostos tanto de Lênin quanto de Chayanov porque não se caracterizaram as unidades de produção familiar organizadas como modo de produção nem aconteceu o desaparecimento inexorável pelo processo de proletarização propriamente dito. A partir disto procurou-se redefinir as questões sobre estas unidades de maneira que se amplificou a controvérsia.

A nova controvérsia se coloca no contexto da funcionalidade das pequenas unidades de produção familiar camponesa frente ao desenvolvimento capitalista ou mesmo como parte deste. Isto é, parte-se da constatação da persistência, resistência, recriação em importância significativa da participação destas unidades em convivência complementar com as formas tipicamente capitalistas. Uns procuram valorizar as pequenas enquanto outros denunciam as condições de subordinação e exploração a que estão submetidos.

É preciso destacar ainda que a questão de qualificação enquanto pequeno produtor também é objeto de controvérsia na medida em que uns utilizam a dimensão da propriedade, outros o volume da produção e ainda outros que conceituam a partir do volume de capital investido. Guilherme Delgado, por exemplo, ainda subdivide os pequenos entre tecnicados e não tecnicados e observa que os tecnicados conseguem associar-se aos médios e grandes capitais agrícolas, industriais, comerciais ou financeiros na condição de subordinados ao passo que os não tecnicados ficam realmente marginalizados, (DELGADO, 1985:186).

No Brasil a temática tem sido bastante explorada recentemente, notadamente, a partir da segunda metade da década de 1970 como foi mencionado anteriormente. As análises são ricas em informações

concretas e a discussão é por demais controversa em si. No entanto, também se coloca no contexto do desenvolvimentismo embora apresente particularidades e se coloque cronicamente frente à dominação dos grandes capitais.

As interpretações se distinguem entre si pelos vieses particulares como: valorização da produção familiar pelo papel positivo que exerce no desenvolvimento da agricultura; resistência ou entrave à penetração do capital monopolista no campo; permanência, persistência e reprodução pela funcionalidade e compatibilidade econômica para com os interesses da burguesia; estudo das conseqüências sociais que enfrenta no processo de desenvolvimento capitalista movendo a discussão mais direcionada ao campo sociológico, entre outras.

Um fato a se reconhecer é que conforme a situação concreta pode-se verificar as diversas situações mesmo no Brasil e que por isto mesmo é que se questiona utilizar tal temática como referencial para uma análise mais substancial.

Relativamente aos autores serão indicados, a nível de ilustração, algumas interpretações são consideradas relevantes como as de: Maria Nazareth Baudel Wanderley, que articula o camponês como um "trabalhador para o capital" que se distingue apenas pela forma peculiar de exploração; Paulo Sandroni vendo o camponês sobrevivendo, persistindo e resistindo pela funcionalidade e compatibilidade para com os interesses da burguesia (CAMPOS, 1987:38); Moacir Palmeira que estuda a produção familiar como um sistema da plantation; Maria Rita Loureiro que conclui pela convivência pacífica entre as formas camponesas e o capitalismo; Francisco Graziano da Silva observando que os camponeses ocupam espaços onde o capital não consegue penetrar; José de Souza Martins insistindo na relação intersetorial; José Vicente Tavares dos Santos

articulando a discussão pela "subordinação formal" e preservação da autonomia do processo de trabalho, (GALINA, 1981:31-32).

A versão da funcionalidade é ratificada por George Martine quando observa que através da pequena produção as agroindústrias reduzem os riscos da produção de matérias-primas. A pequena produção não perturba a concorrência nem pressiona os grandes capitais, lhes é funcional, (MARTINE, 1990:20).

O pequeno produtor também é visto como um agente da acumulação mas que não acumula para si. Olhando mais de perto e colocando num contexto mais amplo pode-se observar que as correntes que discutem a agricultura e sobretudo as questões agrárias pelo viés das unidades de produção familiar camponesa apenas abordam aspectos isolados dos ciclos da acumulação de capital.

Na década de 1980 a reprodução das pequenas unidades de produção familiar passam por novas avaliações a ponto de serem questionadas como unidade de análise que reflitam os problemas concretos, econômicos, políticos e sociais do campo. Neste sentido passaria a se constituir mais como objeto de análise pelo caráter da subjetividade do que por aspectos objetivos.

Ricardo Abramovay, por exemplo, coloca paradigmaticamente a discussão entre os que analisam desde o ponto de vista da "economia moral", isto é, a partir da ética de subsistência sobre o impacto distributivo do desenvolvimento capitalista, os que abordam a partir do individualismo metodológico e as interpretações antropológicas que valorizam a participação orgânica do camponês no desenvolvimento capitalista. Não obstante, coloca a discussão como se retomada de subjetividade frente a crise do "objetivismo científico", (ABRAMOVAY, 1990).

Nesta mesma direção encontra-se o trabalho de José Eli da Veiga afirmando que a noção de pequena produção é demasiadamente

vaga e que o seu super dimensionamento se justifica mais em termos antropológicos e sociológicos porque em termos de viabilidade econômica acontece de maneira distinta. Diz ainda que o seu prevailecimento ou não depende do processo histórico específico que da correlação de forças político-social, (VEIGA, 1991:187).

Para os camponeses, observando as lógicas específicas das economias capitalistas desenvolvidas e identificando aí a participação significativa da produção familiar, conclui-se que tal processo seja uma peculiaridade relevante da reprodução da agricultura sob a égide do capitalismo.

Um aspecto que leva a caracterização dos camponeses como viés interpretativo diz respeito ao fato de que para o capitalismo não interessa a forma específica mas a essência. Ou seja, interessa a produção e apropriação de mais-valia. Parece ser melhor se apropriar da mais-valia controlando a produção e circulação e reduzindo os riscos e custos do que exercer os métodos do setor industrial. Neste caso, a pequena produção familiar se constitui como funcional para o capital. Não é uma lei da agricultura no capitalismo é apenas uma peculiaridade e cuja funcionalidade se assemelha à tendência à terceirização².

2.5. Considerações sobre o capítulo.

A conclusão que se tem até aqui é que os elementos anteriormente abordados não dão conta de explicar a agropecuária na totalidade de seu processo de reprodução, principalmente devido a superestimação de determinados aspectos que muitas vezes torna a

² Correlaciona-se a posição das pequenas unidades de produção familiar com a terceirização quando se tem que pela terceirização os grandes capitais reduzem sobremaneira os seus riscos. Ou seja, repassando para terceiros algumas atividades antes desenvolvidas por eles os que terceirizam adquirem apenas os produtos com qualidade, as rejeições de peças ou produtos ficam para os integrados ao processo de terceirização. Para o pequeno produtor familiar isto se reflete através da integração ao Complexo Agroindustrial quando se tem que os CAI's determinam as quantidades e qualidades dos produtos.

análise monocausal e unidirecional. Ao tempo em que, abordam apenas aspectos isolados do ciclo econômico de acumulação do capital.

Contudo, reconhece-se que certas contribuições são relevantes. E, apesar das limitações se tornam importantes desde a perspectiva histórico-descritiva dos fenômenos.

Neste contexto, aspectos como o papel do Estado via políticas agrícolas e agrárias, de crédito, subsidiárias, etc; questões tecnológicas e da realidade camponesa entre outras que norteiam as discussões são formas concretas de expressão dos conflitos sociais interclasses e intraclasses inerentes às contradições do desenvolvimento capitalista. São elementos constitutivos dos ciclos de valorização do capital em suas fases e faces específicas historicamente determinadas que não podem ser analisadas nem de forma isoladas nem pela superestimação de um deles sobre os demais.

Para os desenvolvimentistas, sobretudo, o caráter cíclico se limita à estática da reprodução material (P...P') ou (M...M'). Isto é, suas análises dissimulam as contradições fundamentais que se constituem enquanto essência da reprodução do capital - o ciclo de valorização do capital representado por D...D', como discutir-se-á posteriormente.

Quando se superestima o papel do Estado, por outro lado subestima-se a ação concreta dos agentes econômico-sociais e a dominação do capital financeiro-parasitário.

Ao prender-se à onipotência da tecnologia incorre-se no erro da monocausalidade como sugere o schumpeterianismo.

A versão dos que procuram justificar a pequena produção familiar amenizam os efeitos perversos do capitalismo no campo, seu processo de subordinação e subsunção ou deformam a análise via interpretações ideologizadas. Além disso, deforma-se o processo de reprodução da riqueza à medida que se justifica pelas questões mais

estritas da produção ao invés de olhar mais amplamente para as questões da reprodução - produção e circulação ou realização.

Em síntese, o que se observa aqui não pretende se colocar enquanto negação da importância relativa dos trabalhos que tratam da agropecuária brasileira. Pois, apesar de certas limitações, superficialidades e fragmentações, reconhece-se valiosas contribuições naquilo que elas se propõem. Mas, ficam na superficialidade dos fenômenos da reprodução da riqueza material no campo sob a égide do capitalismo e suas peculiaridades. Tampouco quer se cobrar que todos devessem ter tomado a perspectiva cíclica da reprodução da riqueza (valorização do capital) como unidade de análise ou mesmo recriminá-los por não tê-lo feito.

A preocupação aqui foi de mapear as discussões para identificar o que foi feito e tentar avançar, procurando ir além da funcionalidade da agricultura versus conseqüências sociais no processo histórico além de propor uma abordagem da totalidade das contradições e suas peculiaridades no processo de valorização do capital a partir das leis de seu movimento de acumulação.

Não obstante, observa-se ainda que a década de 1980 representa para a economia brasileira e particularmente para a agropecuária o ocaso de um determinado padrão de desenvolvimento marcado por um crise sem precedentes. E, neste sentido, o pensamento e seus viéses entram em conflito com o mundo real, entre si e consigo mesmo de maneira que traz à tona a necessidade de reflexões. Pois, os parâmetros convencionais se mostram cada vez mais inadequados para explicar o movimento real em suas peculiaridades e determinações. Isto acontece principalmente porque as interpretações convencionais se baseiam em modelos axiomáticos.

A década de 1980, principalmente em seu início, coloca em xeque os seus modelos. A "modernização conservadora" ou "dolorosa"

enfrenta cada vez mais questionamentos tanto pelos que sofrem as conseqüências quanto pelos empreendedores capitalistas viciados. As políticas públicas enfrentam dificuldades de viabilização e ao mesmo tempo não conseguem fazer frente à crise. A funcionalidade do setor agropecuário muda de figura diante das novas confrontações políticas. Os camponeses não conseguem viabilizar processos de transformações. Por outro lado não se gestam novas alternativas de forma que a perspectiva de "década perdida" se configura também para a agropecuária. Apesar disto alguns estudiosos afirmam que o setor agropecuário não foi acometido pela crise do início dos anos 80.

A miopia relativamente à crise diz respeito ao fato de não enxergarem a sua natureza no processo de valorização do capital e sim nos modelos seja de modernização, políticas públicas, entre outros aspectos que movem o desenvolvimento capitalista no qual estas variáveis são constitutivas de uma totalidade bastante complexa, ou seja, são formas de expressão das contradições das leis do movimento de valorização do capital.

Na verdade, é bastante comum na literatura que trata da agropecuária brasileira atribuir a natureza das crises aos modelos. No entanto, procura-se substituir um modelo por outro como se o movimento do capital fosse caracterizado por superposições de modelos e não obedecesse a determinadas leis. Além disto, as preocupações analíticas tem sido motivadas pelas crises onde se recorre a este setor à procura de respostas para os problemas de economia como um todo. Assim foi na crise dos anos 60, na crise do "milagre" e está sendo na crise atual. Nisto consiste inclusive o caráter funcionalista das interpretações.

Não basta supor a existência do capitalismo e trabalhar superficialmente as peculiaridades do setor recorrendo as categorias marxistas para se justificar enquanto opinião crítica. É preciso que

se fundamente a análise a partir das leis da acumulação e suas contradições para qual a análise não se torne falseada.

Assim, enquanto nova busca, recorre-se aos elementos dos ciclos econômicos para efeito de estudos. Pois, mesmo as análises que falam em ciclos econômicos deixam antever o caráter mecanicista. Por este e outros motivos é que se justifica a análise da agropecuária brasileira à luz da teoria dos ciclos econômicos tendo como pano de fundo as leis da acumulação capitalista. Antes porém considera-se necessário caracterizar os aspectos teórico-metodológico para em seguida analisar as informações empíricas, o que será feito nos capítulos seguinte.

CAPÍTULO III

AS FLUTUAÇÕES CÍCLICAS E A AGRICULTURA OU A PROPÓSITO DO INSTRUMENTAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Conforme destaca Ernest Mandel, o andamento cíclico do modo de produção capitalista se manifesta através de fases distintas e constitutivas de um processo contraditório. São ascensões e contrações do processo produtivo - de produção de mercadorias e conseqüentemente produção de mais-valia - que expressam acelerações e desacelerações da acumulação de capital, (MANDEL, 1985:78).

Na fase ascendente observa-se a aceleração da acumulação de capital a qual atinge determinado nível e traz à tona processos cumulativos de contradições que acabam por deflagrar um processo inverso, de contração. A contração dá início a uma crise sequenciada de depressão onde ocorre tanto a desvalorização quanto destruição parcial e/ou total dos valores. Nesta fase evidencia-se a superprodução relativa de capital-mercadoria, desemprego das forças produtivas, ociosidade da capacidade produtiva, em suma, uma crise de valorização dos capitais.

Vistas mais de perto, as fases dos ciclos podem ser desdobradas por expansão, maturação, auge, colapso/crise, recessão, depressão e retomada ou recuperação seguida de nova aceleração. São fases que se complementam e se excluem, isto é, não se superpõem

mecanicamente, formando assim o processo de reprodução do capital. Não obstante, cada ciclo específico tem suas determinações históricas subordinadas às leis gerais da acumulação capitalista.

Em suma, o movimento de flutuações deve ser visto pelos indicadores da produção e do consumo e pelos indicadores sociais. Pois, são aspectos que não podem ser dissociados.

Na fase descendente, de crise, recessiva e depressiva se tem destruição e desvalorização de capitais, fechamento de fábricas, redução das atividades produtivas, desemprego, contração dos salários, intensificação da exploração, etc.

Por outro lado, na recuperação o mercado se reestrutura, recompõe-se relativamente as rendas, renova-se os capitais fixos e/ou retoma-se o uso da capacidade produtiva antes colocada em ociosidade.

O reconhecimento do caráter cíclico da reprodução da riqueza material na sociedade mercantil e sobretudo na sociedade mercantil capitalista é algo inquestionável e que perpassa os paradigmas econômicos. Este processo tem sido a lógica mais abstrata e ao mesmo tempo fornecido instrumentos concretos para investigações e interpretações afins. Não obstante, por traz das abstrações e pressupostos dos ciclos econômicos se encontra a essência das contradições e confrontações paradigmáticas do pensamento econômico de maneira que pode até confundir os mais desatentos ou mesmo contribuir para a dissipação ou dissimulação dos antagonismos que demarcam as correntes do pensamento econômico.

Agora, historicamente o caráter cíclico pode ser percebido nos precursores da economia política (Os Fisiocratas), especialmente no famoso Tableau Économique de François Quesnay. Aqui a essência do ciclo está na reprodução da mercadoria enquanto valores-de-uso

(M'...M') e a agricultura foi o setor tomado como referencial de análise.

Para os economistas Clássicos e posteriormente para os Neoclássicos o ciclo foi estudado no contexto da teoria do equilíbrio dos mercados se fundamentando na "lei dos mercados de Say" segundo a qual "a produção cria a sua própria demanda". Nesta perspectiva o movimento de flutuações cíclicas segue leis naturais do mercado e qualquer turbulência ou desequilíbrio são desajustes momentâneos ou causados por intervenções externas e inconvenientes no funcionamento do mercado. Por este prisma se prendem à superficialidade do ciclo produtivo P...P'.

Seria com as investigações de Karl Marx, entretanto, que o caráter cíclico se consubstancia, principalmente, quando da análise sobre a realização do valor tratada no Livro II d'O Capital. Tanto é que foi este o Livro d'O Capital que maior influência exerceu para o debate nas primeiras décadas do século XX. Contudo, é preciso ter presente que não basta o entendimento do Livro II para uma adequada fundamentação teórico-metodológica para estudo da realidade histórica que se pretender. Visto que só com uma interpretação do conjunto da referida obra e consciente da importância e dimensões específicas das principais categorias teóricas é que se pode estudar realidades específicas tomando a lógica dos ciclos como instrumental.

Assim, Marx se apresenta no debate como um demarcador importante na história da Economia Política e da lógica da reprodução do capital e seu processo contraditório da acumulação onde os ciclos econômicos se constituem enquanto flutuações do processo de valorização do capital essencialmente representado por D...D'. Ou seja, parte das questões da acumulação primitiva para explicar que a lógica da acumulação capitalista se assenta no

processo de valorização do valor, ou dinheiro que, grosso modo, deve ser acrescido.

No século XX o estudo da economia a partir das flutuações cíclicas tem merecido bastante atenção dos estudiosos da Economia Política. Neste sentido as diferenciações entre os autores se refere mais de perto aos aspectos que se caracterizam como determinantes das fases específicas dos ciclos, em especial das crises e retomadas do processo de acumulação ou desenvolvimento do capitalismo cuja conceituação depende do enfoque metodológico e da concepção político-ideológica.

No início deste século a interpretação de Kondratiev se demonstrou e depois se constituiu como principal referencial de análise. A relevância deste autor diz respeito à demarcação dos ciclos econômicos entre ciclo de "ondas longas" ou estruturais demarcados por revoluções tecnológicas e com duração aproximada de 50 anos, e ciclos "clássicos" ou conjunturais com sucessão de movimentos a cada 7 ou 10 anos.

Entretanto, embora admitindo que possa ser incorreta no sentido estrito, Mandel diz que a identificação do movimento do "ondas longas" na história do capitalismo se encontra em Alexander Helphand (Parvus) quando do estudo das crises agrícolas de meados da década de 1890. Num momento seguinte Mandel destaca o trabalho do marxista holandês J. van Gelderen de 1913, publicado sob o pseudônimo de J. Fedder, baseado em evidências empíricas e seguindo minuciosamente o movimento dos preços, do comércio exterior, da produção e da capacidade produtiva em diversas esferas, bem como o movimento das taxas bancárias, (MANDEL, 1985:85-6).

Por outro lado, ainda de acordo com Mandel, as elaborações nos anos 20 e 30 de Kondratiev a Schumpeter e Dupriez não foram além das idéias desenvolvidas por van Gelderen. Entretanto, embora Kondratiev

tenha se tornado influente, Mandel o critica por ter restringido sua análise à ótica da produção e por ter excluído as flutuações da taxa média de lucros e a influência das revoluções tecnológicas sobre o volume e valor do capital fixo renovado, assim como, pela exagerada fixação na flutuação dos preços e da produção e produtividade industrial.

Seguindo Kondratiev tem-se os trabalhos de Schumpeter que embora perceba a importância do movimento dos lucros, fixa a análise na ação empreendedora dos empresários. Este autor fundamenta sua análise nos pressupostos da teoria neoclássica do equilíbrio e fornece subsídios para reflexões sobre desenvolvimento contemporâneo.

Também merecem destaque as interpretações de Keynes e Kalecki, embora este último não tenha exercido influência inicialmente. Sendo Keynes o autor que exerceu maior influência a partir dos anos 30, os comentários se restringirão aqui a este autor.

Keynes se destacou pela proposta de intervenção do Estado na economia para fazer face à crise de 1929-32 propondo que o Estado interviesse no sentido de criar emprego e gerar rendas para enfrentar a superprodução de mercadorias. Suas idéias exerceram influência ainda maior no processo de reorganização do capitalismo no pós II Guerra Mundial. A adesão ao keynesianismo consistiu na elaboração de políticas econômicas acreditando-se na possibilidade de controlar ou quebrar a lógica dos ciclos via políticas anticíclicas. No entanto, os métodos keynesianos se tornaram alvo de críticas quando do ressurgimento das crises nas economias capitalistas desenvolvidas a partir de meados da década de 1960, num primeiro momento enquanto inflexão no movimento conjuntural mas depois em níveis estruturais - dando espaço para o surgimento do neo-liberalismo atribuindo a crise à intervenção do Estado e logo passaram a clamar por sua retirada da economia.

No fundamental a crise do keynesianismo corresponde também o colapso do capitalismo estatal-desenvolvimentista.

Retomando a questão das diferenciações paradigmáticas, por mais que tente encobrir ou colocar tudo no contexto da macroeconomia moderna, o que se observa é a acentuação da polarização entre o pensamento burguês ou tradicional versus marxismo.

O pensamento burguês se caracteriza por analisar os ciclos em suas superficialidades e como um sistema natural que se move mecanicamente e as crises como adversidades sem especificidades ou determinações históricas. Neste sentido, ao enfatizar as crises as preocupações se voltam para propostas de formulações de políticas anti-cíclicas para manter ou recuperar o processo de acumulação que em sua acepção se refere à recuperação do dinamismo necessário ao crescimento econômico.

Na perspectiva marxista, por outro lado, os ciclos são estudados no sentido de evidenciar as leis do movimento de acumulação do capital em suas manifestações concretas e principalmente denunciar e/ou enfatizar a inevitabilidade e especificidades das crises. Destaque-se, entretanto, que mesmo dentro do marxismo a polêmica persiste de forma que as interpretações se subdividem basicamente em três perspectivas de atribuições das crises: crise de subconsumo, crise de desproporcionalidade e crise de superprodução e valorização do capital. Destas perspectivas as duas primeiras foram as que mais influenciaram e foram trabalhadas por correntes revisionistas e não-marxistas. Suas fundamentações se encontram nos esquemas de reproduções elaborados por Marx. No marxismo o debate foi polarizado basicamente entre Tugan-Baranovski e Rosa Luxemburgo.

No contexto das controvérsias das múltiplas interpretações e consciente da impossibilidade de ecletismo e identificado o panorama

da polêmica sobre as questões dos ciclos econômicos, retorna-se à obra de Marx para daí resgatar os elementos e categorias essenciais que possa fundamentar o trabalho empírico ora empreendido.

3.1. O ciclo econômico na acepção marxiana

Não é simples e talvez possa ser considerado arbitrário extrair algo específico sobre os ciclos do capital na obra de Marx porque tendo-se presente a reprodução da riqueza social é necessário ter presente o conjunto da crítica de Marx ao capitalismo, isto é, o conjunto d'O Capital.

No entanto, sendo o ciclo econômico o movimento lógico de valorização do capital o qual nada mais é do que valor que se autovaloriza nas relações sociais de reprodução da riqueza, é possível extrair deste autor referência para se analisar uma realidade concreta e seus aspectos conjunturais e estruturais.

Aqui o processo de valorização do valor (capital) consiste de uma seqüência determinada de metamorfoses iniciado pela transformação do capital-dinheiro (D) em capital-produtivo (P) no processo de compra e venda de mercadorias (M) - especificamente meios de produção (MP) e força de trabalho (FT).

O capital-dinheiro se metamorfoseia e adota a função de capital-produtivo para realizar a função produtiva de valorização e depois retornar à forma de capital-mercadoria valorizado (M') e por fim à forma inicial, com a diferença de que agora acrescido de valor (D'). Este raciocínio lógico é apresentado por Marx através da fórmula:

$$D - M \dots P \dots M' - D' . D - M \dots P \dots M' - D'$$

representa o ciclo do capital-dinheiro que também é o ciclo lógico do movimento e objetivo último dos investimentos capitalistas, ou

seja, obter dinheiro mais do que investiu. Nesta fórmula os pontinhos que separam P representam a interrupção do processo de circulação e ao mesmo tempo destaca o consumo produtivo da riqueza no capitalismo enquanto momento específico de valorização material do capital.

Salienta-se, entretanto, que cada forma particular em que o capital se metamorfoseia nada mais são do que formas funcionais. Além disso, sabe-se que a partir de qualquer forma que se tome como ponto de partida, o ciclo se completa com o retorno à forma inicial. Neste caso tem-se que:

$$D - M \dots P \dots M' - D';$$

$$P - M' - D'.D - M \dots P e$$

$$M' - D'.D - M \dots P \dots M'$$

são respectivamente os ciclos do capital-dinheiro, do capital-produtivo e do capital-mercadoria. Segundo Marx o que diferencia o ciclo do capital-mercadoria em relação aos demais é que este inicia-se com o capital já valorizado.

Importa ter presente que observando o capital industrial os ciclos ocorrem simultaneamente, o que também pode ser visto com relação ao movimento global das metamorfoses do capital.

Outra observação a ser feita é que em cada estágio específico o capital realiza suas funções específicas. Como se pode ver: 1) enquanto capital-dinheiro realiza as funções do dinheiro, ou seja, as de meios de compra e meios de pagamento; 2) na forma de capital-produtivo cumpre a função social de produzir valor-mercadoria, contudo encobre que apenas a força de trabalho nas condições sociais do capitalismo é que produz valor novo (isto acontece devido a necessidade de combinar meios de produção e força de trabalho para a produção de valor); 3) o capital-mercadoria, por sua vez, cumpre a

função de personificar o valor e o conduzir ao mercado para a sua realização última através do processo de compra e venda.

Marx destaca, inclusive, que a interrupção no ciclo contínuo pode desencadear uma crise no sistema produtor de mercadorias.

A adoção de determinado estágio como ponto de partida, embora pareça mera opção de análise, resulta em implicações teórico-metodológica que podem repercutir em retrocessos históricos quando das interpretações dos objetivos específicos da reprodução da riqueza no modo de produção capitalista. O próprio Marx destacou que

"O ciclo do capital-produtivo (P...P', JC) é a forma na qual a Economia Clássica examina o processo de circulação do capital industrial" (MARX, Livro II, 1983:63),

enquanto

"M'...M' está na base do Tableau Économique de Quesnay, o qual mostra seu grande e certo teto ao ter escolhido, em antítese a D...D' (a forma isoladamente fixada do sistema mercantilista), esta forma e não P...P'", (Íd. ibid.:73).

Implicitamente a forma M'...M' indica que o objetivo do capital é a mera produção de mercadorias,

"(...) valores-de-uso destinados ao consumo de alguma espécie que o capitalista só produz para repó-los ou permutá-los por mercadorias de outro valor-de-uso, como se sustenta erroneamente na economia vulgar", (Íd. ibid.:52).

e veio a ser reforçado por Sraffa na proposição de análise do capitalismo a partir da "Produção de mercadorias por meio de mercadorias" cuja essência nega tanto a valorização quanto a exploração do trabalhador.

Em outra passagem Marx destaca que

"(...) é importante, na produção capitalista, não considerar a mercadoria individual ou o produto-mercadoria de um período de tempo qualquer isoladamente para si, mas como produto do capital adiantado e em relação ao capital que produz essa mercadoria", (MARX, III-1, 1985:174).

A escolha do ciclo P...P' implica na concepção de que a preocupação do capitalista esteja estritamente em desenvolver níveis

de produtividade, encobrendo inclusive o aumento do grau social de exploração. Teria-se aqui a figura do capitalista "bonzinho" que se preocupa com qualidade e abrir-se-á, portanto, espaço para a teoria da produtividade enquanto razão modernizadora ou mesmo induzindo a se pensar que a preocupação seja com relação às necessidades humanas individuais ou sociais.

A adoção da fórmula $D...D'$ indica mais explicitamente o objetivo último do capital, a valorização, porque a seqüência é inaugurada com D e se encerra com D valorizado (D'), se distinguindo dos ciclos P e M' à medida em que expressa a substantivação do valor. Aqui se apaga todo o vestígio do valor de uso.

Por outro lado,

"(...) a forma $P...P$ não se torna necessariamente $P...P'$ ($P - P$) e na forma $M...M'$ não se vê absolutamente nenhuma diferença entre ambos os extremos. É, portanto, característico da fórmula $D...D'$ que, por um lado, o valor-capital constitui o ponto de partida e o valor-capital valorizado o ponto de retorno, de modo que o adiantamento do valor-capital aparece como meio e o valor-capital valorizado como finalidade de toda operação; por outro lado, que essa relação esteja expressa em forma-dinheiro, na forma autônoma (substantiva - Reinaldo Carcanholo) de valor, portanto o capital-monetário como dinheiro que gera dinheiro. A produção de mais-valia por meio do valor não é apenas expressa como alfa e ômega do processo, mas, expressamente na reluzente forma-dinheiro", (Íd. *ibid.*:49).

Em síntese, o dinheiro se realiza enquanto capital quando se realiza como valor que gera outro valor cuja expressão mais adequada e explícita se encontra na fórmula $D...D'$; ao passo que as formas P e M não mostram a valorização como a finalidade última. Nisto a sutileza da simples funcionalidade das diversas formas de manifestação dos ciclos de valorização do capital pode confundir e/ou distorcer a crítica de Marx. Tomando-se $D...D'$, $P...P'$, ou $M'...M'$, tem-se como implicações a valorização como objeto do processo, a produção e produtividade como objeto de análise ou o processo de produção de valor-de-uso, respectivamente. Estas duas últimas alternativas se restringem à observação da reprodução da

riqueza a partir das quantidades físicas. Na agropecuária, por exemplo, esta observação restringe a análise ao cálculo de colheita para colheita, à massa de produtos, muitas vezes relegando a magnitude em valor.

Ressalte-se, entretanto, que no processo global de produção e circulação (reprodução) cada estágio é mediado por outro ao tempo em que interagem e se excluem. Ou seja, é um círculo em constante rotação em que cada parte se apresenta como ponto de partida e de retorno; as metamorfoses se apresentam como funcionais do processo contínuo e ininterrupto de valorização do capital - exceto na forma $M' \dots M'$ que se inicia e finda com o valor já valorizado. Dessa forma, o capital global é unidade desta três formas de maneira que não podem ser vistas indissociadamente, embora historicamente os padrões de enriquecimento apresentem lógicas específicas determinadas, como se enfatizou anteriormente.

No entanto, caso o capital se detiver em uma fase tem-se a possibilidade do fenômeno da crise. Como destaca Marx

"Se o capital se detém na primeira fase, D-M, então o capital monetário se fixa em tesouro; na fase da produção então os meios de produção fazem sua função, de um lado, enquanto, de outro lado, a força de trabalho permanece desocupada; se na última fase $M' \dots D'$, então as mercadorias invendáveis acumuladas obstruem o fluxo da circulação", (Íd. *ibid.*:41).

Não obstante, cada fase da metamorfose do capital industrial está ligada a um dos estágios como capital-mercadoria, capital-produtivo ou capital-dinheiro, de maneira que:

"Toda paralisação da sucessão leva a justaposição a desordem; toda paralisação num estágio provoca a paralisação maior ou menor no ciclo global não só da parte paralisada do capital, mas também do capital individual inteiro", (Íd. *ibid.*:77).

Marx destaca, embora não aprofunde, que o fenômeno da continuidade

"pode ser interrompido em ramos da produção que dependam da estação do ano, seja em decorrência de condições naturais (agricultura, pesca do arenque, etc.), seja em decorrência de circunstâncias convencionais, como por exemplo, nos assim chamados trabalhos sazonais", (Íd.íbid.:78).

No entanto, se torna necessário destacar que as técnicas agropecuárias desenvolvidas por agrônomos já mudaram bastante a dependência do setor das condições naturais embora os empresários continuem se justificando nestes aspectos para se apropriarem de créditos subsidiados e outras condições que lhes beneficiem.

A análise cíclica e de suas fases constitutivas encontra expressão e instrumental concreto nos indicadores econômicos e sociais. Mas, este parâmetro não permite demarcar diferenciações entre as diferentes correntes do pensamento econômico. O que irá caracterizar as diferenciações que fundamentam cada concepção diz respeito aos aspectos mais abstratos que fundamentam cada concepção. Em se tratando da concepção marxista o que explica o movimento cíclico são os fundamentos que caracterizam a lei geral do movimento contraditório da acumulação capitalista, também conhecido como lei da valorização do capital.

A contradição essencial da lei geral se observa, num primeiro momento, na crescente composição orgânica e técnica do capital que encontrará limites na tendência decrescente da taxa de lucro. Pois, o movimento cíclico segue algumas determinações. E, embora de caráter um tanto abstrato, em sua formulação, as manifestações destas leis podem ser facilmente evidenciadas. A realidade brasileira parece ser bem ilustrativa neste sentido.

3.2. As interpretações sobre os ciclos na economia brasileira

No Brasil, segundo Tânia M. L. C. Silva (1986) (daqui em diante denominada de Tânia Silva), a controvérsia sobre as interpretações a respeito dos ciclos se polarizam entre

neoclássicos, que relacionam as anormalidades aos fatores exógenos ao sistema econômico, ou seja, aos choques aleatórios e externos ao domínio da economia; e neomarxistas, que atribuem a origem dos ciclos aos fatores endógenos de caráter estrutural, inerentes às forças contraditórias operantes no sistema capitalista.

Relativamente aos autores, identifica como contribuições originais as de Inácio Rangel, José Serra, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer e Luis Carlos Bresser Pereira. E, acrescenta que por relacionarem as flutuações cíclicas com os investimentos públicos e privados em termos de expansão e retração e ao padrão de distribuição destes investimentos, todos os autores por ela destacados, se identificam à abordagem kaleckiana. Sendo que, para Kalecki os investimentos representam o carro-chefe das flutuações cíclicas. Não obstante,

"todos os autores salientam o papel do Estado no desencadeamento das flutuações cíclicas além dos fatores endógenos-estruturais. Este papel seria basicamente de duas naturezas: investidor e criador de mecanismos para estímulo de financiamento à acumulação de capital privado nacional e estrangeiro", (SILVA, 1986:114).

Com relação a cada contribuição particular Tânia Silva observa que: Inácio Rangel associa o movimento cíclico interno aos impactos da economia mundial tomando como base os ciclos de Kondratieff e Juglar; José Serra relaciona os ciclos econômicos com a taxa de crescimento da formação bruta de capital fixo como fator estrutural e endógeno; Maria da Conceição Tavares teria destacado a taxa de investimentos relacionada com a rentabilidade esperada deste mesmo investimento considerando fatores como a estrutura da capacidade produtiva, a estrutura da demanda, a disponibilidade relativa de fatores de produção, o padrão de investimentos e a taxa de lucro em equilíbrio; Francisco de Oliveira identificando as flutuações aos desequilíbrios intersetoriais e endógenos estruturais; Paul Singer que restringe as flutuações ao volume de investimentos e; Luis

Carlos Bresser Pereira que atribui a crise à subacumulação de capital. Para o conjunto destes autores, as crises são ou de subconsumo ou de desproporcionalidade, (SILVA, 1986:109-115).

Embora não seja completa nem conclusiva a compreensão de Tânia Silva sintetiza as principais interpretações correntes sobre as flutuações cíclicas na economia brasileira e a partir de sua interpretação pode-se observar que nenhum dos autores mencionados correlaciona as flutuações às contradições do processo de valorização do capital.

Nilson A. de Souza reforçaria a concepção de Tânia Silva (autora acima comentada) quando diz que o debate entre desproporcionalistas e subconsumistas teria sido registrado, no Brasil, por Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, etc, (SOUZA, 1992).

Jurandir Xavier identifica que, no Brasil, as interpretações sobre os ciclos econômicos se baseiam nas lógicas $P...P'$ e $M'...M'$, estabelece uma discussão com alguns dos principais representantes das concepções dominantes e associa a forma $M'...M'$ à corrente cepalina que analisa o padrão de enriquecimento enquanto padrão de consumo, mencionando a interpretação particular de Celso Furtado. Por outro lado, a forma $P...P'$ diz respeito aos desenvolvimentistas, em particular cita Maria da Conceição Tavares que expressa o padrão de enriquecimento enquanto padrão de produção, (XAVIER, 1992b:03-04).

3.3. As flutuações cíclicas e a agropecuária

De modo geral, as abordagens da agropecuária no capitalismo a partir do caráter cíclico, têm se limitado às questões dos processos determinados por condições naturais e suas eventuais adversidades como geadas, secas, pragas e doenças. Desta compreensão conclui-se que as especificidades do setor justifica a intervenção do Estado

via políticas públicas para estimular o capital a investir no setor para que sejam cumpridas as funções sobretudo a satisfação da necessidades de alimentos para a população. Deste argumento resultou uma espécie de estatização da valorização do capital na agropecuária brasileira. Tomando o ciclo como natural ele passa a ser tomado como dado, deixa de merecer importância como referencial de análise de modo que a polêmica envereda pelas questões funcionais da agropecuária no capitalismo.

Relativamente ao caráter cíclico, na acepção acima mencionada, Keynes parece elucidativo quando afirma que

"Nos primeiros estudos sobre o ciclo econômico, especialmente nos de Jevons a explicitação foi colocada nas flutuações agrícolas devido às estações, mais do que nos fenômenos da indústria," (KEYNES, 1988:220).

acrescentando que

"À luz da teoria acima, (a de Jevons, JC) esta explicação do problema parece bastante visível, porque mesmo na atual época as flutuações de um ano para outro dos estoques de produtos agrícolas constituem uma das variações do investimento corrente. Entretanto, na época em que Jevons escreveu (...), este fator prevaleceu de maneira considerável sobre os demais," (Id, Ibid:220).

O ciclo aqui se refere às questões dos investimentos (P) e da produção física (M), as boas e más colheitas são as determinantes.

Keynes conclui que "no tempo moderno" as causas agrícolas das flutuações têm menor importância porque a agricultura representa uma parcela muito pequena da produção total e porque o desenvolvimento da economia em escala mundial para a maior parte dos produtos agrícolas neutralizam os efeitos das boas e das más colheitas, (Id. ibid:221).

A partir das observações de Keynes pode-se perceber, por um lado, a fundamentação convencional da identificação da natureza dos ciclos na agricultura e, por outro lado, o que faz relegar a importância do enfoque da agricultura a partir do caráter cíclico.

Schumpeter não divergir de Keynes quando tenta encontrar explicações plausíveis para as crises - procurar saber se elas são ou não puramente econômicos. Nesta perspectiva, Schumpeter observa que entre as causas perturbadoras enquanto "corpo estranho" à esfera econômica se tem o caso "(...) das más colheitas que evidentemente podem provocar crises e, como é bastante sabido, tornaram até mesmo a base de uma teoria geral das crises", (SCHUMPETER, 1988:146).

No entanto, as crises naturais são acidentais e portanto não podem servir como objeto de estudo desde a perspectiva do capitalismo onde o que interessa é o processo de valorização. As crises naturais não são específicas ao modo de produção capitalista, não têm conteúdo histórico, ocorrem independentemente da época ou forma social assumida pelas relações sociais de produção. As questões naturais sendo usadas para explicar o ciclo de reprodução na agricultura, se transformam em aspecto mistificador das contradições do capital.

Apesar disto, se tem inúmeras ilustrações que justifica os fundamentos da compreensão geral sobre a questão dos ciclos na agropecuária mas que não avançaria além das obviedades dos processos e das questões. Considera-se, contudo, que foi destacado como elucidativo.

Com relação à realidade brasileira, Gervásio Rezende (REZENDE, 1992:124) considera relevante e necessário um esforço de pesquisa que resgate a discussão sobre a agricultura no ciclo econômico. Discussão esta que teria sido relegada ao abandono na literatura internacional da economia agrícola, mas que tem importância tanto teórica quanto empírica, no que concerne aos vínculos macroeconômicos da agricultura. Tal abandono pode ser atribuído à sincronização cada vez maior da reprodução da agropecuária com os processos industriais e suas subordinações aos grandes conglomerados financeiros. É o dito processo de integração entre agricultura e

indústria que constitui os famosos Complexos Agroindustriais (CAI's).

No contexto da caificação o setor agropecuário tende a se unificar de forma cada vez mais sincronizada ao ciclo industrial.

Entretanto, como destaca Bernardo Sorj, a agricultura tem ocupado lugar importante nos ciclos de acumulação do capital, onde na fase de expansão tem se constituído em revigoradora da taxa de lucros, (SORJ, 1986:26). Por outro lado, na fase de retração e crise tem se verificado a retração e destruição de estoques. Neste processo o autor destaca a importância do papel do Estado na configuração da fase cíclica na agricultura à mediada em que convencionou-se a dependência das políticas de crédito para a expansão da produção e outros mecanismos de proteção.

A participação das empresas multinacionais também se torna bastante decisiva face à falta de investimentos em tecnologias no Brasil. Pois, possibilita-se aos grandes capitais, em geral multinacionais, a determinação das transformações pelo controle tecnológico da escala da produção e do tipo de produto. Exemplo disto são os casos da Anderson Clayton, Nestlé, o Grupo Cervent-Panone, Danone, Toddy, (SORJ, 1986:41-44). Por outro lado, a dominação na distribuição pode ser ilustrada pelos casos dos grupos Pão de Açúcar, Paes Mendonça, etc., cuja expansões tendem à unificação nacional dos padrões de consumo.

Como se vê, destaca-se, entretanto, que a subordinação maior está nas determinações imperialistas para a reprodução da agropecuária brasileira, sem contar com o que se gesta no imperialismo para a nossa economia como um todo. Em síntese, pode-se considerar como a afirmação e imposição da lei do valor em escala internacional e a unificação dos problemas dela decorrente a nível nacional - respeitadas as particularidades e questões menores.

Na perspectiva acima a interpretação a partir dos ciclos econômicos se fazem de forma um tanto mecânica ou fenomenológica ao tempo em que justifica que se estude o processo mais de perto e por outros métodos.

Tomando os ciclos econômicos, portanto, uma tentativa deliberada de estudar a agricultura, seu movimento, encontra-se, por exemplo, na dissertação de Laudenir Galina (1981). Tal esforço procura vincular a expansão cíclica às frentes modernizantes da agricultura. Este autor entende que as flutuações cíclicas tanto da economia brasileira quanto do setor agropecuário modernizado aparece apenas como segmento do ciclo econômico internacional. Neste processo, o ciclo estrutural ou de "onda longa" atual surge como a fase expansiva após a II Guerra Mundial nos países imperialistas e ocorre defasadamente nos países dependentes. Por outro lado, o ciclo dá sinais de inviabilidade e ao mesmo tempo indica necessidade de reestruturação no final da década de 1970. Para o caso brasileiro, tem-se o fracasso das tentativa últimas colocadas no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) do governo do Gal. Ernesto Geisel e com isto a falência das políticas que se diziam priorizar a agricultura.

A crise aqui enunciada que tendia a se agudizar provocou a necessidade de novas reflexões colocando em xeque os parâmetros interpretativos até então utilizados como se pretende ter evidenciado no capítulo II do presente trabalho.

Outro indicativo da necessidade de se analisar a agropecuária a partir dos ciclos econômicos encontrar-se-á num artigo de Gervásio Rezende quando este busca entender os "vínculos macroeconômicos da agricultura nos ciclos econômicos", (REZENDE, 1992:121).

Neste contexto, para analisar a agropecuária e seus vínculos com o ciclo de economia brasileira, ou seja, como uma totalidade menor, se faz mister que seja rediscutido o movimento cíclico da

economia e seus aspectos específicos em se tratando da agropecuária mas ao mesmo tempo procurar os vínculos gerais no que se refere ao processo de acumulação da riqueza nas bases capitalistas. Neste caso as dificuldades podem ser evidenciadas a partir da observação das nuances das relações sociais de produção aí existentes, seja pela exploração sem expropriação completa atribuída configurada na resistência, persistência e recriação das pequenas unidades de produção familiar camponesa; pelas especificidades caracterizadas nas questões do tempo de trabalho e tempo de produção que se evidencia na periodicidade determinado pelo ciclo que vai da plantação à colheita; pela presença da propriedade fundiária; específica composição técnica e orgânica do capital, etc.

Não obstante, as especificidades se subordinam ou se contextualizam numa totalidade maior e à lei geral do capital, tendo a lógica de valorização como essência.

A partir do supra aludido, supor ou tentar explicitar a funcionalidade cíclica da agropecuária não resolve a problemática do setor nem esclarece muita coisa.

Do que vem se tentando fundamentar, até aqui, se considera que a aparente funcionalidade dos ciclos $M' \dots M'$, $P \dots P'$ ou $D \dots D'$ enquanto expressão da reprodução da riqueza material social pode enfatizar ou esconder questões fundamentais.

À semelhança das análises dos processos industriais aqui também prevalece as interpretações relacionadas aos ciclos $M' \dots M'$, $P \dots P'$. Com relação ao primeiro tem-se as compreensões das oligarquias e funcionalistas. Relativos aos segundos tem-se os apoteóticos da modernização que enfatizam as questões relativas aos padrões de produtividade.

Num primeiro momento o ponto de partida está na identificação do excedente enquanto produto líquido e se restringem ao estudo do

ciclo de colheita para colheita. Assim o ciclo do capital-mercadoria é tomado com viés fundamental. Os neoclássicos se prendem à funcionalidade do setor e ao papel que ele exerce na produção de mercadorias necessárias à demanda; produção de valores-de-uso para serem intercambiados no mercado. Assim, o setor exerce as funções de produzir valores-de-uso ou bens de consumo alimentares para o abastecimento; produz matérias-primas para o setor urbano-industrial; produz para exportar e gerar divisas, etc. e, por outro lado, consumir produtos de outros setores.

A adoção do ciclo da produtividade, iria se evidenciar nos trabalhos elaborados pela equipe da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas/SP) coordenado por Ângela Kageyama e José Graziano da Silva que apesar de afirmarem que a produtividade no capitalismo se relaciona com a perspectiva de geração de mais lucros colocam as questões da produtividade como ponto essencial da análise, (KAGEYAMA & SILVA, 1983:193). Os saltos ou evoluções da produção decorrem das inovações tecnológicas assim como das condições naturais. Em suma, estuda-se a reprodução da agropecuária a partir dos padrões tecnológicos gestados e/ou impostos pela concorrência e pela agroindústrias.

3.4. Considerações sobre o capítulo

Tendo partido do pressuposto da presença de viéses, parcialidades e superficialidades nas análises da agropecuária brasileira nos movimentos de conjuntura e nos ciclos estruturais é que as interpretações sobre o período recente se enquadram no contexto da teoria do desenvolvimento, ora em defesa (pela funcionalidade do setor), ora de maneira crítica (dadas as consequências ou desigualdades regionais, setoriais e sociais que o desenvolvimento encerra). Mesmo as análises que chamam a atenção

para os vínculos macroeconômicos da agropecuária no ciclo econômico como foram os casos de Galina (1981), Sorj (1986) e Rezende (1988 e 1992) apresentam limitações, visto que abordam a agropecuária nos ciclos econômicos por determinados aspectos particulares.

Pelo supra mencionado conclui-se que, em geral, os estudiosos "sublimam o passado e superestimam o futuro" ao passo que uma análise mais aprofundada deve considerar os aspectos essenciais dos ciclos econômicos e as pluricausalidades determinantes mas subordinadas e subsumidas na lei geral do processo de acumulação de capital. Diante disto considerou-se necessário encontrar um parâmetro teórico-metodológico como norteador da investigação cuja preocupação se referiu à análise da agropecuária no movimento cíclico e sua vinculação macroeconômica, tomando por base o ciclo D...D'.

Neste sentido, foi encontrado em Marx (1983, Vol. 2), Mandel (1986 e 1990) e Xavier (1992a e 1992b) fundamentações para explicar a lógica do ciclo econômico na economia mercantil capitalista.

Em Marx foi encontrado a fundamentação teórico-metodológica, sobretudo no Livro II d'O Capital, quando a partir da fórmula geral do ciclo econômico na economia mercantil capitalista, desdobrada nos ciclos do capital-produtivo (P...P'), do capital-mercadoria (M'...M') e do capital-dinheiro (D...D') enfatiza este último como objetivo final do capital, apesar da interpenetração e interdependência entre os ciclos específicos.

A contribuição de Mandel inclui dois aspectos. Primeiro quando chama a atenção para a análise do movimento cíclico a partir das múltiplas determinações. Em segundo lugar Mandel chama a atenção para a crescente sincronização da reprodução da agropecuária ao ciclo industrial. Não obstante, coloca como característica do capitalismo atual (aqui denominado de capitalismo tardio - ocaso do

capitalismo) a apropriação de excedente via rendas tecnológicas assim como dizendo que após o longo ciclo expansivo do pós II Guerra Mundial, as crises se tornaram mais prolongas e as retomadas exitantes e efêmeras.

A partir da questão das múltiplas determinações, foi que se considerou os grupos de interpretações como viéses, devido ao fato de não expressarem a totalidade senão tomando questões como modernização/tecnificação, funcionalidades e as questões que explicam a persistência, resistência e recriação das pequenas unidades de produção familiar como partes de uma totalidade constitutiva, que embora apresente especificidades, se constituem enquanto meio para valorização do capital à partir das atividades agropecuárias.

Da fundamentação de Xavier, observou-se que, à semelhança das interpretações dos ciclos de conjuntura da economia brasileira e do movimento do capital, predomina também na agropecuária e aparentemente de maneira mais incisiva, as posições segundo as quais os ciclos essenciais são analisados à partir dos padrões de produtividade e dos padrões de produção de mercadorias (valores de uso).

Com relação à agropecuária, as posições foram associadas às limitações aos padrões de produtividade e padrões de produção de mercadorias. Neste caso as flutuações são determinadas pelos investimentos em tecnologias e as condições naturais, dadas as intempéries do tempo (geadas, secas, enchentes, pragas, etc.) como se tem recorrido para subsidiar as explicações. Diante disto, é que não se enfatiza a reprodução da agropecuária pelas leis fundamentais do processo de acumulação capitalista. Para tanto, parece ter contribuído as especificidades da agropecuária se comparadas as relações sociais de produção de trabalho as quais impedem ou servem de subterfúgios no sentido de tentativas de investigações à partir

do sistema categorial e processos evidenciados no setor urbano-industrial.

Dentre outros aspectos, o supra referido remete à necessidade de que a agropecuária brasileira seja analisada através dos seus movimentos concretos e considerando as especificidades inerentes ao setor.

CAPÍTULO IV

EVIDÊNCIAS DA REPRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA NOS ANOS 80

Neste capítulo procura-se analisar o movimento concreto de reprodução experimentado pelo setor da agropecuária brasileira confrontando o processo evidenciado com algumas das principais interpretações correntes. O objetivo essencial é perceber, através das evidências e tendo em vista o parâmetro teórico definido/adotado, se existiu crise e no caso positivo identificar suas especificidades e dimensões; caso a resposta seja negativa impõe-se também que se explicitem as razões.

Uma preocupação adicional em tal empreendimento diz respeito as especificidades e nuances assim como aos vieses que têm contribuído para que se incorra em generalidades e/ou desagregações afins, as quais contribuem muito mais para mistificar o processo experimentado pelo setor agropecuário no contexto da acumulação capitalista. Salienta-se, entretanto, que a própria composição das informações (dados oficiais divulgados pelos institutos como IBGE, por exemplo), ajudam a mistificar e ao mesmo tempo desestimular esforços que se preocupem com a reconstituição de interpretações, em se tratando da agropecuária, que não se enquadrem adequadamente na perspectiva da literatura convencional.

Por fim, mesmo ciente das dificuldades considera-se de fundamental importância empreender esforços no sentido de entender o comportamento do setor agropecuário a partir dos elementos dos ciclos econômicos, considerando estes no processo de valorização do capital, ou seja, destacando atenção especial ao movimento D...D' - indicado a partir dos índices reais dos valores.

A realidade brasileira da década de 1980 se destaca por suas peculiaridades e adversidades marcantes. Foi um período repleto de acontecimentos políticos (abertura no sentido da redemocratização), econômicos (experimentou-se uma crise econômica sem precedentes), social (maior participação da sociedade nas manifestações políticas) dentre outros aspectos. No que diz respeito à economia tentou-se várias alternativas, desde à ortodoxia à heterodoxia na perspectiva de se combater a crise e a inflação em especial, sem, no entanto, pelo menos controlar a crise de modo que o período recebeu a denominação de "década perdida".

Sintetizando os acontecimentos e dizendo que o "saldo da década foi um inventário de frustrações", José Serra destaca que foram: sete planos de estabilização; treze políticas salariais; dezessete alterações na regra do câmbio; cinquenta e três alterações no controle de preços; vinte planos para a dívida externa; dezoito projetos de austeridade e corte nos gastos públicos; quatro moedas diferentes; dez desvalorizações no dinheiro (SERRA, José. IN: Revista VEJA, Ano 23, Nº 30, 01/08/1990:62). Ou seja, foi uma verdadeira avalanche de alterações sem controlar sequer a inflação. Diante disso, José Serra caracteriza as tentativas de "fracassomania".

Na análise e qualificação da crise toma-se os indicadores do PIB (Produto Interno Bruto), a Renda (Despesas) e os aspectos sociais em níveis agregados e o setor industrial (dominante na composição relativa das atividades econômico-produtivas) para

afirmar sobre a estagnação da economia. No entanto, ressalta-se que conforme a desagregação dos componentes do PIB detecta-se nuances que podem levar a amenizações ou, por outro lado, afirmações mais incisivas sobre a dimensão da crise.

Observando-se os indicadores das Contas Nacionais identifica-se que a crise foi detonada na indústria automobilística e na construção civil para depois se generalizar para outros ramos e setores das atividades econômicas. Neste sentido coincide com as afirmações de Mandel (1990:51) quando se refere à recessão dos principais países imperialistas na primeira metade da década de 1970 e Xavier (1992a:02) quando se refere à recessão na economia brasileira no início dos anos de 1980. Para estes autores, as crises mencionadas se caracterizam como sendo o ocaso de uma época e das ideologias que a sustentavam. Isto é, evidenciam o fracasso e novas tentativas da burguesia mundial e brasileira para fazer face à crise generalizada no processo de valorização do capital. Em outros termos, a crise se fundamenta como a falência dos projetos burgueses imperialistas no sentido de controlar os ciclos econômicos via políticas e teorias de fundamentações keynesianas, neo-keynesianas, pós-keynesianas e neoliberais, considerando-se as dimensões estruturais e conjunturais.

Estruturalmente a crise pode ser evidenciada pelo estagnação e decadência de uma "onda longa" expansiva iniciada no pós II Guerra Mundial, fundamentada em determinado padrão tecnológico e pelos ganhos (lucros do capital) via rendas tecnológicas, (MANDEL, 1990:221).

Francisco Menezes, analisando o caso da agropecuária, reforçaria a idéia de crise estrutural quando afirma que a crise experimentada pela agropecuária brasileira nos anos 80 coloca os anos 90 como encruzilhada entre modelos, passando pela redefinição do paradigma e pela reorganização social do trabalho com ênfase nas

biotecnologias, para o setor, incluindo ainda mudança nos padrões de consumo e regulação do desenvolvimento, (MENEZES, 1991:18).

Conjuntamente o que se observa são períodos de prosperidades cada vez mais efêmeros e hesitantes entrelaçados por crises cada vez mais prolongadas e não menos agudas.

Para os países latino-americanos, sobretudo os importadores de petróleo, a crise internacional detonada na primeira metade da década de 1970 apresenta, dentre outros, problemas como déficit crônico dos balanços de pagamentos, bloqueio do processo de modernização da agricultura (grifo nosso, JC), elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade e insumos importados como fertilizantes e defensivos e desmoronamento dos preços das matérias-primas, (MANDEL, 1990:215). Estes problemas provocam efeitos cumulativos para as economias nacionais de maneira a se constituírem enquanto fundamentos das crises internas.

Entretanto, mesmo com a sincronização internacional, interregional e intersetorial dos movimentos e fases das flutuações conjunturais, as manifestações concretas das crises apresentam especificidades nas causas detonadoras, determinantes e nuances. Estes aspectos podem ser observados a partir da dimensão tomada como objeto de estudo. A economia brasileira, no período em questão, pode servir como uma boa ilustração.

Neste sentido, existe um certo consenso quanto à caracterização dos anos 80 como "década perdida", dadas as baixas taxas de crescimento do PIB e do PIB *per capita* sobretudo. No entanto, a partir das desagregações do PIB a nível setorial (Agropecuária, Indústria e Serviços) predominava e ainda predomina a idéia segundo a qual a agropecuária não teria sido afetada pela recessão do início dos anos, 80. Aponta-se, em seguida, algumas

conclusões de autores que, de certa forma, exercem influências sobre as interpretações.

Fernando Homem de Mello (1990) considera que dadas as adversidades como "redução do crédito e eliminação dos subsídios", recessão externa e queda das cotações de inúmeras *commodities*; baixo crescimento da demanda interna; dentre outros aspectos, a produção agrícola brasileira ainda apresenta um crescimento médio anual de 3,2% na produção agregada, um crescimento de 3,56% no que se refere à produção vegetal (considerando os 16 principais produtos) e 3,43% para a produção animal, no período de 1980 a 1989, (MELLO, 1990:23). Estes índices são considerados positivos, ou seja, como "desempenho favorável do setor agrícola nos anos 80", (Id. *ibid.*:24) quando comparados aos 0,92% no crescimento do PIB *per capita*. As causas do desempenho favorável, na concepção de Mello, são: a) expressiva melhoria da produtividade; b) política cambial incentivadora das exportações; c) formulação e implementação gradativa, na década, de adequada política agrícola, (Id. *ibid.*:24). Nesta perspectiva a agropecuária teria ficado de fora da crise/estagnação experimentada pela economia brasileira nos anos 80.

Ainda conforme Mello (1991:300) se procurarmos a crise do setor agrícola esta deve dizer respeito à questão do financiamento, (MELLO, 1991:300), embora a partir de 1986 se apresentem problemas como endividamento e descapitalização. Só a partir de então a agropecuária passa a ser afetada pelos desequilíbrios macroeconômicos.

Entretanto, embora não dê maior ênfase Mello evidencia a crise de valorização do capital no setor agropecuário quando mostra a evolução dos índices de preços recebidos pelos produtores no período de 1977 a 1991. Assim, considerando os 15 produtos, vegetal e animal, usando o deflator IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) e tomando 1977 como ano base (1977 = 100),

identifica um crescimento dos preços reais até 1979 seguido de um declínio até 1982 quando atinge o índice de aproximadamente 80,0 e uma recuperação para 95,0 em 1984. Em 1985 o índice de preços cai para aproximadamente 90,0, se aproxima de 100,0 em 1986 quando apresenta uma nova queda significativa e chega ao ano de 1990 com um índice de 49,0, (MELLO, 1991:303). A questão da crise de valorização seria aqui explicitada, mais especificamente para a produção vegetal, quando este autor compara os índices das quantidades produzidas com os seus respectivos valores. Isto pode ser visto, na tabela seguinte, pela comparação dos índices das quantidades produzidas com os índices dos valores da produção. Ou seja, observa-se que os índices das quantidades produzidas na produção vegetal indica estagnação na segunda metade da década de 1980 ao passo que os índices dos valores da produção caem significativamente.

TABELA 1

AGRICULTURA BRASILEIRA: ALGUNS DADOS BÁSICOS DO PERÍODO 1985/91, VINTE PRODUTOS VEGETAIS

Índices Anos	Índice: Quantidade Produzida	Índice: Quantidade Per Capita	Valor da Produção (US\$ milhões)	Índice: Valor da Produção
1985	100,0	100,0	36.800	100,0
1986	88,8	87,2	34.500	93,9
1987	102,7	99,1	26.210	71,2
1988	103,1	97,7	26.509	72,0
1989	110,8	103,2	19.822	53,9
1990	97,9	89,6	17.896	48,6
1991	97,2	87,3	19.147	52,0

FORTE: Dados básicos do IBGE e FGV. Apud. MELLO, 1991:304.

Na mesma direção de Fernando Homem de Mello encontra-se o trabalho de Gervásio Rezende, datado de 1989. Neste trabalho, Gervásio Rezende analisa o movimento de reprodução da agropecuária brasileira nos anos 80 e conclui que

"(...) foi preservada a tendência de crescimento dos anos 70 do produto agrícola, cujo comportamento de curto prazo não guardou relação sistemática com a evolução cíclica geral", (REZENDE, 1989:553).

Este comportamento teria contrariado as previsões negativas devido à

"(...) elevação dos custos de produção agrícola, em função do segundo choque do petróleo (1979/80) (...) e com a (...) perspectiva de retirada do subsídio ao crédito rural (...)", (Id. ibid.:553)

A afirmação aparentemente tão segura do autor se refere à observação da produção física quando chama a atenção para as supersafras de 1987, 1988 e 1989, ao mesmo tempo em que atribui a frustração em 1986 à seca do final do ano anterior, (Id. ibid.:555). Neste período, Gervásio Rezende identifica uma taxa geométrica de crescimento da produção agrícola de 3,1% ao ano e compara com a produção industrial que teria sido de 0,2%. Não obstante, afirma que conclusão semelhante se encontra no artigo de Mello (1991:72) - artigo este comentado acima.

Segundo Gervásio Rezende, a evolução da produção vegetal se diferencia do ciclo geral porque "(...) as flutuações em torno da tendência de crescimento se devem inteiramente (grifo, JC) à influência de fatores climáticos", (Id. ibid.:556). Utiliza como ilustração o caso das enchentes no Centro-Sul e a seca no Nordeste para explicar o baixo desempenho em 1983. Em se tratando da produção agrícola afirma que o período de 1981 a 1986 se comporta na "razão inversa do ciclo industrial", (Id. ibid.:556).

Sendo assim, parece pouco contribuir o chamamento para que se estude o comportamento da agropecuária correlacionando com o ciclo geral da atividade econômica como fizera posteriormente, (REZENDE, 1992:124). Ou seja, mesmo "podando os momentos desviaria o destino" porque não parece atribuir importância a questão da valorização do capital; se restringe ao ciclo do capital-mercadoria onde o que interessa identificar é a produção de valores-de-uso.

Quando identifica uma crise, pela queda da safra agrícola de 1989/90, a interpreta como "subproduto da instabilidade

inflacionária e da maneira como o governo tentou combater a inflação", (REZENDE, 1992:106).

Este autor afirma ainda que devido algumas especificidades da produção agrícola como mão-de-obra familiar, utilização plena da capacidade produtiva, mercado competitivo, não lógica do lucro médio, etc. "As flutuações cíclicas dos investimentos agrícolas, pouco afetam o nível corrente do produto agrícola". Assim, o impacto do ciclo econômico é menor na produção agrícola relativamente à produção industrial.

George Martine também afirmou que a agropecuária não teria sido afetada pela crise do início dos anos 80 quando destaca que "(...) a produção agropecuária não tomou conhecimento da crise recessiva da economia brasileira do período 1979/84", (MARTINE, 1990: 07).

Pelo que foi acima indicado a não percepção da crise no setor agropecuário se deve a alguns fatores contribuintes. Em primeiro lugar se tem a questão da funcionalidade da agropecuária para o desenvolvimento econômico. Neste sentido tem predominado as versões da teoria neoclássica do crescimento econômico baseadas em Schultz (1945 e 1953), Hansen (1932), Harrod (1936), Galbraith e Blach (1930), Johnson (1950), etc., como destaca Gervásio Rezende, (REZENDE, 1992:107). Além disso, as ditas peculiaridades da agropecuária, no contexto capitalista, contribui para complicar o fato do setor ter sido incorporado defasadamente no processo expansivo do pós II Guerra Mundial. Na verdade, num primeiro momento a fase expansiva acelerou a industrialização dos países periféricos, deixando a agricultura em segundo plano. Em segundo lugar, o fato da agropecuária decrescer relativamente na composição do PIB a relega ao caráter secundário. No caso do Brasil tem-se que a participação da agropecuária cai de 24,9% em 1960/70 para 13,2% em 1979/80 ao passo que a indústria, depois de superar a agricultura em 1956 -

como foi destacado por Francisco de Oliveira na sua "crítica da razão dualista" - , aumentou sua participação de 26,0% para 33,4% no mesmo período. Diante disto, "(...) a agricultura passa a ser considerada um setor residual no processo de desenvolvimento", (VEIGA, 1991:15). Considera-se normal esta tendência quando se tem que nos países desenvolvidos a agricultura não representa sequer 3% do PIB.

Ressalte-se, entretanto, que mesmo considerando a sua incorporação defasada não significa que o movimento cíclico da agropecuária ocorra de maneira também defasada; parece agora estar sincronizada. As particularidades, neste caso, não fogem à regra geral do movimento do capital onde a suposta funcionalidade pode ser um simples e/ou significativo meio para que se realize a valorização do capital. O fato de decrescer relativamente na composição do PIB torna o setor qualitativamente cada vez mais importante.

Adicionados aos aspectos anteriormente destacados se tem que a própria composição do sistema categorial elaborado para analisar a reprodução do setor industrial não se adequa perfeitamente à agropecuária ao ponto de comparações dizendo que as relações do setor industrial representa lógica do capital em geral e a agropecuária se apresenta como exceção ou mesmo apresenta algumas complicações. Em função disto a sistematização das informações para uma tentativa de análise da agropecuária, enquanto totalidade menor, pode desestimular. As informações são tanto contraditórias como fragmentárias e priorizam a quantificação física, atribuindo menor importância às questões relacionadas aos valores da produção.

4.1. Análise de alguns indicadores da agropecuária e suas especificidades na década de 1980

A partir do conjunto das informações empíricas aqui apresentadas e discutidas procura-se evidenciar o movimento cíclico concreto e as contradições experimentadas no setor agropecuário brasileiro na década de 80. Chama-se a atenção inicialmente para o caráter pluricausal, ou seja, as múltiplas determinações que explicam este movimento, através das quais é possível melhor entender as flutuações cíclicas. Num primeiro momento, compara-se o movimento da agropecuária na composição do PIB. Em seguida, observa-se o setor como uma totalidade, executa-se a desagregação anunciada anteriormente confrontando os movimentos dos produtos reais com os dos valores da produção. Para tanto e na busca do entendimento das especificidades, desagrega-se o setor entre produção vegetal e produção animal. Da produção vegetal, serão analisados os 17 principais produtos (lavouras). Com relação à produção animal (pecuária e aves) analisa-se os efetivos e seus respectivos valores e os abates dos cinco principais componentes, assim como o movimento dos principais derivados de origem animal. Analisa-se ainda o comportamento real e relativo do crédito e, sumariamente, a repercussão sobre os investimentos através do consumo de insumos (fertilizantes e defensivos), a produção de tratores (como forma indireta de estimar os investimentos em fatores modernizantes) e alguns indicadores sociais das relações de produção e trabalho. As observações empíricas se referem à demonstração das tendências gerais e, assim sendo, não terá por obrigação apontar as especificidades ou os determinantes mais específicos dos movimentos experimentados seja por grupos de produtos ou por produtos.

À tentativa aqui empreendida, é preciso que se ressalte dificuldades sobretudo pela fragmentação das informações; expressa na sua precarização e indicando caracteres contraditórios entre

fontes e, até mesmo, internamente a uma mesma fonte. Com relação a este problema, tem-se o caso da comparação entre os Censos Agropecuários e os Anuários Estatísticos. Neste caso, mesmo reconhecendo a parcialidade, optou-se pelas informações dos Anuários Estatísticos nos quais as séries históricas são melhor apresentadas.

Do ponto de vista dos indicadores sociais, as informações são ainda mais precárias, tendo induzido a atribuição dos conflitos sociais à concentração fundiária sem, muitas vezes, maior aprofundamento.

Não obstante, observa-se que tais dificuldades, dentre outras, parecem ter contribuído para limitações ou superestimações dos ciclos P...P' e M'...M' ou aspectos particulares seguidos de generalizações. São aspectos que contribuem para que se limite as restrições analíticas a padrões de produtividade e padrões de produção de mercadorias, dificultando, assim, a identificação dos efeitos do capital no campo relacionados ao ciclo de valorização do capital (D...D').

Ressalte-se ainda que, apesar das condições naturais exercerem influências, não significa que sejam determinantes do processo de reprodução do setor agropecuário, mais particularmente da produção vegetal.

A subestimação da importância atribuída ao setor agropecuário se deve à própria lógica da acumulação capitalista, quando se tem que em termos agregados (macroeconômicos) cada vez mais decresce relativamente a participação do setor na produção de riqueza nova. Eli da Veiga, (VEIGA, 1992), por exemplo, observa que nos países desenvolvidos a produção agropecuária não passa de 3% relativamente na composição do PIB. Para o período aqui em questão e conforme a tabela seguinte observe-se que a participação da agropecuária oscila em torno de 10%.

TABELA 2**PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980-1990 EM PORCENTAGEM.**

ÍNDICE\ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
AGROPECUÁRIA	10,2	9,7	8,1	9,7	10,2	10,2	10,4	8,7	8,8	6,9	9,1
INDÚSTRIA	40,7	39,6	41,2	38,9	40,8	40,2	42,0	39,8	37,9	34,5	34,3
SERVIÇOS	49,1	50,7	50,7	51,4	48,9	49,5	47,7	51,5	53,3	58,6	56,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais. IN:RCE/FGV. JUL./1991:39.

Entretanto, mesmo aqueles que reconhecem a importância do setor, como Mello (1990 e 1991), Rezende (1989 e 1992) e Martine (1990), apresentam análises voltadas mais de perto para o movimento do produto real (produção física). Desde esta perspectiva, concluem afirmando que o setor não foi acometido pela crise experimentada pela economia brasileira na década de 1980.

Na verdade, tomando-se o movimento do produto real, tabela que se segue,

TABELA 3**ÍNDICES DO PRODUTO REAL (%), SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980/1990 (BASE: 1980 = 100).**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Indicadores											
PIBcf	100,00	95,10	95,81	92,32	98,77	106,33	111,87	117,22	117,56	122,54	112,67
AGROPECUÁRIA	100,00	107,97	110,42	106,82	110,43	121,42	111,68	128,40	129,48	133,17	128,21
INDÚSTRIA	100,00	91,15	91,17	85,84	91,51	99,08	110,73	111,90	109,00	112,14	103,84
SERVIÇOS	100,00	97,77	99,73	98,94	103,03	109,70	118,75	124,64	125,47	130,33	129,45
PIB per capita	100,00	93,70	92,40	87,60	90,40	95,70	101,10	102,70	99,90	102,00	95,70

FONTE: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1991:988-999.

pode-se dizer que o setor escapou à crise. Pois, tomando como base o ano de 1980 (1980 - 100), tem-se que o menor índice registrado pelo produto real da agropecuária foi de 106,82 em 1983 (sendo 6,82% acima do registrado em 1980). Não obstante, a partir de 1983, continuou o processo ascendente até 1985 (121,42), registrando uma adversidade em 1986, quando o índice foi de 111,68, seguido de nova retomada até 1989, quando o índice alcançou 133,17. Neste caso, os

anos de 1983 e 1986 são considerados desempenhos adversos ou anos de interrupção no desempenho positivo mas que são explicados tradicionalmente pelas condições naturais, também adversas, como as secas no Nordeste e enchentes no Sul, por exemplo. Assim sendo, o desempenho do setor pode até ser considerado positivo, se comparado com o movimento cíclico do PIB (que registrou baixos índices de crescimento), do PIB *per capita* (que foi o mais estagnado) e da produção real de outros setores e ramos da atividade econômica.

No mesmo período, enquanto o desempenho da agropecuária foi positivo, o setor industrial experimentou adversidades afins. No caso, tem-se o processo recessivo do início da década, quando em 1983 foi registrado um índice de 92,78 para o PIB e 85,84 para o PIB industrial. Enquanto isso, a retomada seguinte não teria sido significativa.

Esse desempenho comparado serve para respaldar a afirmação de Rezende (1989:553), quando este diz que a agropecuária brasileira na década de 80 se comportou sistematicamente contrária ao comportamento do PIB. Entretanto, como se vê, a importância maior é atribuída às quantidades físicas produzidas seja em função da produtividade e/ou das condições naturais cujos resultados se expressam na mensuração das safras, particularmente quando se toma a produção vegetal. Informações estas que são ratificadas conforme aparece na RCE/FGV³ (jan./1993:73) onde se destaca que a produção física que é a medida do produto real demonstra um certo crescimento, apesar dos indicadores dos valores reais apresentarem outra realidade.

Quando se observa os valores da produção o desempenho do setor agropecuário apresenta outra realidade. Isto pode ser visto pela comparação da tabela anterior com a que se segue.

³ RCE/FGV - Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas

TABELA 4**PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO AS CLASSES E RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA - 1980/1990 (Cr\$ = 1.000)⁴.**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Índices											
PIBpm	100,00	95,71	96,23	92,84	97,78	105,54	113,55	117,70	117,43	121,44	116,51
PIBcf	100,00	95,10	95,81	92,32	98,77	106,33	111,87	117,22	117,56	122,54	112,67
AGROPECUÁRIA	100,00	92,70	78,01	91,69	102,68	111,42	113,32	106,53	108,48	95,22	104,52
INDÚSTRIA	100,00	94,85	99,64	92,78	102,91	109,92	105,26	122,70	117,61	119,85	99,43
SERVIÇOS	100,00	107,92	107,44	106,82	110,42	112,09	108,32	131,48	136,78	168,63	136,19

FONTE: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais, 1990. Apud: RCE/FGV, Vol. 45(7), 1991

Ao contrário do desempenho do produto real, se tem que o PIB agropecuário inicialmente decresce atingindo o índice real de 78,01 em 1982; à partir de então, ensaia uma recuperação atingindo o índice de 113,32 em 1986. Ainda com relação aos valores da produção, tem-se um declínio para 106,53 em 1987, pouco expressiva recuperação para 108,48 em 1988, seguida de novo declínio para 92,52 em 1989. Por esse prisma, percebe-se que a agropecuária não só foi afetada pela crise, como esta aqui foi mais acentuada (apesar de mistificada pelo desempenho favorável da produção física). É, portanto, uma crise de valorização relacionada à superprodução de mercadorias.⁵ A questão da crise de valorização pode ser evidenciada quando da comparação entre o desempenho da produção real apresentado na tabela 3 com os respectivos valores da produção da tabela 4, imediatamente acima.

⁴ Todas as informações que se referem aos valores reais foram encontrados pelo método de deflacionamento conforme a metodologia das Contas Nacionais. Para tanto, tomou-se os preços correntes e o ano de 1980 como base (1980 = 100) e o deflator implícito IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) publicado pelo Departamento de Contas Nacionais da Diretoria de Pesquisas do IBGE. A fórmula utilizada para se chegar aos índices reais foi a seguinte: $R(x) = C(x) \times 10.000 / B \times D(x)$, onde: $R(x)$ é o índice real do valor no ano x ; $C(x)$ é o preço corrente do ano x ; B é o preço corrente do ano base (1980 = 100) e $D(x)$ representa o deflator implícito do ano x . Importa destacar ainda que as diferenças dos índices presentes neste trabalho, comparados a outras fontes pode estar relacionada com a atualização dos preços. Os preços correntes tomados como referência para o presente trabalho e que serviram de fonte estão atualizados até 1990.

⁵ Informações da RCE/FGV indicam a questão da superprodução quando afirma que o aumento da produção entre 1987 e 1989, por exemplo, não se fez acompanhar pelo aumento da demanda, dado que o poder aquisitivo DA população não se fez acompanhar.

As contradições quanto ao desempenho da agropecuária podem se esclarecer quando se tem que:

"Entre 1980 e 1989, o PIB brasileiro cresceu globalmente 21% enquanto que a agropecuária se manteve estável. Quando se toma o produto real, isto é evolução da produção em termos físicos, a situação se inverte, e o índice relativo à agropecuária se mostra em 1988 33% superior, enquanto que globalmente o produto real cresceu os mesmos 21% (...), mas os preços recebidos pelos agricultores (no conceito de medidas anuais de preços corrigidos) atingiram um índice mínimo de 70% em relação aos 100% de 1980", (RCE/FGV, vol. 47(1), 1993: 74).

Dessa forma, em síntese, a situação do setor agropecuário pode ser melhor dimensionada pela evolução dos valores da produção e ainda mais quando se toma os índices de preços recebidos pelos agricultores. Nesse segundo caso, tomando-se algumas culturas selecionadas, observa-se disparidades significativamente acentuadas. A tabela seguinte⁶ demonstra que de 1980 para 1981, o produto real cresceu aproximadamente 11%, ao passo que o valor da produção decresceu aproximadamente 7% (de 100 para 93), caindo ainda mais, para 80, em 1982, quando a partir de então ensaia uma recuperação, até que em 1985 o índice se aproxima de 108 e daí decresce sistematicamente, para 101 em 1986, para 81 em 1987, para 73 em 1989 e em 1990 atinge o menor índice, aproximadamente 51, como se pode verificar na tabela seguinte.

TABELA 5

BRASIL - LAVOURAS SELECIONADAS - 1980-90 - ÍNDICES DE PRODUTO REAL E DO VALOR DA PRODUÇÃO

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Índices											
Produto real	100	109	107	105	112	127	113	133	131	137	122
Valor da produção	100	93	81	96	97	108	101	80	79	75	51

FONTE: RCE/FVG, vol. 47(4), Abr./1993:60.

Do observado acima, se pode concluir que de 1980 para 1981, e de 1985 para 1986, o produto real segue movimento oposto ao valor da

⁶ Tabela elaborada a partir de um gráfico publicada pela RCE/FGV, Vol. 47(1), 1993:73 o qual toma lavouras selecionadas no período de 1980 a 1992, portanto, os índices se referem a aproximações. Parece uma boa ilustração para a crise de valorização.

produção e este último, através dos índices de preços recebidos pelos agricultores explicitam a crise de valorização na década de 1980. Tal processo e as contradições explicitadas parecem demonstrar que a percepção ou não da crise depende do prisma tomado para investigação o qual implica em determinadas conclusões.

Desagregando a produção agropecuária por ramos e por grupos de produtos pode-se perceber especificidades e, nessas, alguns produtos sendo mais afetados do que outros e produtos que parecem nem ter tomado conhecimento da crise - mesmo se tendo o processo de valorização do capital como principal referencial. Para maiores esclarecimentos executa-se a seguir algumas possíveis desagregações, como anteriormente indicados.

4.1.1. Evidências da produção vegetal

O movimento do produto real (produção física) da produção vegetal se caracteriza por apresentar maior vulnerabilidade às flutuações, sobretudo se analisado de safra para safra, embora no médio prazo as oscilações se compensem e se anulem. As flutuações não deixam de ser influenciadas pelas condições naturais (intempéries do tempo, etc.) mas que estas também não podem ser tomadas como determinantes únicas.

Não obstante, através de desagregações da produção vegetal percebe-se significativas diferenciações, de produto para produto ou mesmo por certos grupos de produtos, conforme os vínculos existentes entre certos produtos, mais particularmente no que diz respeito ao seu relacionamento com o mercado. Sendo que, em geral, os agrupamentos variam entre os autores. E, dentro destes agrupamentos, os mais convencionais são de recortes entre as culturas permanentes e temporárias; produtos para o mercado interno versus produtos exportáveis; produtos de subsistência versus produtos para o

mercado, etc. Sendo, portanto, que qualquer opção não pode deixar de considerar ou relegar o fato de se tratar de produção de mercadorias que cujo desempenho da produção se correlaciona ou é determinado pelo processo de valorização do capital e suas leis, independente de sua posição em relação ao mercado e à localidade específica para onde o produto se direciona.

Para efeito da presente investigação agrupa-se os produtos vegetais (das lavouras) da seguinte maneira:⁷ 1) produtos para o abastecimento alimentar (**arroz, feijão, mandioca, milho e batata-inglesa**) e matérias-primas (**algodão arbóreo e herbáceo**); 2) produtos da cadeia agroindustrial (**amendoim, banana, cacau⁸, fumo e tomate**); 3) produtos exportáveis (**café, laranja e soja**); e 4) produtos substitutivos de importações (**cana-de-açúcar⁹ e trigo**). Cada subgrupo de produtos é influenciado de maneira específica pelo movimento da conjuntura e apresentam diferentes desempenhos no movimento do produto real e do valor da produção dentro das características mais gerais do processo de acumulação de capital.

Analisando mais de perto os subgrupos percebe-se que o primeiro subgrupo, no período considerado, aparece como o mais afetado pelas adversidades. Pois, apresentam tendências decrescentes e estagnativas tanto no movimento da produção física quanto nos seus respectivos valores. Porém, também tem sido comum atribuir tais adversidades às questões da demanda que parece ter estagnado diante das sucessivas quedas do poder aquisitivo da população.

⁷ A maneira como aqui aparece a desagregação também incorre em certas imprecisões. E, não significa que uma caracterização de dado produto implique em exclusividade ou que este produto esteja fora dos demais subgrupos. A tentativa diz respeito à necessidade de associar à forma principal como o produto aparece no conjunto das relações sociais de reprodução (produção e circulação de mercadorias).

⁸ O cacau é um produto exemplo da dificuldade de ser enquadrado num dos subgrupos aqui definidos.

⁹ A cana-de-açúcar é considerada como substitutiva das importações se considerada como produto energético que via incentivos do PRÓ-ALCOOL tentou substituir a importação de petróleo estimulando a cultura de cana-de-açúcar como fonte energética.

Se comparados os movimentos do produto real aos seus respectivos valores percebe-se que a queda dos valores da produção é mais acentuada. Tal adversidade é ainda maior se observados os preços recebidos pelos agricultores.

Para uma melhor ilustração observe-se as informações relativas ao arroz, feijão, mandioca, milho e batata inglesa nas tabelas 6 e 7.

TABELA 6

PRODUÇÃO VEGETAL - ÍNDICES ANUAIS DOS VOLUMES FÍSICOS (EM 1.000 t) DA PRODUÇÃO NAS 17 PRINCIPAIS LAVOURAS. (BASE 1980 = 100).

Produtos	Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Algodão arbóreo (em caroço)		100,00	80,17	98,31	32,91	114,34	79,75	48,94	25,32	41,77	19,83	16,88
Algodão herbáceo (em caroço)		100,00	107,16	117,71	106,07	131,27	185,41	152,74	112,09	169,42	124,88	123,63
Amendoim (em casca)		100,00	73,50	65,73	59,83	51,55	70,19	44,72	40,58	34,58	31,06	28,36
Arroz (em casca)		100,00	84,17	99,58	77,27	92,34	92,32	106,12	106,58	120,80	113,44	75,95
Banana (milhões de cachos)		100,00	99,78	79,24	98,66	105,13	107,59	112,72	114,51	114,29	122,77	122,54
Batata inglesa		100,00	98,56	111,08	93,76	111,91	100,36	94,64	120,15	119,33	109,74	114,43
Cacau (em amêndoas)		100,00	106,33	110,03	119,12	103,45	135,11	143,59	103,13	117,55	122,88	112,85
Café (em caroço)		100,00	192,46	90,29	156,97	133,88	180,07	98,16	207,62	129,03	144,44	135,86
Cana-de-açúcar		100,00	104,89	125,56	145,78	149,56	166,29	160,90	186,79	173,84	169,72	177,33
Feijão		100,00	118,95	147,51	80,46	133,43	129,52	112,25	101,98	142,73	117,33	113,77
Fumo (em folha)		100,00	90,37	103,70	97,53	102,22	101,23	90,62	98,02	106,42	109,63	110,86
Laranja (em milhões Unid)		100,00	104,42	106,49	108,22	118,85	130,50	122,79	135,09	166,12	163,18	160,56
Mandioca		100,00	104,47	102,58	92,67	91,84	98,55	109,18	99,99	92,36	100,64	104,31
Milho		100,00	103,66	107,22	92,25	103,89	108,08	100,78	131,57	121,48	130,47	104,54
Soja		100,00	99,02	84,69	96,22	102,54	120,60	87,95	111,96	119,11	153,70	131,22
Tomate		100,00	94,59	113,48	106,78	118,44	126,06	120,39	133,48	156,81	141,56	149,43
Trigo		100,00	81,79	68,95	83,83	73,39	159,88	210,58	223,35	212,36	205,63	116,21

FONTE: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, 1980/1992, com elaboração nossa

TABELA 7**PRODUÇÃO VEGETAL - ÍNDICES REAIS DOS VALORES DA PRODUÇÃO DAS 17 PRINCIPAIS LAVOURAS (Cr\$: 1.000)**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Índices											
Algodão arbóreo (em caroço)	100,00	58,35	52,51	30,81	75,84	60,96	33,24	21,06	23,24	17,24	7,18
Algodão herbáceo (em caroço)	100,00	103,51	94,56	94,71	157,59	157,89	139,24	66,97	85,61	51,14	60,80
Amendoim (em casca)	100,00	89,91	59,27	59,96	26,52	86,82	51,79	23,55	26,66	30,55	28,00
Arroz (em casca)	100,00	76,83	89,77	80,47	81,60	93,58	96,29	66,91	79,33	66,22	52,49
Banana (milhões de cachos)	100,00	96,63	97,92	95,00	106,48	106,89	145,86	142,50	122,20	87,04	130,02
Batata inglesa	100,00	94,23	57,08	106,63	68,30	60,23	107,36	76,56	52,66	72,51	135,75
Cacau (em amêndoas)	100,00	74,87	58,46	102,39	114,63	138,43	99,27	83,99	136,82	76,44	37,43
Café (em caroço)	100,00	145,30	71,15	117,89	114,33	241,49	180,52	141,45	107,91	92,07	53,38
Cana-de açúcar	100,00	100,25	114,74	127,15	125,81	136,29	96,79	140,31	134,22	193,09	123,21
Feijão	100,00	117,19	70,07	55,52	87,86	71,29	70,56	53,00	69,72	68,01	52,70
Fumo (em folha)	100,00	100,49	122,09	96,77	93,89	114,17	134,43	76,49	64,65	61,90	108,14
Laranja (em milhões Unid)	100,00	123,90	105,07	91,65	156,15	187,46	132,27	176,15	240,73	557,49	154,45
Mandioca	100,00	106,53	77,76	79,83	87,30	76,17	85,48	99,10	115,08	134,48	88,66
Milho	100,00	94,82	76,69	91,18	92,18	103,42	91,76	79,10	83,24	67,14	64,06
Soja	100,00	103,28	80,79	120,01	167,92	129,48	89,28	98,20	101,41	91,79	65,64
Tomate	100,00	101,40	100,79	104,70	98,79	115,51	147,92	130,71	111,42	143,14	157,90
Trigo	100,00	104,10	80,52	102,46	98,34	212,30	245,44	258,20	231,20	218,69	64,00

FONTE: FIBGE, Anuários Estatísticos do Brasil, 1980/1991, com elaboração nossa.

onde se pode constatar que a produção de **arroz** apresenta oscilações abaixo do índice do ano-base (1980 = 100) até 1985, quando, então, apresenta um crescimento atingindo um pico de 120,80 em 1988 para em seguida voltar à tendência decrescente até o final da década quando registra um índice de 75,95 em 1990. Por outro lado, o desempenho dos índices reais dos valores da produção oscilam bem abaixo do registrado no ano-base numa tendência significamente contrária ao desempenho dos índices da produção física. Por exemplo, enquanto em 1988 o índice da produção física é de 120,80 o índice real do valor da produção é de 79,33. Confirma-se a contradição entre os

movimentos da produção física versus o movimento dos valores da produção e a crise de valorização dos capitais investidos nesta produção¹⁰.

A **batata inglesa**, foi um produto que intercalou idas e voltas de ano para ano, de maneira que no período estas oscilações se compensaram e no final da década, apesar de registrar um índice de 114,43 pode ser considerado como estagnado caso se tome as taxas anuais de variações que praticamente se anulam. Para o caso do movimento dos seus valores também evidencia-se aqui a crise de valorização e de forma mais acentuada do que para o caso do arroz.

A produção de **feijão** e de **milho** são, deste subgrupo, as que se destacam com desempenhos relativamente crescentes (flutuações acima do índice do ano-base) a partir da segunda metade da década - para o milho em particular - registrando desempenhos adversos apenas em 1983 quando os índices são, respectivamente, 80,46 e 92,25. No caso do feijão o desempenho da produção é bem mais significativo. O desempenho da produção de milho apresenta-se mais favorável em 1987(131,57), 1988(121,48) e 1989(130,47). Para estes dois produtos a crise de valorização se explicita, a exemplo dos demais deste subgrupo e, particularmente, as disparidades entre produção e os respectivos valores é mais acentuada.

A produção de **mandioca** que ficou estagnada ao longo da década também apresenta contradição entre o movimento do produto real e dos respectivos valores da produção.

Ainda associado a este subgrupo de produtos tem-se o caso do **algodão** tanto **arbóreo** quando **herbáceo**, classificados como matérias-primas (talvez o produto mais característico nessa condição), onde a

¹⁰ No entanto, alguém pode se fundamentar no próprio mercado, baseado na Teoria Neoclássica, e dizer que este antagonismo se explica suficientemente pela relação simples entre oferta versus demanda, onde quanto maior for a quantidade ofertada menor será o seu preço. Para a lógica do presente trabalho a fundamentação óbvia Neoclássica não serve como explicação sobretudo porque o mercado, mesmo o de produtos agrícolas não tem como fundamento a livre concorrência por mais que se diga que predominam os pequenos produtores.

crise da produção e sobretudo dos valores se manifesta no caso do algodão arbóreo - a primeira atribuída geralmente ao problema do bicudo que praticamente exterminou esta cultura. No entanto não se verificou uma substituição deste pelo similar herbáceo quando se tem que o crescimento deste último não chega a compensar a crise daquele.

Dos produtos associados aqui à cadeia agroindustrial destaca-se, por um lado, com desempenho bastante positivo o tomate e por outro lado, como bastante negativo a produção de **amendoim** que cai praticamente em queda livre ao passo que a produção de fumo parece ser ilustrativa da estagnação.

A produção de **banana**, após registrar um índice bastante adverso, 79,24, em 1982, apresenta um modesto mas contínuo crescimento até 1990 quando alcança o índice de 122,54.

A produção de **fumo** estagnou na década de 1980 ao passo que os valores apresentaram índices positivos em 1982 (117,09), 1985 (114,17) e 1986 (134,43). Ademais seus valores reais foram bastante adversos.

O **tomate** foi, deste subgrupo, a cultura que pode ser considerada como não tendo tomado conhecimento da crise. Já no que se refere à valorização apresenta estagnação na primeira metade da década e um processo de recuperação que persistirá até o final da década.

O **cacau**, produto cultivado predominantemente na Bahia (mais de 80% da produção nacional) tem abalado, no período em questão, a sua característica principal de ser um produto da pauta dos exportáveis. Contudo, mesmo contando com a "maldição da vassoura-de-bruxa" e a concorrência internacional da produção na África e dos baixos preços internacionais que explicam em grande parte as flutuações cíclicas do período onde a exceção de 1984 e 1987, anos adversos, o

desempenho da produção de cacau não parece tão prejudicado. Os índices reais dos valores da produção, por outro lado, são quem enfatizam a crise experimentada pela cacauicultura quando se observam oscilações muitas vezes significativas. A nível de ilustração tem-se uma queda vertiginosa nos valores da produção até 1982 quando o índice real registrado é 58,46 retomando, em seguida até 1985 (138,43) e novamente apresentando uma tendência decrescente. Neste aspecto, a exceção é o ano de 1989 que excepcionalmente registra um índice de 136,82. Do ponto de vista dos produtores a crise é atribuída à queda dos preços internacionais deste produto associado à inflação, que elevaria os custos dos produtos e aos efeitos da política cambial. Isto teria elevado os custos, o endividamento e a descapitalização dos produtores.

Dos ditos produtos de exportação representados aqui por café, laranja e soja merece destaque a laranja pelo excepcional crescimento positivo e sistemático até 1988, registrando taxa negativa apenas de 1985 para 1986 quando o índice cai de 130,50 para 122,79.

A produção de **café** registra seus piores índices, respectivamente em 1981 (90,29) e 1986 (98,16) e, por outro lado, tem melhor desempenho em 1987 (207,62). Quanto aos índices reais de valores o ano adverso é 1982 (71,15) e apresenta uma nova tendência decrescente a partir de 1988.

A produção de **soja** não chega a apresentar um desempenho regular, ou seja, também é marcado por flutuações e, apesar da estagnação experimentada na primeira metade da década, ensaia uma retomada a partir de 1987. Em relação aos índices reais de valores destaca-se como positivo o triênio 1983 (120,01) a 1985 (129,48) com o pico em 1984 (167,92).

Tomando os valores da produção dos produtos ditos exportáveis pode-se dizer que os produtores de **laranja** não tomaram conhecimento da crise e, diga-se de passagem, foi do setor agropecuário o que mais ganharam, chegando a registrar o excepcional índice de 557,49 em 1989. A explicação para tal desempenho se deve à crise experimentada na Califórnia (EUA) e da conseqüente importação deste produto do Brasil. Para este produto as adversidades quanto aos valores da produção são excepcionalmente em 1982 e 1983 cujos índices são, respectivamente, 105,07 e 91,65. Ademais, apesar das oscilações, o desempenho é de longe bastante positivo em relação ao ano base.

A **cana-de-açúcar** apresenta duas características essenciais que, a exemplo do cacau, dificulta o seu enquadramento preciso num subgrupo - se dos exportáveis ou como substitutivo das importações. Pois, se referindo à produção de açúcar a produção de cana-de-açúcar faz parte dos exportáveis sendo, por conseqüente, um dos principais produtos exportáveis da pauta dos produtos primários. Por outro lado, a cana-de-açúcar aparece como substitutivo das importações quando se tem a sua associação ao Programa PRÓ-ALCOOL¹¹ que teve como objetivo principal substituir o consumo de combustível derivado do petróleo. No entanto, no período em questão este programa atingiria seu auge e daria sinais de extinção. Apesar disto a cultura da cana-de-açúcar apresentou um desempenho bastante positivo. Do ponto de vista dos índices de valores, à exceção do ano de 1986 onde o índice foi de 96,79, as oscilações ao longo do período foram pouco significativas de modo que esta cultura pode ser considerada, grosso modo, como uma das que não tomou conhecimento da crise de valorização e acumulação de capital.

¹¹ O Programa Nacional do Alcool foi implantado em 1975 numa tentativa do Governo Brasileiro para fazer face ao impacto negativo sobre o balanço de pagamentos do país causado pela crise do petróleo. Segundo Aragão & Pakman (dez/1991:115-116) "este programa se insere na mesma filosofia modernizante" o qual estimulou simultaneamente tanto a atividade agrícola como industrial.

A cultura de **trigo** apresenta desempenho adverso na primeira metade seguido de um crescimento mais que compensatório na segunda metade da década tanto nos índices da produção quanto dos respectivos valores reais. Apesar de que a tendência crescente é interrompida por adversidade significativa no ano de 1990 quando o índice do produto registrado é de 116,21, contra 205,63 do ano imediatamente anterior. Neste ano o índice real do valor é de 64,00 contra 218,69 também do ano anterior. Entretanto, pode-se concluir que o período aqui analisado apresentou um saldo positivo para os produtores de trigo sem contar com outros possíveis favorecimentos que parecem inclusive terem existidos.

Em suma, do analisado até aqui, confirma-se a diferenciação e muitas vezes com tendências opostas e bastante díspares entre os movimentos da produção física e dos respectivos valores.

4.1.2. A produção animal e seus derivados

A precarização das informações da produção animal diz respeito, mais de perto, à questão da falta de dados relativos aos valores dos rebanhos e sobretudo dos animais abatidos. Isto porque, o acompanhamento das pesquisas do IBGE deixa de incluir os valores dos abates registrados na década de 1980. Face a este problema a tentativa de evidenciar os movimentos tendencial se restringe e torna a investigação um pouco mais limitada.

Neste ponto a investigação se preocupa com a evidenciação do comportamento dos 5 (cinco) principais produtos considerando efetivos e abates e os principais produtos de origem animal.

As especificidades deste ramo da agropecuária, comparado à produção vegetal, pode ser vista pela maior rigidez no que diz respeito às oscilações.

TABELA 8**EFETIVO ANIMAL - ÍNDICES DE EVOLUÇÃO DOS REBANHOS DA PECUÁRIA E AVES - 1980/1990 (EM MIL CABEÇAS)**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Índices											
Bovinos	100,00	102,07	103,80	104,38	104,77	107,94	111,14	114,08	117,34	121,17	123,70
Ovinos	100,00	103,63	N/D	N/D	100,33	101,47	106,92	108,01	109,23	108,99	108,85
Suínos	100,00	94,46	96,69	98,09	94,16	93,93	94,78	94,61	93,56	96,16	97,93
Caprinos	100,00	106,47	N/D	N/D	116,20	120,34	127,25	129,62	135,88	140,03	142,87
Aves	100,00	101,98	106,48	102,14	104,86	106,52	112,29	116,59	115,58	120,35	123,77

FORTE: Anuários Estatísticos do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1980/1991. N/D; Dados não disponível.

Pela tabela dos efetivos observa-se que houve crescimento contínuo do efetivo **bovino** e **caprino** com destaque para este último que apresenta desempenhos mais significativos, pois, enquanto o índice do efetivo foi de 142,87 o índice do efetivo bovino registrou apenas 123,77, respectivamente.

O efetivo de **aves** apresenta crescimento até 1982 (106,48) um ligeiro declínio em 1983 (102,14) e uma seqüência crescente até o final da década; na segunda metade da década o seu desempenho foi similar ao do efetivo bovino.

O efetivo de **ovinos** apresenta crescimento pouco significativo senão estagnado. Ao passo que, o efetivo de **suínos** foi que apresentou o pior desempenho, oscilando entre um máximo de 98,09 em 1983 e um mínimo de 93,56 em 1988.

TABELA 9**EFETIVO ANIMAL - ÍNDICES REAIS DOS VALORES DOS REBANHOS DA PECUÁRIA E AVES - 1980/1988 (CR\$ = 1.000)**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987*	1988
Indicadores									
Bovinos	100,00	67,88	51,60	92,91	99,30	99,11	126,44	88,82	141,14
Ovinos	100,00	73,43	N/D	N/D	122,80	121,80	149,41	115,92	183,62
Suínos	100,00	70,00	57,76	84,43	88,73	84,09	93,01	66,21	113,13
Aves	100,00	51,78	78,62	113,91	115,43	123,29	137,61	119,96	N/D

FORTE: IBGE - Série Histórica - 1987 e Anuários Estatísticos do Brasil IBGE

* As informações até o ano de 1987 foram extraídas da Série Histórica do IBGE.

Por outro lado, tomando-se os valores destes efetivos, pode-se perceber diferenciações entre os dois movimentos (dos efetivos e dos valores) onde se apresentam as adversidades que se assemelham à maioria do comportamento das atividades econômicas do setor agropecuário. Os valores reais do efetivo bovino, por exemplo, declinam bruscamente de 100 em 1980 para 51,60 em 1982, ensaia um processo de recuperação até que em 1986 registra um índice de 126,44, caindo em seguida para 88,82 em 1987, quando cresce significativamente para 149,14 em 1988. A mesma tendência é registrada pelos valores do efetivo suínos, só que a sua reprodução, a exemplo de seus respectivos efetivos também expressa estagnação e recessão acentuada nos índices dos valores. Neste caso, seria, portanto, flutuações em condições de regressão.

Apesar de ter registrado uma queda brusca em 1981 (51,78) os índices reais dos valores dos efetivos de aves apresenta desempenho positivo a partir de 1983 (113,91) até 1986 (137,61).

Aqui também, a exemplo do que ocorre com outros produtos específicos, se demonstram movimentos diferenciados entre o produto real e os seus respectivos valores reais. Também se refletem implicações a partir da eleição de determinado ciclo como objeto de análise.

Entretanto, pelo evidenciado até aqui não se pode dizer que o ramo da produção animal apresentou um movimento contrário ao ciclo experimentado pela economia brasileira. Pois, a crise de valorização se manifestou no início da década, a tendência de recuperação apresentou especificidades de produto para produto. No caso da bovinocultura a recuperação foi significativa, ou seja, depois de atingir o "fundo do poço" em 1982 (51,60) segue se recuperando até 1986 (126,44). A valorização do rebanho de ovinos se tornou significativa já a partir de 1984 (122,80).

Os produtos de origem animal parecem ser mais representativos do movimento real da produção deste ramo da produção agropecuária, mesmo pelo ciclo $M' \dots M$, porque os efetivos podem esperar um pouco para a sua realização. Sendo assim, os abates representam a realização última deste capital-mercadoria. Neste aspecto se encontra uma peculiaridade do ramo da produção animal em relação à produção vegetal.

Uma crise de valorização dos efetivos repercute diretamente na oferta de carne, ou seja, repercutindo imediatamente nos abates.

Observando-se os principais produtos de origem animal através da tabela seguinte, percebe-se que declinou a produção de lã e de ovos ao longo do período em estudo. A produção de leite, depois de experimentar uma estagnação até 1983 apresenta um crescimento com modestas taxas até o final da década, registrando em 1990 um índice de 130,63.

Diferentemente da produção de ovos, a produção de carne avícola registrou um desempenho crescente até 1983 (127,41) interrompido em 1984 (107,04) e seguido de novo crescimento até 1990 (185,94); sendo o produto que mais cresceu do ramo da produção animal.

Embora com índices inferiores aos da oferta de carne avícola, a carne bovina apresentou um movimento semelhante. Para este produto a exceção (interrupção) foi o ano de 1986 (93,95). Entretanto, a explicação mais convincente é encontrada no chamado "boicote" dos pecuaristas que diante do congelamento dos preços determinados pelo Plano Cruzado preferiram deixar o boi gordo no pasto.

A produção de carne suína, depois de experimentar um processo adverso até 1985, cresce em 1986 (110,20) e 1987 (122,45) quando, então, assume uma tendência declinante.

TABELA 10**ÍNDICES DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL**

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Indicadores											
Leite	100,00	101,80	102,70	101,80	107,21	108,11	112,61	117,12	121,62	127,03	130,63
Lã	100,00	101,21	N/D	94,78	92,32	90,32	94,72	N/D	96,29	84,23	90,17
Ovos	100,00	99,95	65,23	57,56	66,77	75,44	83,12	96,32	95,17	77,82	86,03
Carne bovina	100,00	101,54	114,97	113,44	103,69	106,67	93,95	108,54	117,42	127,64	136,08
Carne suína	100,00	101,02	98,98	97,96	95,51	95,41	110,20	122,45	112,25	112,25	107,14
Carne avícola	100,00	114,09	122,82	127,41	107,04	117,15	128,64	155,57	155,31	164,43	185,94

FORNTE: Anuários Estatísticos do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1980/1991

A exemplo dos abates, os produtos de origem animal não apresentam seus preços. Não obstante parece não se diferenciar dos demais produtos da agropecuária que estão submetidos aos grandes capitais ou mesmo são resultados dos investimentos destes na perspectiva clássica do capital que é de realização, no mínimo, do seu preço de produção combinado com a transferência de valores dos pequenos produtores. Estes últimos submetidos aos complexos agroindustriais¹² e financeiros.

A avaliação geral do desempenho tanto da produção vegetal quanto da produção animal é de que não ficou ileso à crise experimentada pela economia brasileira ao longo da década de 1980 e sobretudo nos seus primeiros anos. E tomando-se o ciclo do capital-dinheiro, representante do ciclo de valorização última do capital, a crise do setor parece mais acentuada embora certos produtos não tenha mesmo experimentado a crise.

4.1.3. Crédito e políticas públicas

Inicialmente as políticas de crédito para a agropecuária se justificavam como forma de estimular o capital a se deslocar para este setor; partindo do princípio de que a produção agropecuária e

¹² Os complexos agroindustriais submetem os pequenos produtos de leite, de aves (Sadia, por exemplo), de unos (Perdigão, por exemplo), etc.

a produção vegetal de um modo especial estava condicionada às intempéries do tempo (clima e outras condições naturais). Num segundo momento foi adicionado o argumento segundo o qual o setor agropecuário - por ser de fundamental importância para a produção de subsistência (fornecimento de alimentos), pela capacidade de geração de excedente exportável (dada a nossa vocação agrícola), ser potencial demandadora dos produtos industriais, em suma, por sua funcionalidade - deveria receber um tratamento especial através de instrumentos compensatórios. O excedente exportável contribuiria para equilibrar o balanço comercial e de pagamentos. Para tanto, recebeu especial atenção o crédito para investimentos em modernização (aquisição de tratores, colheitadeiras, fertilizantes e defensivos agrícolas).

Este processo estruturou uma cultura de políticas sustentada no crédito. Ou seja, passou a ser considerado como o "carro-chefe" da modernização da agricultura. Neste sentido criou-se e recriou-se instrumentos de captação de recursos para serem destinados à agropecuária. Dentre os mecanismos tem-se:

"a) a compulsoriedade de participação das instituições financeiras, através da exigibilidade de aplicação de uma parcela dos depósitos à vista; b) recursos dos bancos oficiais, além da complementação feita pelo Banco Central através de repasses e redescontos aos bancos comerciais; e c) os programas e fundos especiais.", (GONZALEZ, et. all. 1990:96).

Neste sistema de financiamento se destaca o favorecimento das taxas de juros nas operações de crédito rural comparado às operações de crédito mercantil. Esta política, implementada mais deliberadamente a partir de meados dos anos 60, quando da constituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), mesmo passando por modificações, prevaleceria até o início da década de 1980.

Tal política, tendo o crédito como destaque, consolidou uma estrutura conservadora, concentradora e clientelista, cuja face se expressa pela concentração do crédito por produtores (os grandes,

dada a capacidade de pagamentos), por região (condicionada à capacidade de endividamento) e por produtos (notadamente os mais modernos e voltados para o comércio internacional, a soja por exemplo, ou em substituição às importações como foram os casos do trigo e da cana-de-açúcar; este último via PRO-ALCOOL).

Sendo as condições para obtenção de créditos a tecnologia utilizada, a escala da produção e a capacidade de endividamento, (Id. *ibid.*:94) pode-se perceber o caráter concentrador do crédito; voltado para os grandes capitais, regiões desenvolvidas e produtores modernos, em detrimento dos pequenos, dos menos desenvolvidos (atrasados) e tradicionais.

Na década de 1980 o crédito para a agropecuária se retrai. Para se verificar o seu comportamento tomou-se como base o ano de 1980 (1980 = 100) donde se pode perceber o declínio no valor real do crédito fornecido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Neste sentido, observa-se que o crédito atingiu o índice de 40,46 em 1984, retomou para 83,49 em 1986 e novamente apresentou uma tendência declinante até o final da década, como se pode ver na tabela seguinte.

TABELA 11

CRÉDITO RURAL ÍNDICES REAIS DO CRÉDITO CONCEDIDO ÀS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PELO SNCR (SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL) - 1980/1988

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Indicadores									
Total	100,00	87,95	81,37	66,92	40,66	56,90	63,49	70,31	39,58
Custeio	100,00	91,35	92,40	71,35	50,66	71,51	82,55	87,19	57,44
Investimentos	100,00	72,61	49,51	57,85	26,70	39,34	142,75	64,14	33,39
Comercialização	100,00	92,29	74,31	55,59	128,34	36,74	40,63	36,31	3,43

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil, 1980/1991

Neste movimento a queda mais acentuada diz respeito à retração do crédito para comercialização e investimentos conforme a tabela que se segue.

TABELA 12**CRÉDITO RURAL - DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO RURAL, POR FINALIDADE - 1980/1988**

Indicadores	Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Custeio		56,58	58,65	64,33	62,18	70,49	71,10	55,94	70,16	82,10
Investimentos		18,76	15,46	11,43	16,70	12,31	12,96	32,05	17,10	15,76
Comercialização		24,66	25,90	22,56	21,13	17,21	15,94	12,01	12,75	2,14

FONTE: GONZALEZ. et. all. 1990:122.

Entretanto, olhando-se mais de perto, a distribuição relativa do crédito, percebe-se que um crescimento no crédito para custeio como uma espécie de transferência dos recursos antes destinados à comercialização, ou seja, indica o redirecionamento e o custeio sendo eleito como prioridade.

Com relação ao crédito para investimentos o que se percebe é uma oscilação na participação relativa entre 18,76% registrado em 1980, declinando para 11,43% em 1982, retomada para 16,70% em 1983, novo crescimento até o novo auge em 1986 quando atinge o nível de 32,05% para depois seguir uma perspectiva declinante até o final da década. Aqui importa destacar o ano de 1986 como excepcionalidade visto que relacionando com o ano base o crédito atingiria o nível de 142,75. Entretanto, esta excepcionalidade pode ser relacionada diretamente com a mudança do governo e a elaboração do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND/NR), o qual procurou incentivar novamente os investimentos no setor agropecuário e encontrou no crédito um instrumento. Neste sentido Gonzalez destaca que

"A política agrícola do plano tinha por objetivo central a expansão da oferta de alimentos para tornar estável o abastecimento. Para tanto, seria ampliado o sistema de crédito para investimento (...) e intensificado da implantação de infra-estrutura de transportes, armazenamento e irrigação bem como manter-se-ia a política de preços mínimos", (GONZALEZ, et. all. 1990:60).

Com relação à distribuição do crédito por ramos da produção agropecuária (vegetal e animal), conforme tabela abaixo

TABELA 13

CRÉDITO RURAL - ÍNDICES REAIS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS AGRÍCOLAS PELO SNCR - 1980/1990

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Indicadores											
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Prod. Agrícola	81,37	85,54	85,47	85,33	88,81	91,57	79,51	87,78	N/D	N/D	90,91
Custeio	51,14	53,38	58,50	56,21	N/D	65,78	50,91	64,10	N/D	N/D	70,47
Investimentos	11,68	10,45	8,22	12,43	N/D	8,79	16,62	11,25	N/D	N/D	6,47
Comercialização	18,55	21,71	18,75	17,55	N/D	15,79	11,98	12,63	N/D	N/D	14,11
Prod. Animal	18,63	15,10	14,51	13,67	11,19	8,43	20,49	12,22	N/D	N/D	9,90
Custeio	5,44	5,27	5,83	5,87	N/D	4,12	5,02	6,26	N/D	N/D	4,38
Investimentos	7,08	5,01	4,98	4,23	N/D	4,17	15,42	5,85	N/D	N/D	4,54
Comercialização	6,10	4,18	3,80	3,57	N/D	0,15	0,03	0,21	N/D	N/D	0,08

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1980/1991

percebe-se que a participação da produção vegetal cresce de 81,37% em 1980 atingindo o índice de 85,33% em 1983, cai para 79,51% em 1986 quando cresce novamente até chegar a 90,91% em 1990. Aqui se destaca a participação do crédito para custeio que aumenta de 51,14% em 1980, oscila ao longo da década e chega a 70,47% em 1990.

Considerando a evolução do crédito, também por ramos da produção tem-se como destaque o crédito para investimentos. Neste processo o ano de 1986 aparece como excepcionalidade quando registra o índice de 119,18 para a produção vegetal e 181,39 para a produção animal, conforme a tabela a seguir.

representados no Congresso Nacional na chamada frente dos "ruralistas" que participam incisivamente das deliberações no que concerne aos interesses dos capitais que ou investem na agropecuária ou usam este setor como forma de enriquecimento fácil¹³.

Importa ressaltar que o argumento segundo o qual a retração do crédito à agropecuária se deve à crise financeira do Estado deve ser relativizada quando se tem que tomando o intervalo de tempo entre 1982 e 1986 como ilustração, conforme a tabela abaixo, o volume de crédito para as atividades rurais representou 2,7% do PIB em 1982, 2,8% em 1983 e 2,0% em 1984, 3,0% em 1985 e 3,5% em 1986. Neste mesmo período o volume de crédito em relação ao PIB foi de 36,0% em 1982, 38,8% em 1983, 41,1% em 1984, 42,3% em 1985 e 20,7% em 1986.

TABELA 15

DIRECIONAMENTO DO CRÉDITO EM RELAÇÃO AO PIB (%) POR ATIVIDADES ECONÔMICAS

Anos	1982	1983	1984	1985	1986
Indicadores					
Total	36,0	38,8	41,1	42,3	20,7
Indústria	8,3	9,5	10,5	10,3	5,1
Comércio	1,7	1,5	2,0	2,3	3,1
Serviços	3,5	5,3	5,6	5,5	1,8
Atividades Rurais	2,7	2,8	2,0	3,0	3,5
Crédito Pessoal	2,9	2,8	3,4	4,0	0,4
Emp. Habitacional	9,0	10,6	10,5	10,6	3,0
Outras Atividades	7,2	4,8	5,6	5,6	3,4
Não Identificado	0,7	1,3	1,5	1,0	0,5

FONTE: Boletim do Banco Central, Brasília, BACEN, 1987.

Observe-se ainda que até o final dos anos 70 o crédito foi tomado como condição para propiciar a reprodução do setor agropecuário e sua funcionalidade para a produção de subsistência da população, geração de excedente exportável e contribuir para redução

¹³ Os recentes acontecimentos demonstram e ao mesmo tempo reforçam este argumento à medida em que a bancada ruralista presente no Congresso Nacional conta com 149 parlamentares e consegue inviabilizar as votações dos projetos do Executivo para imporem negociações - como foi o caso recente onde os ruralistas ameaçaram boicotar a votação das emendas constitucionais caso o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) não aceitasse a decisão do Congresso que vetou a cobrança da TR (Taxa Referencial) sobre os empréstimos à agricultura. (Revista VEJA, 17/05/1995:31)

dos custos das matérias-primas - combinando-se uma perfeita aliança entre Estado e capital privado onde o primeiro conseguiria divisas para fazer face aos compromissos com os credores internacionais e o segundo conseguiria a sua valorização. E, sejam quais forem os argumentos, o que se tem na verdade é a contribuição para a crescente acumulação do capital a partir da agropecuária. Isto é, o conteúdo do crédito representou a sustentação garantida e/ou recuperação da rentabilidade do capital; não só contrarrestando a tendência decrescente da taxa de lucro como garantindo a reprodução parasitária do capital. Parasitária quando se observa que a partir das condições especiais para concessão de crédito à agropecuária obtinha-se empréstimos a juros facilitados e aplicando no mercado financeiro, em parte ou na totalidade, poderia no final pagar o empréstimo ou justificar a perda da produção (atribuindo às condições naturais adversas) - ter o débito perdoado ou abatido - e ainda ampliar o seu capital, valorizá-lo. Capital este muitas vezes surgido do nada senão das falcatruas institucionais¹⁴.

Na década de 1980 se explicitam problemas que não permitem a simples continuidade das políticas de crédito até então empreendidas. A crise financeira e fiscal do Estado impõe a necessidade de reformulação nas políticas públicas. A agropecuária deveria contribuir de forma mais decisiva. Não bastaria a simples funcionalidade. Na cota da agropecuária se inclui a retração do crédito e sua paulatina retirada.

Entretanto, a retração e mesmo o redirecionamento do crédito não pode indicar nem a sua racionalização nem que este mecanismo tivesse tido menor importância no período da "década perdida". Os favores se concentraram no clientelismo e corporativismo de maneira que mesmo tentando justificar uma maior participação dos pequenos

¹⁴ Este argumento também viera à explicitação na mesma reportagem citada na nota anterior que se referindo à "turma do calote" do Banco do Brasil observa que estes "fazem fortunas com o dinheiro público, não pagam o que devem e têm o apoio dos ruralistas". Não obstante, a reportagem destaca vários casos.

produtores no crédito é preciso se ter em mente que pode ser mais um engodo para justificar o populismo e esconder falcatruas.

No que se refere às políticas públicas para a agropecuária, o período indica atenções voltadas para a PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), EGF (Empréstimos do Governo Federal), AGF (Aquisição do Governo Federal), etc.

O enriquecimento privado-parasitário passa a ser sustentado através de programas específicos e com auxílio do Banco Mundial. Pois, como destaca Gonzalez et. all. (1990:102-103), o próprio Banco Mundial recomendou a retirada do crédito subsidiado para a agropecuária e que o crédito se restringisse a programas de desenvolvimento. Em obediência o governo brasileiro retirou os subsídios ao crédito para ter acesso aos recursos do Banco Mundial e do BID.

Com relação aos programas específicos e localizados se destacam o PROEXPORT (Export Development Project) para exportações, o PROINVEST (Investment Project) para investimentos e Programas de Estudos e Assistência Técnica, dentre outros. Os contemplados com os recursos destes últimos programas foram, segundo Gonzalez. et. all. 1991:107), IPE/USP (Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo) e IPLAN/IPEA, a quem caberiam coordenar as pesquisas.

As modificações neste processo decorreram das flutuações conjunturais experimentadas pela economia brasileira ao longo da década de 1980 e da maneira específica dispensada à agropecuária assim como pelas imposições internacionais para os ajustes internos via Banco Mundial, BID, FMI, ou seja, pelo imperialismo.

O que se pode concluir, portanto, é que o redirecionamento deixa de colocar o crédito como propulsor da modernização quando se tem que a redução do crédito diz respeito aos investimentos. Mas,

ainda assim, o crédito parece exercer importante influência sobre os investimentos quando se tem a associação do crescimento dos investimentos no ano de 1986, como foi demonstrado na tabela 11, ao crescimento do crédito para este fim.

A retração do crédito ou mesmo a sua eliminação, quando se trata dos grandes produtores e grandes grupos econômicos, impõe aos capitalistas a lógica mais estrita do capital. Isto é, para que o capital cresça, se valorize, impõe-se a necessidade de que o investimento passe pelo processo produtivo. Na verdade, a retirada do crédito afastaria os aventureiros, como afirmou Luís Nassif em reportagem ao jornal Folha de São Paulo, (FSP, Especial A-3, 31/03/1994:03).

Se a retração do crédito não foi determinante do movimento de reprodução da riqueza no setor agropecuário este não pode ser, portanto, tomado como determinante do ciclo de valorização. Por outro lado, isto reforça a afirmativa segundo a qual o crédito tivera essencialmente caráter especulativo, ou seja, alimentou o enriquecimento parasitário dos grandes capitais. Neste sentido, o que inicialmente parecia justificativa para o tratamento especial do setor agropecuário passou a se expressar como argumento falseador de uma essência imanente ao capital, a saber: esconder que o seu papel foi, na verdade, camuflá-lo como meio para a valorização do capital.

4.1.4. A produção de tratores e o consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas

No presente item tenta-se apontar a tendência da agropecuária relacionada com os fatores modernizantes baseados nos princípios do pacote da chamada "Revolução Verde" observando particularmente a produção de tratores, como maneira indireta de

inferir os investimentos e o consumo aparente de fertilizantes e defensivos.¹⁵ A aquisição dos produtos acima mencionados indicam, grosso modo, a potencialidade das unidades produtivas correlacionadas ao padrão tecnológico então predominante. Ao mesmo tempo são quem marcam efetivamente a integração entre agricultura e indústria impulsionado e muitas vezes comandado pelos grandes grupos econômicos multinacionais e pelo Estado - tendo em vista que este estabelece as prioridades para o fornecimento de grandes volumes de crédito. Neste aspecto a ilustração da realidade brasileira pode ser vista a partir da tabela abaixo.

TABELA 16

CONSUMO APARENTE DE FERTILIZANTES (NPK) E DEFENSIVOS E PRODUÇÃO DE TRATORES - 1980/1989

Indicadores	Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Produção (N)		100,00	91,06	103,59	135,36	174,97	179,16	186,47	194,48	184,09	195,43
Importação (N)		100,00	61,06	47,24	6,64	29,43	25,19	55,88	41,98	32,87	23,06
Consumo Aparente (N)		100,00	73,75	71,07	61,08	90,99	91,42	111,11	106,61	96,83	95,96
Produção (P)		100,00	72,84	68,88	66,12	94,75	85,81	95,10	93,95	91,14	74,52
Importação (P)		100,00	46,99	34,61	1,50	28,79	6,22	30,12	36,32	28,36	13,56
Consumo Aparente (P)		100,00	66,34	60,27	49,88	78,18	65,81	78,77	79,20	76,36	59,20
Importação (K)		100,00	58,68	67,07	55,65	82,36	81,21	105,69	115,52	100,46	85,27
Consumo Aparente ^a (K)		100,00	58,68	67,07	55,65	82,36	81,21	106,49	118,38	106,10	93,64
Cons. Total de Fertilizantes ^b		100,00	65,09	65,62	57,55	87,27	86,66	99,06	104,27	94,34	83,00
Defensivos		100,00	77,62	58,74	51,75	72,03	65,03	86,71	81,12	77,62	81,50
Prod. de Tratores ^c		100,00	67,18	56,53	37,95	71,15	69,97	87,29	78,18	63,69	63,69

FONTE: Anuários Estatísticos do Brasil, 1980/1991 a) Não foram colocados os índices da produção dos defensivos porque apenas começa a aparecer em 1985 e ainda assim é pouco representativo. b) Anuário Estatístico do Brasil, (Apud REZENDE, 1989:565) Produção de tratores de roda mais tratores de esteira mais colheitadeiras.

¹⁵ Aqui mereceria uma análise mais aprofundada incluindo, entre outros aspectos, a melhoria de sementes e aspectos relacionados à produção animal assim como questões mais gerais relacionadas aos investimentos. No entanto, resta reconhecer a limitação e parcialidade da análise

Diante disto se pode perceber que no período analisado tem-se um processo extremamente regressivo na produção de tratores até 1983 (37,95), um crescimento para 71,15 no ano seguinte e em 1986 atingindo o maior índice da década com 87,29, seguida de nova desaceleração. A produção de tratores experimentou, portanto, um processo bem adverso na década de 1980. Grosso modo isto pode expressar um certo desinvestimento na agropecuária face à falta de perspectiva sobretudo quando associado à retração do crédito e ao ocaso de um padrão tecnológico. Esta crise afetaria imediatamente a indústria de tratores.

Os indicadores do consumo aparente de fertilizantes e defensivos mostram a sua redução tendencial em todos os seus componentes. No entanto, não dá para se concluir categoricamente que esta redução corresponda a um desinvestimento. Pode ter ocorrido a sua maior racionalização. Ou seja, diante da retração do crédito para investimentos (tabela 11) e dos protestos dos ecologistas que se tornaram mais sistemático despertou-se para as consequências catastróficas face ao uso desregulados destes agrotóxicos.

O movimento cíclico destes componentes se assemelham ao do comportamento do PIB da economia brasileira (declínio sistemático só que mais significativo até 1983 esboçando recuperação até 1986 e nova tendência declinante) e mais de perto ao comportamento dos índices de crédito para investimentos. Assim, observe-se que os maiores índices registrados tanto para os fertilizantes e defensivos quanto para a produção de tratores atingiram seus auge no ano de 1986 para os defensivos de produção de tratores e 1987 para o consumo total de fertilizantes, também registrou o maior índice do crédito para investimentos como se pode vê nas tabelas 12 e 14 do presente trabalho.

O evidenciado acima justifica a afirmação de Bernardo Sorj quando este diz que

decrece de 29,3% registrados em 1981 para 23,1% em 1989, conforme se pode observar na tabela 17. E, para o então presidente do IBGE (FSP, B-12, 14/11/1990), Eduardo Augusto Guimarães, se deve à mecanização e modernização da lavoura. Ainda conforme as informações do IBGE, da distribuição do emprego principal observa-se que as atividades agrícolas registram uma queda de 16,7% em 1981 para 13,1% em 1989, como se pode observar na tabela seguinte.

TABELA 17

DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL (SEGUNDO A ATIVIDADE E POSSE DE CARTEIRA ASSINADA) - 1981/1989

Indicadores	Anos	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Atividade		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Agrícola		16,7	15,8	18,1	16,9	15,3	14,8	14,2	13,1
. Não agrícola		83,3	84,2	81,9	83,1	84,7	85,2	85,8	86,9
Posse de carteira assinada									
. Possuíam		58,1	52,8	54,9	56,5	57,8	58,3	58,7	59,3
. Não possuíam		41,9	47,2	45,1	43,5	42,2	41,7	41,3	40,7
Atividade agrícola(1)		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Com carteira assinada		13,3	10,7	13,7	17,3	17,7	20,4	20,5	22,0
. Sem carteira assinada		86,7	89,3	86,3	82,7	82,3	79,6	79,5	78,0
Atividade não agrícola		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
. Com carteira assinada		67,1	60,7	64,0	64,5	65,1	64,8	65,0	65,0
. Sem carteira assinada		32,9	39,3	36,0	35,5	34,9	35,2	35,0	35,0

FONTE: IBGE/PNAD. Apud. Folha de São Paulo, 14/11/1990:B-12. (1) Inclusive os empregados sem declaração de posse de carteira assinada. Nota: Excluída a população da área rural da Região Norte.

A precarização das condições de trabalho no setor agropecuário se explicita pela persistência dos baixos índices de carteira assinada, apesar de um sensível crescimento. Pois, conforme a tabela acima, observa-se que em 1981 o índice de carteiras assinadas nas atividades agrícolas era de 13,3% e cresce para 22,0% em 1989. Mesmo assim ainda fica muito longe da média de carteiras assinadas nas atividades não agrícolas que é de 64% no mesmo período.

Considerando as relações de produção e de trabalho em particular, observa-se que persiste a tendência dos conflitos sociais, à despeito das amenizações em determinadas localidades -

"A expansão do consumo de fertilizantes na última década (década de 1970, JC) foi intensa e se deveu à política governamental de subsídio para a sua compra (...)", (SORJ, 1986:36)

Esta afirmação explicaria, em boa parte, a redução do consumo aparente dos chamados insumos modernos. E, diante da tendência persistente da retração do crédito que indicaria o seu esgotamento conjuntamente com os apelos ecológicos, pelo menos no médio prazo, pode apontar a questão dos insumos para uma maior racionalização e/ou a substituição paulatina deste padrão por outro que se baseie na chamada agricultura orgânica - configurando a substituição do modelo agro-químico pelo agro-biotecnológico. Isto acontecendo configura a reoxigenação da taxa de lucro para os grandes capitais centralizadores do processo de acumulação de capital já que estes comandam a base de qualquer novo padrão.

4.1.5. Questões sociais e força de trabalho no campo

A observação aqui encontra dificuldades que não fogem à regra geral. Os dados são também precários e parcializados quando se tem que na agropecuária as relações de trabalho apresentam-se com certa predominância da mão-de-obra familiar, em se tratando dos pequenos produtores. A flexibilização do emprego é bastante nítida quando se tem presente a sazonalidade e a mensuração da remuneração da força de trabalho; que apesar desta ainda se reproduz no campo e de forma a questionar o caráter tipicamente capitalista. Não obstante se tem que por trás disto se encobre tanto a exploração social quanto outros aspectos que, de certa forma, mistificam as questões específicas, sobretudo quando se tenta negar a tendência ao assalariamento mesmo que disfarçado presente no campo, seja pela subordinação real ou formal.

No período considerado, observa-se que decresce a parcela da PEA (População Economicamente Ativa) em atividades agrícolas

onde os conflitos se manifestam de maneira mais gritante - através de programas de assentamentos de reforma agrária. Os conflitos se acentuam mais nas Regiões e Estados mais desenvolvidos e também nos menos desenvolvidos, ou seja, nos extremos onde se tem, por um lado, a modernização e, por outro lado, onde persiste o atraso mais significativo. Entretanto, neste contexto parece ainda prevalecer a tendência decrescente da taxa de lucro e por outro lado o crescimento do exército industrial de reservas nas formas líquida, latente, estagnada e chamado lupemproletariado. Vale dizer. A parte da classe trabalhadora expulsa do campo pela chamada modernização da agropecuária deixa de fazer parte da parcela do exército industrial de reservas na forma latente para precarizar de vez as suas condições e reprodução na forma "latente", "estagnada" e do "lupemproletariado" como se pode inferir a partir das denominações atribuídas por Marx.

Com relação à remuneração, Rezende (1989) evidencia um crescimento dos salários reais mensais de 1980 para 1982, quando passa de 100, em 1980, para o índice de 107 em 1982, decrescendo, em seguida, para 94 em 1984, apresentando uma recuperação de maneira que em 1986 registra um índice de 126 para, em seguida, declinar até o final da década. Isto pode ser visto na tabela a seguir quando se apresentam os dados dos salários reais dos diaristas e mensalistas.

TABELA 18**ÍNDICES DE SALÁRIOS RURAIS - 1980/88**

Anos	Salários Reais	
	Mensalistas	Diaristas
1980	100	100
1981	106	112
1982	107	83
1983	96	89
1984	94	83
1985	108	97
1986	126	143
1987	88	96
1988	89	73

FONTE: REZENDE: 1989:563

Observando a remuneração dos diaristas e mensalistas Gervásio Rezende (REZENDE, 1989:563) demonstra uma situação um tanto mais clara da baixa remuneração quando se tem que, à exceção de 1981 e 1986 quando os índices são respectivamente 112 e 143, os índices reais apresentam situações adversas registrando os piores desempenho em 1984 e 1988 quando os índices são, também respectivamente, de 83 e 73. Este mesmo autor associa a exceção de 1986 à aquisição de tratores, devido ao crédito para investimentos, e conclui pela flexibilidade dos custos da mão-de-obra assalariada no campo.

Ainda com relação às consequências sociais importa destacar que dentro da perspectiva da acumulação capitalista a questão social embora seja foco substancial dos discursos não é essencialmente prioridade nem passa por um nível mínimo de preocupação dos capitalistas. No entanto, os problemas se explicitam quando se tem presente os altos índices de miséria em todos os recantos do Brasil mas que também vai perdendo importância para a maioria dos estudiosos na medida em que se tem a "cotidianização da barbárie", como chama a atenção o prof. Jurandir Xavier.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procura-se aqui reconstituir a totalidade numa perspectiva mais abstrata. Neste sentido serão destacadas questões pontuais abordadas ao longo do trabalho.

Tendo presente as ressalvas e a fundamentação teórico-metodológica, apesar da precariedade das informações, o presente trabalho pretende ter evidenciado que, embora de maneira específica, a agropecuária brasileira não ficou isenta da crise de valorização do capital no período considerado. Porém, isto foi amenizado pelo movimento relativamente positivo do produto real. Observou-se que os efeitos da crise se explicitam quando a agropecuária é analisada à partir dos índices reais dos valores da produção seja a nível total ou pelas desagregações, tanto por ramos da produção quanto pelos movimentos dos principais produtos.

No entanto, é importante destacar que por especificidades internas e posições de alguns produtos frente ao mercado nacional e internacional ainda registram-se diferenciações.

A opção por determinada forma para analisar o ciclo dos principais produtos que compõem a agropecuária encerra algumas disparidades. Nestas disparidades, observa-se que apesar da maior

flexibilização no sentido das flutuações apresentadas pela produção física, essa não compensam, necessariamente, as flutuações no valor da produção. Assim sendo, vista na sua totalidade, o desempenho da produção real, tanto da produção vegetal, quanto da produção animal, percebe-se que a década de 1980 apresenta dúvidas no sentido de se concluir que ela foi perdida. Comparando a agropecuária ao desempenho do PIB, do PIB industrial e ao setor de serviços, até parece que a agropecuária se sobressaiu. Isto porque o produto real da agropecuária, apresentou um certo desempenho positivo.

Porém, se a agropecuária for olhada a partir do desempenho dos valores da produção, aí sim, a crise se manifesta de uma forma significativamente acentuada.

Tomando-se os índices reais de preços recebidos pelos agricultores, observa-se que a crise foi ainda mais acentuada. No entanto, por este parâmetro, se escondem diferenciações entre os pequenos que tiveram sua produção afetada e transferiram valores para os grandes capitalistas (para isto, compare-se os preços recebidos pelos agricultores com os preços finais dos produtos pagos pelos consumidores nos supermercados). Quanto aos preços recebidos pelos grandes, tem-se o crédito e outros mecanismos aos quais os grandes grupos econômicos compensam seus prejuízos.

Da presente análise, pode-se concluir que à semelhança do que ocorre na economia mundial com imposições de transformações para a economia brasileira, a crise experimentada pela agropecuária também se expressa nas dimensões estrutural e conjuntural.

A questão estrutural pode ser vista quando se considera o colapso do modelo de modernização (modelo de desenvolvimento) implementado sobre a égide do imperialismo norte-americano ("Revolução Verde"), assim como pela crise financeira e fiscal do Estado brasileiro, que impôs nova racionalidade dos gastos

públicos. Nessa racionalidade se configura o redirecionamento do crédito para as atividades agropecuárias. O que era garantia antecipada de lucro passa, então, a fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro.

A superação da crise do modelo de desenvolvimento agropecuária se vislumbra esperanças das biotecnologias. Nesse sentido a reformulação e atualização da discussão tende a ser polarizada novamente no contexto do desenvolvimentismo (ora em defesa, ora contra). Os que defendem as biotecnologias vêm neste modelo o alvorecer de novos processos que levam à retomada de novo ciclo desenvolvimentista para a agropecuária. Tal modelo corresponde a um novo impacto na estrutura do sistema alimentar, estabelece novas relações entre oferta e demanda e cria um novo padrão de demanda baseado em critérios científicos de nutrição, como observa Wilkinson (1989:07). Por esta perspectiva tem-se a substituição dos produtos agrícolas originais por produtos originários de experiências científicas derivadas de tecnologias da biologia (produtos da engenharia genética), em substituição às técnicas físicas e químicas. Seria a combinação de processos baseados nos complexos químico - farmacêuticos. Do ponto de vista da demanda, tem-se maiores exigências onde predomina a qualidade alimentar baseada em padrões de nutrição e saúde. Em suma, tem-se por esse processo uma fusão mais acentuada entre agricultura e indústria ou, conforme define Goodman et. all. (1990) ocorre o apropriação do setor pelos processos industriais.

Por esta concepção as biotecnologias viriam como base para determinar o novo ciclo para a produção de valores de uso destinados à satisfação das necessidades da população. Os atores do processo são o empresário inovador, o Estado como regulador, os consumidores estratégicos e exigentes e os setores de transformação, cujos resultados são novos processos e novos produtos. Para esses, as

biotecnologias são vistas como alternativa para retomada do ciclo estrutural de acumulação do capital.

Por outro lado, os críticos ao novo modelo alegam ser mais uma submissão dos países subdesenvolvidos às novas determinações e necessidades dos grandes grupos econômicos multinacionais e do imperialismo como um todo. Assim, as biotecnologias seriam mais perversas do que a "Revolução Verde". Seria a pressão mais acentuada dos hábitos importados em substituição aos padrões nacionais de alimentação e aprofundamento da dependência. Aqui se considera a maior concentração da renda e a exclusão de uma parcela também maior no processo. As consequências sociais são mais perversas.

Por fim, tem-se nas biotecnologias, à despeito das diversas visões, a gestação de uma nova onda desenvolvimentista, ou gestação de um novo ciclo estrutural, no qual o padrão de produtividade se configura novamente como base de análise.

Com relação à dimensão conjuntural se tem duas diferenciações básicas que indicam interpretações diferentes, a saber. A partir do ciclo da produção de mercadorias, tomado em si e por si, a reprodução do setor continuaria determinada pelas condições naturais. Por este prisma, no período considerado, não se percebe crise substancial e as flutuações repentinas se explicam adequadamente pelas adversidades naturais. Por outro lado, do ponto de vista do movimento dos valores da produção se tem que na década de 1980 evidenciou-se, para a agropecuária, uma crise clássica de valorização do capital. Crise esta que tem como face mais explícita a superprodução de mercadorias. Ou seja, os produtos sobrando no mercado ou nos armazéns, apodrecendo por descaso do governo ou para os capitais privados à espera de mais uma desgraça natural para realizarem sobejamente sua valorização.

Nas palavras de Mandel (1990:113) o processo experimentado pela agropecuária pode ser denominado de "(...) carrossel infernal dos lucros da fome" e ilustrando a partir de informações da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) mostra que "(...) uma redução da produção de menos de 3% em 1974 provocou uma alta de preços de mais de 250%" (MANDEL, 1990:113). Porém, mesmo que a produção cresça os preços não decrescem para os consumidores finais, apesar de cair para os produtores e afetando mais de perto os pequenos e médios produtores.

A crise de valorização pode ser vista pelo declínio nos valores reais da produção e pelos preços recebidos pelos agricultores. Não obstante, a repercussão se dá diferenciadamente dependendo da posição de determinados produtos no mercado e da composição de organização dos produtores em grandes grupos oligopolistas.

Importa ressaltar ainda que a crise para uns representa a não crise para outros. A não crise é para os grandes capitais e grandes grupos econômicos que estão no topo da verticalização dos CAI's e pela dominação do capital financeiro. Pois estes conseguem se apropriar de valores, via transferência de outros produtores (notadamente os pequenos e médios). Para os grandes o que poderia ser considerado prejuízo, pelos baixos preços recebidos, são fartamente compensados pelos créditos recebidos e pelos altos preços recebidos pela venda dos produtos finais - dado que se trata de conglomerados.

A questão da transferência de valores pode ser ilustrada a partir de informações de um leitor do Jornal Folha de São Paulo quando diz que "Sanduíche no McDonalds vale um saco de milho (...)" e se referindo à relação entre os preços recebidos pelos produtores rurais e os preços pagos pelos consumidores finais se diferenciam bastante. A respeito disto acrescenta que "É doloroso ver seu

produto sair pela porteira com preços abaixo dos custos e, nas prateleiras dos comércios, constatar a abusiva majoração". (FSP, 04/06/1994:1-3).

É preciso insistir uma vez mais que a exemplo do que ocorre na explicação do ciclo geral do capital, a explicação do ciclo de reprodução do setor agropecuário depende da ótica que se prioriza como objetivo essencial do capital. E que, em geral não se tem atribuído maior importância ao ciclo de valorização do capital.

Por fim importa ressaltar que a análise aqui apenas ensaiou pequenos passos, sem maiores pretensões, no sentido de uma outra alternativa teórico-metodológica para possíveis aprofundamentos. Contudo acredita-se que dado o aprofundamento das contradições inerentes às relações de produção mercantil capitalista cada vez mais se torna necessário refletir sobre as consequências sociais que em determinado momento podem fazer explodir os conflitos. Isto nada mais pode ser do que manifestações da lógica da valorização do capital e suas leis.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Eliseu. A agricultura e o plano de estabilização. IN: FARO Clóvis de (Org.). Plano Collor: avaliação e perspectivas, Rio de Janeiro, LTC (Livros Técnicos e Culturais), 1990.
- ALVES, Eliseu & LOPES, Mauro. Desestabilização da agricultura. IN: FARO, Clóvis (Org.). A economia pós Plano Collor II. Rio de Janeiro, LTC (Livro Técnico e Cultural), 1991.
- ANUÁRIOS ESTATÍSTICOS DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, vários números.
- ARAGÃO, Paulo Ortiz & PAKMAN, Elbio Trocoli. O Próalcool e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. IN: Revista Raízes N° 08. Campina Grande/PB, UFPB Campus II, jan-dez/1991.
- BAPTISTA, José Murilo Philigret de Oliveira. Internacionalización del capital, políticas gubernamentales y agricultura brasileña (avance de investigación de segundo semestre). Mexico-DF, mimeo, 1979.
- BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo. A agricultura no Plano Collor. IN: FARO, Clóvis de (Org.). Plano Collor: avaliação e perspectivas. Rio de Janeiro, LTC, 1990.
- BELIK, Walter. A agricultura brasileira em um período de ruptura. IN: OLIVEIRA, Fabrício Augusto de & BIASOTO JR, Geraldo (Orgs). A política econômica no limiar da hiperinflação. São Paulo/Campinas, HUCITEC/FECAMP, 1990.
- BENAKOUCHE, Rabah. Caracterização da crise econômica atual. IN: Revista Economia & Desenvolvimento, Ano I, N° 01. São Paulo, Cortez, 1981.

- BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (Orgs). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise, Vol. 2, 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- BUARQUE, Cristovão. O colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CAMPOS, Índio. Os colonos do Rio Uruguai: relações entre pequena produção e agroindústria no oeste catarinense. Campina Grande-PB, (dissertação de mestrado), mimeo, 1987.
- CARDOSO, José Álvaro de Lima. Crise e colapso: a polêmica sobre o futuro do capitalismo. Campina Grande-PB, (dissertação de mestrado), mimeo, 1992.
- CASTELLIS, Manuel. A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CASTRO, Ana Célia (et. alli). Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília, BINAGRI, 1979.
- COELHO, Carlos Mayro. Opções de política econômica. Brasília, CFP, 1986 e 1987.
- COLLETTI, Lúcio. El marxismo y el "derrube" del capitalismo. Mexico, Siglo XXI, 1978.
- COUTO, Vítor de Atayde. Cinco anos de políticas agrícolas: questionando "prioridades". Salvador-BA, FASE, 1987.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. Campinas, ICONE/UNICAMP, 1985.
- ESTATÍSTICAS HISTÓRICAS DO BRASIL (Série estatística retrospectiva)**. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- GALINA, Laudénir Aparecido. Frente modernizantes na agricultura brasileira e os ciclos de expansão econômica. Campina Grande-PB, (dissertação de mestrado) mimeo, 1981.
- GONZALEZ, Manuel José (et. alli.) O Brasil e o Banco Mundial: um diagnóstico das relações econômicas: 1945/1989. Rio de Janeiro, IPEA/IPLAN, 1990.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. Da lavoura às biotecnologias (agricultura e indústria no sistema internacional). Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GUEDES PINTO, Luis Carlos. Notas sobre a política de crédito no Brasil (versão preliminar para discussão), Campinas, UNICAMP, 1981.

HOBREITNK, Henk (editor). Biotecnologia: muito além da Revolução Verde (As novas tecnologias genéticas para a agricultura: (desafio ou desastre?). Porto Alegre-RS, RIOCELL, 1990.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Col. Os Economistas)

KURZ, Robert. O colapso da modernização (da derrocada do socialismo à crise da economia mundial), 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

LACERDA, Guilherme Narciso. Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira. São Paulo, IPE, 1985.

LENIN, Vladimir I. Capitalismo e agricultura no Estados Unidos da América (novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura). São Paulo, Brasil Debates, 1980.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo, Nova Cultural, 1986. (Col. Os Economistas).

_____. A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo/Campinas, Ensaio/UNICAMP, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina - dependência e integração. São Paulo, Brasil Urgente/Página Aberta, 1992.

MARTIN, Pedro San. Agricultura suicida (um retrato do modelo brasileiro), 2ª ed. São Paulo, Icone, 1987.

MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. IN: Revista Planejamento e Políticas Públicas, Nº 03. São Paulo, IPEA, jun/1990.

- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Col. Os Economistas).
- _____. O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- MELLO, Fernando Homem de. O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. IN: Revista de Economia Política Vol. 21, N° 03(39), São Paulo, Brasilense, jul-set/1990.
- _____, Fernando. Agricultura brasileira: um novo horizonte de crescimento. IN: Revista Estudos Econômicos, Vol. 21, N° 03. São Paulo, IPE/USP, set-dez/1991.
- MENEZES, Francisco. (Org.) Política agrícola e governo Collor. Rio de Janeiro, FASE/AS-PTA, 1991.
- MONTENEGRO, Rosilene Dias & SANTOS, Roberio Ferreira dos. A visão neoclássica da modernização da agricultura brasileira e a questão da reforma agrária. IN: Revista Raízes, N° 10, Campina Grande/PB, Editora Universitária/UFPB, dez/1994.
- MUELLER, Charles C. Formulação de políticas agrícolas. IN: Revista de Economia Política, Vol. 2/1, N° 05. São Paulo, Brasiliense, jan-mar/1982.
- MULLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo, HUCITEC/EDUC, 1989.
- _____. Observações sobre a economia política da agricultura brasileira, Araraquara-SP, Gráfica CAR, 1990. (Rascunho N° 14).
- MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola: agricultura; uma defesa dos subsídios. Petrópolis, Vozes, 1982.
- PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA - 1994, Vol. 2. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- PINTO, Sebastião. CEPAL: A idealização do desenvolvimento periférico. Campina Grande-PB, (dissertação apresentada ao mestrado em Economia), mimeo, 1993.
- REZENDE, Gervásio C. de. Crise externa e agricultura, Brasil, anos 80. Rio de Janeiro, FASE, 1988.

_____. Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. IN: Revista Pesquisa e Planejamento Econômico, Vol. 19(3). Rio de Janeiro, IPEA, dez/1989.

_____. Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura. IN: Revista de Economia Política. Vol. 12 N° 2(46), São Paulo, Brasiliense, abr-jun/1992.

RIBETRO, Ivan de Otero. Agricultura, democracia e socialismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

RICCI, Rudá (Coord.). Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil. IN: Estudos de política agrícola, N° 15. Brasília, IPEA, 1994. (Série Documentos de Trabalho).

SANTOS, Robério Ferreira dos. Presença de viéses de mudança técnica na agricultura brasileira. São Paulo, USP/IPE, 1986. (Col. Ensaios Econômicos N° 63)

SCHUMPETER, Joseph A. Teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo, Nova Cultural, 1988. (Col. Os Economistas).

SENDIN, Paulo Varela. As perspectivas de investimento tecnológico na agricultura brasileira. IN: Anais do Seminário A Agricultura Brasileira nos Anos 90: desafios e perspectivas. Curitiba-PR, Ed. UFPR, 1991.

SILVA, José Graziano da. Estrutura agrária e produção desubsistência na agricultura brasileira, 2 ed. São Paulo, HUCITEC, 1980.

_____. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SILVA, Tânia M. Limeira de Carvalho. Uma síntese das teses centrais de interpretação do ciclo na economia brasileira. IN: Revista de Economia Política, Vol. 6, N° 4(24), São Paulo, Brasiliense, out-dez/1986

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985), 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira, 2ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.

SOUZA, Nilson Araújo de. Efeitos da crise nas economias periféricas. IN: Revista Economia & Desenvolvimento, Ano I, N° 01. São Paulo, Cortez, 1981.

_____. Teoria marxista das crises. São Paulo, Global/UFMS, 1992.

SZMRECSANYI, Tamás. Análise crítica das políticas para o setor agropecuário. IN: BELLUZZO, Luis Gonzaga de Mello & COUTINHO, Renata (Org.). Op. cit. 1983.

VEIGA, José Eli da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo, HUCITEC, 1991.

_____. Desenvolvimento agrícola. IN: Revista de Economia Política, Vol. 12, N° 2 (46). São Paulo, Brasiliense, abr-jun/1992.

WILKINSON, John. O futuro do sistema alimentar. São Paulo, Hucitec, 1989.

XAVIER, Jurandir Antônio. A função ausente da agricultura no desenvolvimento econômico. Campina Grande-PB, mimeo, 1983. (Cadernos de Economia N° 36).

_____. Ciclo de conjuntura na economia subdesenvolvida: reanimação versus regressão; economia brasileira nos anos 80. Campina Grande-PB, mimeo, (tese apresentada ao concurso para professor titular), 1992a.

_____. Capital, classe & Estado na industrialização nacional. Campina Grande-PB, mimeo, 1992b.